

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - CED
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - MESTRADO

SÓCIO-ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO POPULAR

Contradições e Perspectivas

Valmor João Umbelino

Ilha de Santa Catarina, Outubro de 2000.

Valmor João Umbelino

SÓCIO-ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO POPULAR

Contradições e Perspectivas

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Educação**.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Reinaldo M. Fleuri
CO-ORIENTADOR: Prof. Armando de Melo Lisboa

FLORIANÓPOLIS – SC, OUTUBRO DE 2000



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

“SÓCIO-ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO POPULAR”

Dissertação submetida ao Colegiado do
Curso de Mestrado em Educação do Centro
de Ciências da Educação em cumprimento
parcial para a obtenção do título de Mestre
em Educação.

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 20/10/2000

Dr. Reinaldo Matias Fleuri - UFSC (Orientador)

Doutorando Armando de Melo Lisboa - UFSC

Dra. Dalila Maria Pedrini - FURB

Dra. Célia Regina Vendramini - UFSC

Dra. Gilka Elvira Ponzi Girardello - UFSC (Suplente)

**Dr. Lucídio Bianchetti
Coordenador PPGE/CED/UFSC**

Valmor João Umbelino

Florianópolis, Santa Catarina, Outubro de 2000.

----Pé de Passagem----

num mundo dividido
de caminhos obscuros
Jovem criança adulta

----Pé de Passagem----

pro signo do novo
Marca, pinta e borda,
Pisa, teme, tenta,
Afirma

----Pé de Passagem ----

ao encontro do outro

(Ione Montibeller)

*Para João e Mercy,
Gilvânia, Anna Caroline e Thais Regina*

Para todos os pais e mães desempregados...

que essa sistematização sirva de instrumento no desafio de forjarmos

o novo dentro do velho,

vislumbrando novos horizontes de trabalho e renda

para garantirmos um padrão digno de vida: direito e dever de todos.

Agradeço

aos professores da UFSC que colaboraram comigo nessa empreitada, em especial Maristela Fantin, Gilka Girardello, Célia Regina Vendramini e Paulo Tumolo;

à professora Dalila Pedrini, da FURB, pela sua participação na Banca Examinadora;

aos amigos e amigas do mestrado-turma 1998, e também aos mestrandos da linha Educação Popular e Movimentos Sociais da turma 1999;

às funcionárias da Biblioteca Setorial do CED que durante a greve de 1998 mantiveram a biblioteca funcionando durante um turno.

à eterna amiga Fátima Baiana Pessoa Lepickson, não fosse sua insistência, quase de forma inconveniente, para que eu sistematizasse minhas indagações num projeto de pesquisa e pleiteasse uma vaga na turma de 1998, com certeza esse trabalho não teria sido realizado

Agradeço, de forma especial, ao Prof. Reinaldo Matias Fleuri, por aceitar o desafio de me orientar nesse estudo e, igualmente, ao professor Armando de Melo Lisboa, do departamento de Economia, pela co-orientação.

E agradeço a Deus, Senhor da Vida, a quem devo meu suor, minhas lágrimas, meu sorriso e minha esperança, ainda que esta, na maioria das vezes, se apresente de maneira muito tênue.

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar as contradições e perspectivas que emergem da discussão teórico-metodológica em torno da Economia Solidária.

A questão central do problema estudado vem ao encontro da preocupação, por parte de determinados segmentos sociais, em relação ao risco de esses empreendimentos, identificados como sendo de Economia Solidária, servirem de meros paliativos ao processo de exclusão inerente à racionalidade econômica do capitalismo atual.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, na qual investiga-se a proposta teórico-metodológica de Empreendimentos Econômicos de Solidariedade esparsa na bibliografia sobre o tema, buscando entender até que ponto essas organizações podem superar o economicismo capitalista. Nesse sentido, caracteriza-se como pesquisa do tipo exploratória, dado que, partindo de uma questão, aprofunda-se a complexidade e as possíveis contradições em torno de um determinado objeto-problema.

Como referencial de análise, é utilizada a discussão acerca da proposta teórico-metodológica da Educação Popular que perpassou as práticas de organização popular dos últimos 30 anos e que nos anos 80 e início da década de 90 orientou os Projetos Comunitários de Geração de Renda.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the contradictions and perspectives that emerge of the theoretical-methodological discussion around the Solidary Economy.

The central subject of the studied problem comes to the encounter of the concern, on the part of certain social segments, in relation to the risk of those enterprises, identified as being of Solidary Economy, they serve from palliative jewfishes to the process of inherent exclusion to the economical rationality of the current capitalism.

It is a bibliographical research, in the which we investigated the theoretical-methodological proposal of Economical Enterprises of scattered Solidarity in the bibliography on the theme, looking for to understand to what extent those organizations can overcome the capitalist economication. Inside of this focus, we judged to treat of an exploratory research, given that, leaving of a subject, we deepened the complexity and the possible contradictions around a certain object-problem.

As analysis referencial, used the discussion concerning the theoretical-methodological proposal of the Popular Education that perpassou the practices of popular organization of the last 30 years and that in the eighties and beginning of the decade of 90 based the Community Projects of Generation of Income.

Words key:

Productive restructuring

Popular education

Solidary economy

SIGLAS E ABREVIATURAS

- CAPE – Centro de Capacitação e Apoio ao Pequeno Empreendedor
CEAAL – Conselho de Educação de Adultos da América Latina
CEAPE – Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEDOPE – Centro de Documentação e Pesquisa
CEFE – Criação de Empresas, Formação de Empresários
CNBB-Sul IV – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – Regional Sul IV
CNEC – Campanha Nacional de Escolas da Comunidade
EQUIP – Escola Quilombo dos Palmares
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FENAPE – Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos
FMI – Fundo Monetário Internacional
GESPAR – Gestão Participativa para o Desenvolvimento Empresarial
GTZ – Sociedade Alemã de Cooperação Técnica
OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONGs – Organizações Não-Governamentais
PACs – Projetos Alternativos Comunitários
PCGRs – Projetos Comunitários de Geração de Renda
PEA – População Economicamente Ativa
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PCGRs – Projetos Comunitários de Geração de Renda

SUMÁRIO

I PARTE – A PESQUISA

Objetivo.....	11
O Assunto.....	11
Tema: Economia Solidária e Educação Popular	13
A Delimitação do Problema:	17
A Metodologia.....	25
O Referencial de Análise e os Procedimentos Metodológicos.....	26
A Justificativa.....	27
A Dissertação	29

II PARTE – O REFERENCIAL DE ANÁLISE

A discussão em torno da proposta teórico-metodológica da Educação Popular nas últimas três décadas.....	32
1 - Educação Popular: anotações sobre seu percurso histórico	33
2 - Educação Popular x outras práticas sociais: sobre as especificidades da Educação Popular.....	35
3 - Proposta(s) de Educação Popular	39
3.1 - A Metodologia.....	41
3.2 - A Mediação	44
4 - A Educação Popular Comunitária	46
4.1 - Educação Socialmente Produtiva	49
5 - A discussão atual em torno da Educação Popular.....	53
6 - A dimensão sócio-educativa dos Projetos Comunitários de Geração de Renda	57

III PARTE – ANOTAÇÕES PARA ESTUDO..... 63

Capítulo 1 – Reestruturação Produtiva, Competitividade, Globalização e Desemprego: desafios para os empreendimentos econômicos de pequeno porte.....	64
1- Reestruturação Produtiva	64
1.1 - Inovações Tecnológicas.....	65
1.1.1 - Automação Microeletrônica	68
1.2 - Inovações Organizacionais.....	72

2 - Globalização	75
3 - A cooperação e o intercâmbio como alternativa para a viabilidade dos empreendimentos econômicos de pequeno porte.....	78

Capítulo 2 – Economia Solidária	80
1. O que é Economia Solidária?	80
2. Qual é o objetivo da e/ou com a Economia Solidária?	84
3. Quem são os agentes da Economia Solidária, ou seja, quais as organizações que integram este novo subsistema econômico?	87
4. Quais as estratégias da Economia Solidária em nível micro e macro para viabilizar seus objetivos?	88
5. O que são empreendimentos econômicos solidários?.....	90
6. Quem são os empreendedores econômicos solidários?	93
7. Por que o adjetivo popular?.....	93
8. Por que o adjetivo solidário? A solidariedade é uma estratégia ou um objetivo, um meio ou um fim?	94
9. Como desenvolver comportamentos sociais, políticos e econômicos calcados numa cultura solidária? (Questões Metodológicas).....	97

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sócio-economia Solidária e Educação Popular.....	108
1. Sujeitos.....	111
2. Objetivos	114
3. Conteúdo	114
4. Metodologias	119
Referências Bibliográficas	123

I PARTE

A PESQUISA

O estudo que ora apresento ao Programa de Pós-Graduação em Educação - nível de mestrado - da Universidade Federal de Santa Catarina, é fruto de minhas inquietações, enquanto educador popular, acerca das alternativas de sobrevivência implementadas por e junto a trabalhadores urbanos, em especial, aqueles das camadas populares¹.

Objetivo²

Meu objetivo é analisar as contradições e perspectivas que emergem da discussão teórico-metodológica da Economia Solidária - em especial os empreendimentos econômicos de solidariedade - em relação à discussão atual acerca da Educação Popular. Trata-se de uma análise bibliográfica em torno da perspectiva ou não de esses empreendimentos superarem o economicismo próprio de todo e qualquer empreendimento econômico dentro do sistema capitalista.

O Assunto

A forma unilateral como vem se desenvolvendo a globalização da economia, imprimindo um alto ritmo de competitividade e, portanto, exigindo a implementação de programas de redução de custos - programas esses possibilitados pelo desenvolvimento da microeletrônica, automação e novos modelos de gestão empresarial - traz como consequência, obviamente que na lógica do capital, o aumento considerável do desemprego e do

¹ Para caracterizar os trabalhadores moradores dos bolsões de pobreza das áreas de ocupação urbana e/ou desempregados do mercado formal de trabalho e/ou, ainda, trabalhadores rurais, optei por usar na redação deste estudo a terminologia camadas populares, exceto quando se tratar de citação textual de algum autor que use outra terminologia, como classes populares, excluídos, subalternos etc.

² Segundo Frans Victor Rudio, o objetivo geral de uma pesquisa explícita, "*de modo geral, o que se pretende alcançar com a execução da pesquisa*" (RUDIO, 1998, p. 58).

subemprego. Assim como a possibilidade de alguns retornarem ao mercado formal de trabalho após demissão é remota, para outros a oportunidade de obter vínculo empregatício dificilmente será experimentada, dado o aumento crescente do desemprego estrutural.

Entre as alternativas de maior visibilidade discutidas e implementadas pelo governo brasileiro e organizações da sociedade civil estão: qualificação e requalificação profissional, com recursos financeiros provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador, bem como o estímulo e apoio para implantação de pequenos empreendimentos, sejam eles microempresas ou cooperativas. Desta forma, com o apoio no processo organizativo por parte de setores governamentais, empresariais e/ou entidades da sociedade civil, inúmeros empreendimentos econômicos populares vêm sendo implantados no país.

As Organizações Não-governamentais (ONGs) que integram o movimento popular e determinados segmentos da igreja progressista, constatando a gravidade da situação, também se viram desafiadas a atuar nessa área. Todavia, os Projetos Comunitários de Geração de Renda implementados na década de 80 e início dos anos 90 tinham como diferencial o objetivo de tentar superar o economicismo como única via de emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras. Nesta dimensão, o processo de produção e comercialização era acompanhado por um projeto político-pedagógico de emancipação e construção da cidadania³. Diferente, pois, da grande maioria das organizações econômicas que nos últimos anos vêm despontando como alternativa de trabalho e renda, mas que, mesmo autogeridas, restringem-se aos aspectos econômicos, na tentativa de garantir o básico para a sobrevivência.

Assim, se de um lado existem experiências que são tentativas de superar as relações capitalistas de produção, conhecidas como Projetos Alternativos Comunitários (PACs), Mini-projetos Alternativos, Grupos de Produção ou Projetos Comunitários de Geração de Renda (PCGRs)⁴, de outro o que aparece (e em número cada vez maior) são organizações econômicas populares funcionando, na maioria das vezes, em condições de auto-exploração, ao terem que se submeter às regras ditadas pelo mercado capitalista. Em relação às experiências comunitárias de geração de trabalho e renda, por sua vez, apesar de não conseguirem autonomia e vida longa⁵, apresentaram inúmeros outros resultados positivos.

³ O conceito de cidadania é aqui entendido como a “*competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada*” (DEMO, 1995, p.1).

⁴ A terminologia Projetos Comunitários de Geração de Renda, ou simplesmente as iniciais PCGRs, será usada nesse texto para designar as diferentes experiências comunitárias de geração de renda dos anos 80 e início da década de 90 e que eram implementadas a partir da proposta teórico-metodológica da Educação Popular.

⁵ São inúmeros os fatores responsáveis pela morte precoce dos Projetos Comunitários de Geração de Renda, dentre os quais cito os limites econômicos impostos pelo sistema capitalista e as dificuldades operacionais que

São aspectos relacionados a valores de vida em comunidade, de mudança de mentalidade e ação, de novas expectativas e olhares sobre a vida, sobre a sociedade, enfim, formação de cidadãos, de pessoas comprometidas com a melhoria das condições de vida da e na sociedade. Esses elementos, no entanto, não foram suficientes para compensar as frustrações no campo econômico, desencadeando um certo sentimento de descrédito e, conseqüentemente, de abandono por parte de muitas instituições que atuavam com projetos dessa natureza, sobretudo na região da Grande Florianópolis.

Portanto, como não é possível vislumbrar a saída para o desemprego nos grandes conglomerados empresariais, o desafio é discutir as propostas e procedimentos utilizados na implementação dessas alternativas de geração de trabalho e renda junto às camadas populares, para não incorrer no erro de simplesmente pensar e trabalhar em função de amenizar os efeitos danosos do capitalismo atual ⁶.

Tema: Economia Solidária e Educação Popular

A história da humanidade é uma história de conflitos. Conflitos entre pessoas, entre grupos, entre nações. Conflitos econômicos, políticos, culturais, religiosos. A luta de classes⁷ expressa esses conflitos no interior de uma dada sociedade, pois, como sustenta Moacir Gadotti (1998, p. 184-185), não é apenas o econômico que determina a identidade das classes sociais⁸, mas também o ideológico, o político e o cultural. Assim, nas iniciativas individuais e coletivas das camadas populares identifica-se *"formas de luta e resistência a tudo o que as*

emergem da formação cultural das pessoas, formação também decorrente das relações do modo de produção do sistema vigente.

⁶ Se é que se pode considerar um erro implementar alternativas de geração de trabalho e renda, alegando que essas constituem meros paliativos às conseqüências do sistema capitalista no momento histórico atual, dada a gravidade da falta de emprego para que pais e mães possam garantir o sustento de sua família.

⁷ Segundo Paulo Freire, *"quer a gente goste ou não, a luta de classes existe e, inclusive, não foi Marx quem a inventou, (...) a luta de classes existe e ela se explicita todo dia como expressão de um conflito de interesses. Ela se explicita todos os dias, quando os operários, por exemplo, fazem uma greve e reivindicam salários maiores, reivindicam o direito, por exemplo, à estabilidade no emprego durante um ano. (...) Quando se mata o Santos Dias na luta. O que é isso? É luta de classes. Não há como negar"* (VANNUCCHI, 1983, p. 102).

⁸ Segundo Gadotti, foi Georg Lukács quem desenvolveu o significado de classe social e foi ele também quem estabeleceu a distinção entre 'classe em si' e 'classe para si'. Para Lukács, a classe em si é resultado da *"determinação estrutural e objetiva de classe pelo processo de produção"*, enquanto classe para si é a *"classe dotada de uma consciência de classe própria e de uma organização política autônoma"*. Porém, para Gadotti, Lukács não faz *"uma oposição formal"* entre uma e outra, como se a primeira fosse inconsciente e a segunda fosse a classe consciente (GADOTTI, 1998, p. 186-187).

domina, ou melhor, é a história dos interesses das camadas populares diante dos interesses das classes dominantes" (GRACIANI, 1997, p. 35).

No contexto latino-americano, as práticas coletivas por melhores condições de vida ganharam forma e expressão nos movimentos sociais e populares, no sindicalismo, no chamado segmento progressista das igrejas cristãs (a partir da Teologia da Libertação) e em alguns partidos políticos. Lutando pela terra, pela moradia, pelo saneamento básico, pela educação e saúde públicas de qualidade etc., chegando às organizações em torno de alternativas coletivas de geração de trabalho e renda, homens e mulheres interagem num processo permanente, no qual identificam-se determinadas atividades que vão além da simples mobilização reivindicatória e/ou propositiva, conferindo-lhes um caráter educativo de mudança de valores e comportamentos pessoais e sociais, bem como de expectativas de vida. Práticas essas que, partindo do conhecimento popular, primando pelo aspecto participativo e pelo diálogo como dimensões prioritárias do processo organizativo, articulam os objetivos imediatos do grupo com um projeto maior para toda a sociedade, que é a busca de uma nova racionalidade sócio-político-econômica e cultural.

Segundo Maria Stela Graciani, o que confere a uma prática social a identidade de Educação Popular é o fato de ela se propor

(...) a transformar, produzir, criar e elaborar um processo de conhecimentos na sociedade, dentro de relações sociais dadas (relações de classe, relações de formação social). Essa prática reforça o poder de resistência e luta da classe dominada e se inscreve dentro do movimento já existente como uma prática que se propõe a contribuir para a sua dinamização. Pretende ser um espaço em que as próprias camadas populares desenvolvem (expressam, criticam, enriquecem, reformulam e valorizam) coletivamente o seu conhecimento, as formas de aprender e explicar os acontecimentos da vida social (GRACIANI, 1997, p. 28).

Portanto, são práticas que não se limitam aos aspectos imediatos da luta pela sobrevivência, mas que apresentam um projeto político-pedagógico de comprometimento com as lutas do povo em fortalecer sua identidade de classe e, conseqüentemente, seu poder de resistência e de atuação por novas relações na sociedade.

É nesse contexto de organização e luta por melhores condições de vida e ao mesmo tempo politização que surgiram as alternativas comunitárias de geração de trabalho e renda, os PCGRs, terminologia que optei para indicar essas experiências. Os PCGRs eram práticas que, junto às atividades de geração de trabalho e renda, como artesanato, confecções, panificações, hortas e outras pequenas produções industriais e agropecuárias, desenvolviam atividades sócio-educativas pautadas na proposta teórico-metodológica da Educação Popular. Tais projetos, que em algumas regiões do país ainda continuam sendo implementados,

correspondiam a uma nova maneira de ver e agir dos movimentos populares, de determinados setores da Igreja Católica e de outras instituições da sociedade civil com ações junto às camadas populares, apoiando e/ou implementando atividades em torno das necessidades concretas dos setores mais despossuídos da sociedade, como nos observa Armando de Melo Lisboa.

A profunda mudança epocal tem levado o Movimento Popular a se voltar para um nível novo de atuação, o dos projetos econômicos alternativos, tornando as organizações populares atores políticos fundamentais na emergência do circuito econômico popular. (...) abrindo um novo espaço de cidadania, gerador de novas relações sociais entre produtores e destes com consumidores. Para isto, estabelecem-se múltiplas parcerias, induzindo o surgimento de ações institucionais e políticas voltadas para apoiar tecnológica, financeira e politicamente essa economia popular (LISBOA, 1998, p. 23).

Portanto, ao conceber as experiências comunitárias de geração de trabalho e renda como práticas de Educação Popular, faço-o não somente por se tratarem de iniciativas das e junto às camadas populares, cuja finalidade é a de assegurar as condições necessárias de sobrevivência. O motivo principal está no fato de essas experiências pautarem suas ações a partir de valores e princípios comunitários, como a cooperação, a participação, a partilha e, sobretudo, por se constituírem em espaços de (re)educação de novos comportamentos pessoais e sociais, seja no que se refere aos hábitos de consumo, seja no que tange à tomada de postura crítica frente a toda a realidade que os rodeia, tanto econômica, quanto social, política e até mesmo religiosa.

Para uma melhor compreensão dos elementos que conferem às experiências comunitárias de geração de renda a identidade de prática de Educação Popular e, conseqüentemente, que as difere das demais iniciativas econômicas que integram a economia informal, individuais e coletivas, cito o que José Fernandes Dias escreve, ao caracterizar os Projetos Comunitários de Geração de Renda:

- Todos os processos devem ser relacionados coletivamente, assegurando-se a plena participação de todos em sua gestão;

- Para que isso aconteça, deve ser assegurada diariamente a socialização das informações, participação nas decisões, a gestão coletiva do projeto. Essa prática estimula a solidariedade e a fraternidade, permitindo a superação do individualismo, herança da sociedade capitalista. No dia-a-dia dos projetos, começa a ser gestada a sociedade nova com que tanto sonhamos. Ela nasce da prática cotidiana desenvolvida por mulheres, homens e crianças que vêem o mundo com olhos novos e mais bonitos;

- Os projetos devem também ter como objetivo a formação política de seus participantes. Essa formação, necessariamente sistemática, deve permitir uma reelaboração crítica da prática social, coletiva. E mais: deve permitir aos trabalhadores conhecer os fundamentos e a realidade da sociedade onde vivem, para que possam superá-la através da construção de novas relações humanas e de novas relações sociais de produção (DIAS, 1990).

Esses elementos são explicitados de forma mais detalhada pelo chileno Luiz Razeto, filósofo e pesquisador na área de economia e trabalho, a partir das experiências no Chile:

- a) são iniciativas que se desenvolvem nos setores populares;
- b) não são iniciativas puramente individuais, mas associativas;
- c) são iniciativas organizativas (...) (explicitam objetivos, propõem estrutura, definem direção, programam atividades, distribuem tarefas, movimentam recursos etc);
- d) são iniciativas criadas para enfrentar um conjunto de carências e necessidades concretas,... (necessidades econômicas);
- e) são iniciativas que implicam relações e valores solidários... (ajuda mútua, cooperação, solidariedade etc. (...) como parte integrante das atividades da organização);
- f) são organizações que querem ser participativas, democráticas, auto-gestionárias e autônomas (...) (o grupo é quem define o que e como fazer);
- g) são iniciativas que não se limitam a um só tipo de atividade, mas que tendem a ser integrais, no sentido de que combinam atividades econômicas, sociais, educativas, de desenvolvimento pessoal e grupal, de solidariedade e, freqüentemente, também de ação política e pastoral (...);
- h) são iniciativas na qual se pretende ser diferente e alternativo com respeito ao sistema imperante (...) e chegar assim, ainda que seja em pequeníssima escala, a uma mudança social, na esperança de uma sociedade melhor e mais justa...;
- i) são experiências que tendem a se coordenar com outras, formando redes horizontais baseadas na troca de informações e na busca de ações conjuntas. Nesse sentido, tendem a expandir a cooperação nas relações com outros grupos e não a estabelecer relações competitivas. Por outro lado, a necessidade de colaboração e de apoio que têm leva-as a procurar e a manter relações com diferentes instituições que realizam atividades de promoção, capacitação, assessoria, doação de recursos materiais etc. Inerente a essas experiências é, pois, a necessidade de evitar o isolamento em todo sentido, fomentando relações e mudanças sociais dos mais variados tipos (RAZETO, 1993, p. 34-38).

Essa configuração das experiências comunitárias de geração de trabalho e renda é bastante explícita na bibliografia brasileira até os primeiros anos da década de 90, quando do aumento considerável da crise econômica em nível mundial, emergindo daí um expressivo incremento de novas formas associativas de geração de trabalho e renda. A reestruturação do modo de produção capitalista, favorecida pelas novas tecnologias e gestões do trabalho, bem como em consequência do ritmo de produtividade imposto pela globalização da economia, vem aumentando indiscriminadamente o índice de desemprego e provocando o surgimento do fenômeno conhecido como "novos pobres" (SINGER, 1990)⁹. Dos desafios da competitividade surgem o desemprego e a terceirização. Ou seja, com o objetivo tácito de

⁹ "Novos pobres" são os trabalhadores e trabalhadoras que pertenciam à chamada classe média e que ficaram desempregados com o processo de reestruturação produtiva e/ou privatizações de estatais. Para sobreviver e manter seus familiares, passaram a se submeter a trabalhos precarizados (economia informal, subemprego etc).

minimizar os custos de produção, os empresários de grande porte passaram a terceirizar a produção e serviços, inclusive estimulando, para esse fim, a constituição de empreendimentos associativos, as cooperativas de trabalho e produção, junto aos seus ex-empregados e demais trabalhadores desempregados.

A existência de empreendimentos econômicos associativos, tanto no campo como na cidade, não é um fenômeno novo. O que chama atenção é a configuração dessas novas experiências de geração de trabalho e renda, considerando que o estímulo e apoio para a constituição ganhou novos agentes, novos atores, que são o Estado, empresas privadas e instituições da sociedade civil sem compromisso com a emancipação das camadas populares, ou melhor, que compactuam com a ordem sócio-econômica e política estabelecida. Nessa nova configuração dos empreendimentos econômicos associativos, as prioridades econômico-empresariais passaram a prevalecer sobre as educacionais e políticas, ainda que esses empreendimentos sejam constituídos de forma autogestionária, participativa e democrática. A justificativa é a de que *antes ter um pão duro do que nada para saciar a fome*. Este ditado popular vem sendo assumido por políticos, economistas, sociólogos, educadores e outros profissionais que atuam direta ou indiretamente com projetos de geração de trabalho e renda, quase como uma filosofia para as associações populares de produção. Daí, o desenvolvimento e adoção de novas metodologias de organização do trabalho, de autogestão, de participação etc., são imprescindíveis aos segmentos sociais que lutam por uma sociedade estruturalmente diferente da que aí está.

A preocupação, portanto, que está na raiz do problema, é em relação ao risco de adesão às propostas estimuladas e promovidas pelo discurso e política neoliberais através de medidas paliativas ao processo de exclusão inerente à racionalidade econômica do capitalismo atual, implementadas pelo Estado e setor privado capitalistas. Assim, a pesquisa que realizei consistiu em investigar na bibliografia sobre Economia Solidária a proposta teórico-metodológica de Empreendimentos Econômicos de Solidariedade, buscando entender até que ponto essas organizações superam o economicismo capitalista, uma vez que fazem parte desse sistema.

A Delimitação do Problema: o longo e difícil percurso

A busca pela delimitação do objeto desta pesquisa, contudo, constituiu-se num processo difícil e de muito estudo, cujo início data de outubro de 1997, conforme explicitarei

no itinerário de pesquisa que segue.

As primeiras questões formuladas foram aquelas apresentadas no projeto de seleção. São questões que emergiram da minha experiência com Projetos Comunitários de Geração de Renda junto às camadas populares. Projetos que há muito tempo vinham sendo implantados na Grande Florianópolis, mas sem ou com pouquíssimos resultados positivos¹⁰.

- 1) Até que ponto é possível implementar PCGRs junto aos milhares de João e Maria que, com seus filhos e filhas, enteados e enteadas, parentes etc., vivem em situação de miséria econômica, política, psicossocial e cultural nos bolsões de pobreza das periferias de nossas cidades?
- 2) Somos capazes de desenvolver uma metodologia que os ajude a despertar do estado de apatia, de entreguismo, de baixa auto-estima, de falta de perspectivas de vida, de falta de horizontes que transcendam os limites da própria favela? Uma metodologia que os leve a refletir sobre seus sonhos e potenciais? Uma metodologia que suscite o perfil de cada um e que permita a criação de um plano de negócio correspondente? Uma metodologia que os envolva num projeto e os torne sujeitos do próprio processo? Uma metodologia que possibilite aos trabalhadores e trabalhadoras superarem a cultura do empregado, da reivindicação ou mesmo do sentimento de incapacidade – ainda que inconsciente – de corresponder aos novos desafios, próprios das relações que começam a se estabelecer?

Essas questões, na verdade, refletiam os desafios que eu e meus colegas educadores da Fundação Fé e Alegria do Brasil (SC) vínhamos enfrentando, a partir do segundo semestre de 1997, ao tentar implementar PCGRs nas comunidades de periferia onde a instituição atuava.

No ano de 1998, passei a vivenciar três movimentos em relação à temática de meu projeto de pesquisa. Um, que se deu a partir do próprio PCGR que estávamos implementando numa das comunidades de atuação da Fundação, com um grupo de mulheres: o Projeto Chinelos. O segundo, possibilitado pelo longo período de greve dos servidores e professores das Instituições Federais de Ensino Superior, deflagrado logo no início do curso, abril, estendendo-se por 104 dias. Este, indiretamente, permitiu-me aprofundar algumas questões relacionadas à temática, como, por exemplo, o porquê de os PCGRs não apresentarem resultados efetivamente positivos. O tempo que até então eu dedicava às leituras indicadas

¹⁰ Na ocasião da apresentação do projeto de pesquisa para seleção na UFSC - outubro de 1997 - minha atuação profissional era numa ONG, a Fundação Fé e Alegria do Brasil - Regional Santa Catarina (FyA-SC ou Fundação), com práticas de Educação Popular (Projetos Comunitários de Geração de Renda) junto a algumas comunidades de periferia da Grande Florianópolis.

pelas professoras (orientadoras do Seminário de Dissertação I e de Teorias da Educação) passei a dedicar a leituras de dissertações de mestrado, livros e materiais mimeografados experiências em outros Estados da Federação, bem como a visitas a algumas iniciativas populares de geração de trabalho e renda da região de Tijucas e Florianópolis. Desse trabalho sistematizei os principais fatores responsáveis pela extinção dos PCGRs, isto é, os limites e desafios enfrentados por essas iniciativas dentro do sistema capitalista.

Contudo, ainda que ciente dos limites de um PCGR, inúmeros aspectos positivos vivenciados junto ao Projeto Chinelos passaram a me indicar algumas possibilidades de essas alternativas contribuírem no processo de emancipação dos trabalhadores, ainda que implementadas no interior do capitalismo.

A partir daí, passei a priorizar o próprio Projeto Chinelos. Este, além de inúmeros aspectos positivos, já começava a apresentar alguns sinais que evidenciavam sua fragilidade, seus limites, não só por causa da estrutura sócio-econômica do país e nem tão somente por causa de uma cultura de individualismo, de dependência, de reivindicação por parte das mulheres, mas também por causa de procedimentos de nossa parte, educadores. Fomos impelidos a cometer inúmeros equívocos¹¹, seja em consequência dos compromissos assumidos pela Fundação junto à instituição internacional que financiava a equipe de educadores/assessores, seja em consequência dos limites de participação das mulheres que integravam o grupo com o qual estávamos desenvolvendo o projeto. Limites herdados das próprias condições de vida e acumulados desde o nascimento.

Um terceiro movimento foi feito junto ao próprio curso do Programa de Mestrado em Educação na UFSC, nas aulas, seminários de dissertações, conversas com amigos, professores, orientador e co-orientador. No interior deste, passei a exercitar aquele que constituiu o meu maior desafio: delimitar e formular o objeto de pesquisa, a problemática a ser investigada.

As primeiras questões apresentadas nos Seminários de Dissertação estavam relacionadas à operacionalização dos empreendimentos econômicos. Ou seja, como os desafios, os problemas do dia-a-dia são assumidos pelos integrantes desses empreendimentos, haja vista que nem todas as necessidades podem ser previstas? Nas empresas individuais, é o proprietário quem decide e faz acontecer, executando ou providenciando alguém para executar. Mas, num grupo de produção, que é de responsabilidade dos associados, portanto, do coletivo, como aquelas tarefas não previstas que surgem no cotidiano vão sendo assumidas

¹¹Veja página 21.

pelo grupo sem causar constrangimentos e conflitos diante de posturas de indiferença ou mesmo de comodismo por parte de colegas? Como é desempenhada a coordenação, dados os limites e ritmos pessoais de cada trabalhador/trabalhadora? Até que ponto aqueles que tomam a iniciativa e que apresentam maior afinidade e empenho nos trabalhos não se sentem explorados pelos colegas que não conseguem acompanhá-los ou acompanhá-las? Abandonei esta questão por falta de campo de onde poderia extrair indicadores de resposta, uma vez que desconhecia a existência de projetos na configuração de um PCGR funcionando na região da Grande Florianópolis. A alternativa poderia ser a de conversar com as pessoas que participaram de projetos desse gênero. Porém, o limite de tempo para a realização da pesquisa e a falta de recursos para locomoção, a fim de identificar, localizar e visitar esses possíveis interlocutores, bem como a ausência de registros dessas experiências, fizeram com que abandonasse este objeto de pesquisa. Estudar o próprio Projeto Chinelos também não era a melhor opção, pois, além de coordenar o projeto, eu exercia o papel de educador e, de certa forma, também de membro, ao administrar o empreendimento.

Abandonei, então, a questão que delimitava o objeto de pesquisa, mas não consegui me desprender da problemática *da participação*, sobretudo ao perceber que muitas das inquietações em relação às contradições identificadas nos limites de participação começavam a se evidenciar também no próprio Projeto Chinelos. Assim, partindo do princípio de que a autogestão constitui-se numa das principais características dos empreendimentos econômicos populares de solidariedade, passei a me perguntar até que ponto é possível a participação efetiva de pessoas destituídas do conhecimento da leitura e da escrita no processo de gestão, sem que esta se configure uma presença alienada. No que se difere esse estilo de participação da concepção de participação da empresa capitalista?

Esta inquietação acirrou-se quando, em fevereiro de 1999, o Projeto Chinelos foi extinto pelo Fé e Alegria, dois meses depois que deixei a ONG. A instituição justificou o encerramento do Projeto alegando que as mulheres tinham dificuldades em produzir e participar da gestão do empreendimento. A pergunta que surge dessa argumentação é em relação aos motivos dessa não-participação efetiva, uma vez que se tratava de um projeto que pretendia ser uma prática de Educação Popular. Isso me fez refletir sobre o processo de participação: o que faz com que as pessoas participem de um determinado projeto, de uma determinada ação? Partindo do princípio de que o grau de participação depende da identificação do sujeito com o objeto, portanto, das mulheres com o projeto, a pergunta que surgiu era se as mulheres haviam se identificado de fato com o projeto? Para responder esta pergunta, respaldei minha reflexão em três argumentos:

I. A identificação depende do conhecimento e da aceitação do conteúdo da proposta relativo a: o que, como, quem e por que fazer;

II. A identificação depende do sentimento de ter as condições necessárias para corresponder com suas atribuições/responsabilidades dentro da proposta;

III. A identificação depende da convicção de que, ao participar no projeto, obterá os resultados necessários para atender suas expectativas e necessidades.

A partir desses elementos, foi possível entender os motivos que impediram as mulheres de se identificarem com o Projeto Chinelos. Os limites da participação começaram justamente quando, para fins de financiamento, nós (educadores da Fundação Fé e Alegria) qualificamos o projeto. Demos um salto que as mulheres não apresentavam as mínimas condições de acompanhar. O projeto nasceu grande demais, com exigências superiores às possibilidades das trabalhadoras: mulheres analfabetas e semi-analfabetas vivendo em condições mínimas de sobrevivência e, sobretudo, com relações sociais e econômicas muito aquém daquelas exigidas para interagir no *mercado empresarial*. Daí em diante, apesar de muito trabalho por parte da nossa equipe, não conseguimos mais adequar o ritmo do projeto e das demandas próprias de um empreendimento econômico dentro da economia de mercado capitalista com o ritmo e perfil do grupo.

Triste, porém satisfeito com a análise, passei a me perguntar como teria sido o Projeto Chinelos se o grupo de mulheres tivesse outro perfil. Ou seja, o problema do Projeto Chinelos foi teórico-metodológico ou foi, de fato, operacional? Isto é, o problema estava na incompatibilidade da proposta de Educação Popular com os desafios de um empreendimento econômico dentro do sistema capitalista? Ou estava no perfil do grupo de mulheres, que não apresentava as condições necessárias para integrar um PCGR? Mas, se o problema estava nos limites das mulheres em participar, até que ponto podemos falar de Economia Solidária? Não seria uma contradição da proposta, uma vez que implicaria na exclusão das pessoas que não apresentam um determinado perfil?

Sem respostas e à procura de uma questão que me possibilitasse entender essas e outras indagações, fui visitar as duas cooperativas de costura de Tijucas (SC), em funcionamento desde outubro de 1997. Com muitas dificuldades, inclusive de rotatividade no quadro de associadas, trabalhando muito, cumprindo compromissos financeiros provenientes do financiamento das máquinas, de energia elétrica, fretes etc., e com retiradas mensais não tão significativas, as mulheres de Tijucas permaneciam, e ainda permanecem, esperançosas em relação ao futuro das cooperativas. O ambiente com o qual me deparava, porém, era muito diferente daquele que tínhamos no Projeto Chinelos. Muitas máquinas fazendo barulho e as

trabalhadoras sem conversar uma com as outras, trabalhando das 13 às 22 horas, com apenas dois intervalos de 15 minutos cada para lanche. Prestando serviço para a Cia. Hering e autogerindo o empreendimento, as mulheres se vêem pressionadas, seja pelos familiares, seja por elas mesmo, entre as necessidades de levar dinheiro para casa e os compromissos financeiros da própria cooperativa. As reuniões acontecem somente quando muito necessário e, geralmente, com a presença do presidente do Rotary Clube da cidade, incentivador e assessor da iniciativa.

Este quadro, conforme mencionei, diferencia-se muito da proposta trabalhada no Projeto Chinelos. Neste, o horário, também de segunda a sexta-feira, era das 14 às 18 horas. Nas segundas e quartas feiras, o horário das 14 às 15 horas era destinado à alfabetização. As sextas-feiras eram reservadas para formação e capacitação. Discutia-se temas relacionados à política, economia, cultura, religiosidade e outros. Conversava-se sobre os problemas do cotidiano do grupo (desafios, perspectivas, conflitos entre elas) e de cada uma das integrantes em particular (seus problemas e suas conquistas). Capacitava-se para a comercialização e gestão e fazia-se a divisão do dinheiro. Uma sexta-feira por mês era reservada para a confraternização das aniversariantes, passeios a pontos turísticos, como praias, museus e outros.

No Projeto Chinelos evidenciava-se uma proposta de Educação Popular libertadora. O empreendimento tinha como estratégia destacar o ser humano como ponto de partida, meio e fim de todo o processo, ainda que essa condição nem sempre tivesse sido respeitada, como já destaquei. A característica central pretendida e geralmente viabilizada era a construção da cidadania das pessoas envolvidas. Uma cidadania que tinha como questão central a elaboração do conhecimento. Não de um conhecimento estritamente resultado de uma representação mental, mas de um conhecimento produzido nas relações e dentro do ritmo próprio das protagonistas: as mulheres. Das cooperativas de Tijuca, inúmeras questões emergiram. Algumas vieram ao encontro do que ainda me intrigava na experiência do Projeto Chinelos: Como um empreendimento de autogestão pode ser gerido de maneira que todos se sintam autores e protagonistas do processo de trabalho? Até que ponto é possível a proposta de geração de trabalho e renda junto aos grupos excluídos das camadas populares? Até que ponto é possível conciliar a viabilidade econômica de um empreendimento condicionado pelas exigências do mercado capitalista com uma prática de Educação Popular? Ou, do contrário, qual a possibilidade de essas experiências se constituírem em espaços de construção da cidadania, de emancipação sócio-político-econômica e cultural?

Luiz Inácio Gaiger¹² aponta alguns elementos que ajudam a entender essas questões e, ao mesmo tempo, levantar outras, como o conceito de solidariedade e a contradição deste com a lógica do sistema produtivo capitalista.

Na lógica do sistema da livre concorrência, o mercado consumidor vem se tornando cada vez mais exigente. Isso tanto em relação à qualidade quanto aos preços dos produtos. Assim, a viabilidade econômica de qualquer empreendimento passa necessariamente pela efetividade – eficiência mais eficácia – não só em relação ao processo de produção e gestão, mas também em relação ao seu potencial de auto-capitalização. Dado que a competitividade está posta tanto para as grandes companhias quanto para os pequenos empreendimentos, a capacidade de auto-capitalização torna-se uma exigência para permanecer no mercado. A concorrência exige capital de giro e investimento em novas tecnologias. Ignorando essa dinâmica, todo e qualquer empreendimento econômico tende a fragilizar-se e, assim, tornar-se inviável economicamente.

Dentro desse enfoque, surgem as perguntas: como essa dinâmica é tratada na perspectiva da Economia Solidária? Ou melhor, qual a possibilidade de um empreendimento pautado na solidariedade fazer frente aos limites impostos pela dinâmica da produção e comercialização, cuja lógica é a da livre concorrência? Qual a concepção de solidariedade que fundamenta esta formulação teórica denominada Economia Solidária?¹³

Conforme explicitiei anteriormente, o pressuposto que embasa esse estudo é o da perspectiva de esses empreendimentos econômicos solidários superarem o economicismo próprio de todo e qualquer empreendimento econômico que atue dentro do mercado capitalista. A hipótese que sustenta esse pressuposto é a de que o adjetivo solidariedade expressa uma outra lógica de produção e trabalho diferente daquela do modo de produção capitalista, seja entre os trabalhadores e trabalhadoras dos empreendimentos, seja destes com os demais trabalhadores (empregados, desempregados, autônomos, trabalhadores de outros empreendimentos etc...) e também com o ecossistema.

¹² Luiz Inácio Gaiger, professor da UNISINOS, São Leopoldo (RS), tem vários estudos sobre os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), da Cáritas Brasileira-Regional/RS, cuja proposta e público alvo são característicos das primeiras experiências comunitárias de geração de renda. Dos vários trabalhos escritos ou coordenados por Gaiger, cito: GAIGER, L, I. "Sobrevivência e Utopia - os projetos alternativos comunitários no RS; Cadernos CEDOPE - Série: Cultura e Movimentos Sociais, São Leopoldo, nº 10, 1994. GAIGER, L, I e Outros. A Economia Solidária no RS: Viabilidade e Perspectivas. Cadernos CEDOPE - Série: Cultura e Movimentos Sociais, São Leopoldo, nº 10, 1999.

¹³ Outras terminologias são usadas, como Sócio-economia Solidária; Sócio-economia Popular Solidária ou, ainda Economia Popular Solidária.

O referencial teórico e prático que me trouxe para essa reflexão é o dos Projetos Comunitários de Geração de Renda, desenvolvidos na década de 80 e início dos anos 90 a partir da proposta teórico-metodológica da Educação Popular, cujo eixo central é o da construção de conhecimentos. É a partir desse enfoque que sistematizo a questão a ser investigada, qual seja, a relação entre o ritmo de produção de mercadorias e/ou serviços colocados no mercado com o ritmo de produção de conhecimentos por parte dos trabalhadores e trabalhadoras que integram o empreendimento de Economia Solidária. Tão importante quanto o tipo de conhecimento a ser produzido, é a maneira como esse conhecimento é produzido, sobretudo se for na perspectiva da discussão teórico-metodológica da Educação Popular, se dá nas e a partir das relações que se estabelecem num grupo de pessoas que (inter)agem em torno de um processo sócio-educativo de produção e trabalho focado na emancipação e construção de sujeitos que lutam por seus direitos. No entanto, como esses empreendimentos de Economia Solidária estão inseridos no contexto do mercado capitalista, o ritmo de produção econômica exigido para que sejam competitivos, a princípio, é semelhante ao dos demais empreendimentos. Isso faz com que os empreendimentos de Economia Solidária apresentem uma contradição em si mesmos, dado que o ritmo de produção de conhecimentos é diferente daquele demandado pelo ritmo de produção econômica conforme a dinâmica do modo de produção capitalista. Enquanto na produção econômica o fator determinante é o próprio mercado, isto é, a livre concorrência e os meios de produção disponíveis (matéria-prima, insumos, máquinas, equipamentos, instalações físicas, gestão), na Educação Popular o ritmo da produção de conhecimento é determinada pelas condições históricas (experiências anteriores e atuais) de cada uma das pessoas envolvidas.

Portanto, a discussão que ora me proponho fazer se norteará pela seguinte questão: *como é tratada a contradição que emerge da relação entre os empreendimentos de Economia Popular Solidária - concebidos como espaços de solidariedade, de construção de novas relações sociais de trabalho, de resgate do ser humano enquanto sujeito do processo produtivo, o que pressupõe a construção de conhecimentos, portanto, dentro da dimensão de Educação Popular - com a lógica do sistema produtivo capitalista, cuja dinâmica se pauta na "livre" concorrência, que exige capacidade de auto-capitalização permanente para investimentos em tecnologias e capital de giro, potencializando-se para o enfrentamento da competitividade do mercado?*

A Metodologia

Optei por fazer uma pesquisa bibliográfica, do tipo exploratório, por três motivos. Primeiro, em virtude da própria natureza da problemática investigada: dimensão sócio-educativa da proposta teórico-metodológica dos empreendimentos de *Economia Popular Solidária*. Segundo, pela necessidade e importância em sistematizar alguns conceitos ainda esparsos, fundamentais para a realização de novas pesquisas. Por último, porque somente através de uma pesquisa bibliográfica é possível a sistematização da proposta teórico-metodológica que está norteando instituições de apoio e assessoria em *Economia Popular Solidária* na atuação em projetos dessa natureza. Portanto, por esses motivos, minha opção se deve ao fato de julgar, como alertam MARCONI & LAKATOS (1996, p. 28), ser a técnica mais adequada ao problema a ser estudado.

Segundo MARCONI & LAKATOS (Idem, p. 66), a pesquisa bibliográfica consiste no exame minucioso de determinado assunto em textos tornados públicos, "*desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética, e audiovisuais: filmes e televisão*".

Os materiais utilizados para esse estudo não são as fontes primárias, mas a produção bibliográfica sobre o assunto a ser pesquisado. Nesse sentido, João Álvaro Ruiz escreve que, para fins de pesquisa científica, é feita a distinção entre fontes e bibliografias. Segundo este autor, as fontes "*são os textos originais, ou textos de primeira mão sobre determinado assunto*", enquanto a bibliografia "*é o conjunto das produções escritas para esclarecer as fontes, para divulgá-las, para analisá-las, para refutá-las ou para estabelecê-las; é toda a literatura originária de determinada fonte ou a respeito de determinado assunto*" (RUIZ, 1996, p. 58).

Portanto, são textos pertinentes à discussão em torno da *Economia Popular Solidária*, concebida como uma formulação científica para explicar um novo subsistema econômico que vem sendo gestado a partir de empreendimentos econômicos - individuais e coletivos - que, dentro de uma lógica de produção, gerenciamento, comercialização e acumulação diferenciada da lógica própria do modo de produção capitalista, tentam se constituir como

¹⁴ Outras terminologias são usadas, como Sócio-economia Solidária; Sócio-economia Popular Solidária ou, ainda Economia Popular Solidária.

alternativa para os trabalhadores assegurarem a reprodução da vida, sua e de seus familiares. Trata-se de uma discussão complexa e emergente que, mesmo os que teorizam em nível macro, como Singer e Coraggio, fazem-no a partir do concreto, não só das necessidades e desafios enfrentados pelos trabalhadores-empresendedores, mas também de suas conquistas. A esse respeito, tranquiliza-me o que DEMO (1985, p. 23-28) escreve: "*não existe pesquisa puramente teórica, porque já seria mera especulação*" (Apud. AVILA 1993).

Dentro deste enfoque, julgo tratar-se de uma pesquisa exploratória, dado que, partindo de uma questão, permite-me aprofundar a complexidade e as possíveis contradições em torno de um determinado problema.

Assim, ainda que ciente dos limites que apresenta, a exemplo de outras técnicas, seja documental, laboratorial ou de campo, estou convicto de que a pesquisa bibliográfica também proporciona contribuições valiosas para o avanço do conhecimento científico.

O Referencial de Análise e os Procedimentos Metodológicos

Como referencial de análise, utilizei a discussão acerca da proposta teórico-metodológica da Educação Popular que perpassou as práticas de organização popular dos últimos 30 anos e que nos anos 80 e início da década de 90 fundamentaram os Projetos Comunitários de Geração de Renda.

Em relação aos procedimentos metodológicos, utilizei o itinerário apresentado por RUIZ (1996). Segundo este autor, são quatro as fases de uma pesquisa bibliográfica. A **primeira** é aquela que vai da definição e delimitação do assunto até a elaboração de um primeiro projeto de pesquisa. Trata-se de um esboço do tema a ser explorado (um plano de estudos) que orienta a busca dos dados e informações.

A **segunda fase da pesquisa** é a fase da documentação: identificação, localização e fichamento de material julgado fundamental para o esclarecimento do problema selecionado e delimitado na fase anterior. Como optei em utilizar a discussão em torno da Educação Popular das últimas três décadas como referencial de análise, subdividi essa fase em dois momentos. No primeiro, detive-me em buscar, ler e sistematizar o material referente à Educação Popular. Encerrado este trabalho, passei para o segundo momento, que foi o de selecionar o material já obtido nos contatos com professores, amigos e instituições de estudo, fomento e apoio em Economia Solidária, e localizar e buscar outros. Tanto no primeiro quanto no segundo momento, utilizei a Biblioteca Central e algumas setoriais da Universidade Federal de Santa

Catarina, o Fundo de Mini-Projetos da CNBB-Sul IV, a Internet, as livrarias e editoras. Contudo, a grande fonte de informação e de localização, sobretudo no tema sobre a Economia Solidária, dada a sua emergência e, por isso, ainda restrita a poucas pessoas, foram os contatos pessoais com estudiosos, profissionais e simpatizantes que atuam na área, bem como as correspondências - fax, e-mail e cartas - para ONGs de estudos e assessoria em Economia Solidária espalhados por todo o país. O retorno dessas correspondências ficou aquém das minhas expectativas, ainda que tenha, com aquelas consideradas mais importantes, insistido. Das poucas que consegui resposta, solicitei material, sendo atendido por algumas.

Na **terceira fase**, fiz o fichamento bibliográfico e o fichamento de anotações de conteúdos considerados fundamentais na análise a ser feita.

Por último, a **quarta fase**, que foi o esboço final do projeto apresentado no exame de qualificação: análise do material fichado e a redação da dissertação.

Ainda nesta quarta fase, sistematizei a discussão teórico-metodológica acerca da Economia Solidária em perguntas e respostas, facilitando a análise e a relação com a sistematização em torno da discussão sobre a Educação Popular hoje, apresentada na conclusão da dissertação. Nesse sentido, a análise passou pela busca de elementos que evidenciasse a presença ou não de uma prática sócio-educativa de emancipação sócio-econômico-política e cultural das camadas populares.

A Justificativa

Conforme relatei no item sobre o *tema e a delimitação do problema da pesquisa*, as experiências comunitárias de geração de trabalho e renda da década de 80 e início dos anos 90 eram constituídas a partir da proposta teórico-metodológica da Educação Popular. No referencial de análise que sistematizei, vi como essa proposta norteava todas as demais atividades das organizações não-governamentais, movimentos populares e setores progressistas das igrejas cristãs, sobretudo Igreja Católica, junto às camadas populares, em torno de um projeto político-pedagógico de lutas por melhores condições de vida. Com alguns resultados positivos na dimensão educativa, como a formação de lideranças comunitárias, politização, novas relações familiares e comunitárias e novas expectativas de vida, mas com retorno financeiro praticamente insignificativo, a viabilidade desses projetos comunitários de geração de renda, mini-projetos, projetos alternativos comunitários ou simplesmente grupos de produção, passou a ser questionada pelos próprios assessores e/ou promotores ligados a

entidades de fomento, promoção e apoio a iniciativas desta natureza.

Com o avanço do processo de globalização, no final da década de 80, a reestruturação produtiva passou a lançar à margem do novo mercado formal de trabalho - caracterizado pela não-empregabilidade, pelo trabalho não-assalariado, pela precarização das condições e relações de trabalho - não só os milhões de trabalhadores e trabalhadoras dos diferentes setores da produção e serviços, mas também aqueles e aquelas que a cada ano entram para a chamada população economicamente ativa (PEA). Haja vista a falta de vontade política dos governantes e os interesses dos grandes grupos empresariais, as alternativas que passaram a ser gestadas, estimuladas e apoiadas, tanto pelo setor público como pelo privado, são aquelas relacionadas ao modelo associativo de produção e serviços, o cooperativismo.

Ao ser estimulado e, de certa maneira, assumido pelo Estado e setores privados capitalistas, o problema que se coloca para investigação é acerca do risco dessas experiências perderem o caráter sócio-educativo voltado para a emancipação política e econômica das camadas populares, como era concebido, proposto e trabalhado pelo projeto político-pedagógico da Educação Popular, transformando-se em mera alternativa ao restrito e complexo mercado de trabalho.

Assim, esse estudo, ao buscar resposta ou ao menos evidenciar a problemática em torno da questão formulada, justifica-se pela sua "*relevância científica e social*" (SEVERINO, 1996, p. 128).

Relevância científica pelo quadro teórico-metodológico desenvolvido sobre a discussão em torno da Economia Popular Solidária esparsa na bibliografia, ainda restrita. Essa tarefa exigiu, de minha parte, investigar e sistematizar elementos que possibilitassem identificar ou mesmo formular conceitos e procedimentos metodológicos que estão sendo apresentados em periódicos e livros e, por sua vez, adotados pelas organizações da sociedade civil que estão sendo constituídas com o objetivo de formar e assessorar empreendimentos econômicos de solidariedade, como as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares¹⁵.

Quanto à relevância social, apresento elementos que permitem a reflexão acerca do caráter sócio-educativo dos empreendimentos econômicos populares de solidariedade no processo de emancipação das camadas populares. Entendo a importância desta questão tanto pelo caráter formativo, fundamental no fortalecimento do poder de resistência dos

¹⁵ A partir da experiência da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a UNITRABALHO criou a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, reunindo, atualmente, 15 incubadoras.

trabalhadores e trabalhadoras frente aos poderes que os dominam e relegam à margem dos direitos fundamentais da vida humana, quanto pela contribuição teórico-metodológica no processo organizativo desses trabalhadores em busca de alternativas que assegurem a reprodução da vida, distintas daquelas impostas pelo sistema capitalista. Além disso, entendo que é fundamental que os empreendimentos econômicos de solidariedade mantenham sua identidade de prática de Educação Popular por se constituir, esta, numa proposta privilegiada de discussão e de formação do novo homem e da nova mulher, emancipados política, social, cultural e economicamente. Ou seja, um espaço de construção da cidadania, capaz de instrumentalizar homens e mulheres a trabalharem por uma sociedade melhor para todos.

A Dissertação

Na segunda parte, apresento uma síntese da *"discussão em torno da proposta teórico-metodológica da Educação Popular nas últimas três décadas"* e que nas década de 80 e início dos anos 90 orientou a atuação de Igrejas, ONGs e movimentos populares na formulação e execução de projetos comunitários de geração de trabalho e renda, os PCGRs, como os denomino nesta dissertação.

Inicialmente faço um breve resgate histórico da discussão pertinente à proposta teórico-metodológica de Educação Popular. Neste, pontuo elementos acerca da especificidade das práticas de Educação Popular em relação a outras práticas sócio-educativas, bem como elementos da discussão em torno dos sujeitos, metodologias, conteúdos e papel dos educadores. Em seguida, trato do tema sobre a Educação Popular Comunitária e dentro deste, de Educação Socialmente Produtiva, conceito formulado por Francisco Gutiérrez. Por último, apresento anotações da discussão atual acerca da Educação Popular, utilizando, para isso, trabalhos do GT Educação Popular, da ANPEd.

Na terceira parte, que chamo de *anotações para estudo*, apresento dois capítulos. No primeiro - *Reestruturação Produtiva, Competitividade, Globalização e Desemprego: desafios para os pequenos empreendimentos econômicos* - situo os empreendimentos econômicos de pequeno porte, associativos ou não, no contexto do processo de globalização econômica. Para isso, faço algumas anotações sobre os dois vetores básicos do tema reestruturação produtiva: inovações tecnológicas e inovações organizacionais. Sobre as inovações tecnológicas, trabalho a visão de Cláudio Katz, que faz a distinção entre o conceito de Revolução Industrial e o de Revolução e/ou Inovação Tecnológica. Segundo esse autor, a Revolução Industrial se caracteriza pela transformação das relações de produção e trabalho, a exemplo do que

aconteceu com o surgimento do capitalismo. Com o sistema capitalista, o trabalhador perdeu sua condição de sujeito do processo produtivo, tornando-se proletário assalariado, e a máquina, de mero meio de produção, tornou-se instrumento gerador de mais valia. A partir daí, o autor se volta para o conceito de Revolução Tecnológica, apresentando duas vertentes: a schumpeteriana e a marxista. Desta forma, seguindo o raciocínio da Katz, no atual período histórico, está se desencadeando não a Terceira Revolução Industrial, mas a Quarta Revolução Tecnológica, possibilitada por mais um estágio de evolução tecnológica, conforme descrevo no item sobre a Automação Microeletrônica.

O outro vetor da Reestruturação Produtiva é o das *Inovações Organizacionais*. Neste item sistematizo a discussão pertinente às novas formas de organização e gestão da produção, mais especificamente, o Toyotismo. Obviamente, a intenção não é esgotar o assunto. Pelo contrário, apenas pontuo alguns elementos que julgo fundamentais na relação capital-trabalho e que devem estar presentes na formulação de novas formas de organizar a produção.

Por último, trabalho o tema da *globalização*, concebida como estratégia do grande capital para expandir seu raio de atuação para além do território matriz, buscando ampliar suas margens de lucro e, portanto, o domínio no mercado internacional.

O tema da *Economia Solidária* – segundo capítulo desta terceira parte - aparece nesse contexto como uma das tantas alternativas de os trabalhadores e trabalhadoras garantirem sua existência. Para facilitar a compreensão da discussão que me propus a fazer, formulei e respondi nove questões que, nas leituras e reflexões sobre o tema, foram emergindo como elementos centrais na busca de compreensão do alcance desta temática em relação à construção de uma nova racionalidade sócio-político-econômica e cultural. Para isso, organizei as questões formuladas em dois blocos. No primeiro, com quatro questões, discorro sobre o conceito, o objetivo, o público e as estratégias da Economia Solidária. No segundo bloco, com cinco questões, trabalho a identidade, a forma como se constituem e se organizam, bem como as contradições e perspectivas em relação à emancipação sócio-político-econômica e cultural das pessoas envolvidas. Nesse sentido, trabalho de forma mais acentuada, a discussão em torno da metodologia de capacitação e assessoria aos trabalhadores-empresendedores em Sócio-economia Solidária. Três metodologias ganham destaque na bibliografia analisada. São elas: Metodologia CEFÉ, Metodologia de Capacitação Massiva e Metodologia GESPAR.

Por último, nas considerações finais, reflito sobre a relação Sócio-economia Solidária e Educação Popular. As primeiras anotações são mais gerais. Primeiro trato do significado das terminologias usadas pelos vários autores estudados e justifico o motivo de optar, na redação

desta dissertação, pelo conceito de Sócio-economia Solidária. Depois, apresento algumas reflexões sobre os adjetivos, popular e solidário.

Em seguida, a partir dos elementos sistematizados na conclusão da segunda parte - *A discussão em torno da proposta teórico-metodológica da Educação Popular nas últimas três décadas* - analiso as anotações referente aos sujeitos, objetivos, conteúdos e metodologias dos empreendimentos de sócio-economia solidária. O objetivo aqui é justamente entender as contradições e perspectivas da discussão teórico-metodológica acerca destes empreendimentos em relação aos desafios de viabilidade econômica próprios de todo e qualquer empreendimentos dentro do sistema capitalista.

O item *conteúdo* é apresentado de forma mais prolixa. A intenção é analisar a relação do tema central do projeto de Sócio-economia Solidária, que é *cultura solidária*, com o tema central trabalhado nos PCGRs, traduzido nas *múltiplas relações humanas*, isto é, a relação consigo mesmo, a relação com o outro, a relação com a natureza e, dentro das três, a relação com o transcendente.

II PARTE

O REFERENCIAL DE ANÁLISE

A discussão em torno da proposta teórico-metodológica da Educação Popular nas últimas três décadas

O objetivo deste capítulo é apresentar uma síntese da discussão acerca da Educação Popular nas últimas três décadas. Será enfatizada a proposta teórico-metodológica que na década de 80 e início dos anos 90 orientou os educadores populares e outros agentes sociais na formulação dos Projetos Comunitários de Geração de Renda (PCGRs) que se constituíram enquanto práticas de Educação Popular. Obviamente que o assunto não será esgotado, pois, além dos limites pessoais, esbarra-se também na amplitude e complexidade da questão, haja vista as várias concepções que a Educação Popular ganhou e vem ganhando ao longo dos anos, conforme nos escrevem Moacir Gadotti e Carlos A. Torres:

A educação popular passou por muitos momentos epistemológico-educativos e organizativos, desde a busca da conscientização até a defesa dos direitos humanos aniquilados pelas ditaduras militares, brutais e sangrentas, que custaram a vida de tantos militantes populares. Desde o otimismo guerreiro da campanha de alfabetização da Nicarágua e o sistema de educação popular de adultos forjado com cheiro de pólvora, até a educação popular que produz pequenas peças de artesanato, junta roupa usada, soluça com raiva resmungando ódio junto com o desempregado na periferia urbana. Desde a experiência das comunidades de base que lendo o mundo lêem a palavra e recriam a religiosidade popular, até aqueles que buscam criar um nova economia popular a partir das experiências de solidariedade comunitária (GADOTTI & TORRES, 1994, p. 8).

Entende-se, pois, que essas concepções, ainda que resguardando uma estrutura básica, mudam ao longo dos anos, conforme o contexto sócio-político-econômico e cultural - entendendo, aqui, também o educacional - de cada momento histórico, de cada época.

Nas páginas que seguem, pontua-se os elementos que marcaram as práticas, ao menos enquanto proposta, de *Educação Popular de orientação libertadora*, cuja sustentação teórica é respaldada pelos trabalhos de Paulo Freire e de outros teóricos latino-americanos. No primeiro item, apresenta-se algumas anotações sobre os vários enfoques da Educação Popular

no decorrer desses últimos trinta anos. No segundo item, trata-se da especificidade da Educação Popular em relação a outras práticas sociais coletivas das e/ou junto às camadas populares. Aprofundando esta questão - especificidade da Educação Popular - aborda-se, já no terceiro ponto, a discussão em torno dos objetivos e da concepção metodológica, inclusive a mediação. A quarta questão trabalhada refere-se à Educação Comunitária como uma expressão da Educação Popular e, dentro deste campo, a Educação Socialmente Produtiva, conceito formulado por Francisco Gutiérrez. Por último, desenvolve-se alguns tópicos da discussão atual acerca da Educação Popular e formula-se um quadro teórico-metodológico que, servindo de instrumental de análise de práticas sociais coletivas, possibilite a busca de elementos que evidenciem uma proposta de Educação Popular a partir das experiências atuais das camadas populares. No caso deste estudo, essas práticas sociais coletivas são os empreendimentos de Economia Solidária. Para esta discussão, recorre-se a alguns trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho: Educação Popular, da ANPED.

1 - Educação Popular: anotações sobre seu percurso histórico

A história da educação dirigida a setores populares na América Latina não é linear. Formas, modelos e agências de produção-difusão de idéias, propostas e práticas não se sucedem ordenada e definitivamente. Ao contrário, sobretudo nas formações sociais mais complexas, todas as possibilidades são permanentemente atualizadas. A um mesmo momento, em uma mesma nação, modelos supostamente ultrapassados de educação coexistem com modelos hegemônicos e com modelos emergentes. Velhas campanhas de alfabetização dos começos do século podem, a todo momento, re-emergir do silêncio. Podem até mesmo tornarem-se um trabalho de educação de massas que participa das ações políticas de fortalecimentos de uma revolução popular, como recém acaba de ocorrer na Nicarágua (BRANDÃO, 1984b, p.171).

A Educação Popular, no Brasil, surge na década de 50, entendida como educação para todos (PAIVA, 1987).

Na década seguinte, a compreensão acerca da Educação Popular se amplia e duas tendências marcam esse período: uma "*como educação libertadora, como 'conscientização'*" (Paulo Freire) [dos centros de produção e fortalecimento da cultura popular] e outra "*como educação funcional (profissional), isto é, o treinamento de mão-de-obra mais produtiva, útil ao projeto de desenvolvimento nacional dependente (UNESCO)*" (GADOTTI, 1998, p. 2).

Carlos Rodrigues Brandão (1986, p. 67) destaca "*o período de governo populista e a produção acelerada de uma intelectualidade estudantil, universitária, religiosa e partidariamente militante, e a conquista de espaços de novas formas de organização das*

classes populares" como fatores favoráveis ao surgimento da Educação Popular enquanto movimento cultural e, portanto, com a dimensão conscientizadora.

Depois, já no período militar, a Educação Popular passou pela alfabetização de adultos e, entrando na década de 70, pelos movimentos populares¹⁶, que tinham na *democracia de base e autonomia* a justificativa para o princípio do *povo como sujeito de sua própria história*, firmando-se, assim, como *modelo organizativo-conscientizador*.

Na década de 80, além dos movimentos populares, há um aumento significativo do número de ONGs. Do contexto de abertura política vivenciado a partir de 1984/1985 e, por isso, conquista de vários governos populares, seja na esfera municipal seja em nível estadual ou mesmo federal (Congresso Nacional), emergiu a necessidade de capacitação de lideranças comunitárias para participar efetivamente do processo de construção de uma nova forma de fazer política e gerir a coisa pública. O desafio agora não se restringia à reivindicação, exigindo o cumprimento dos assim chamados direitos fundamentais. Muito mais do que isso, as camadas populares são chamadas a propor políticas públicas e a participar do processo de construção da nova Constituição Federal. Assim, intensificou-se em todo o território nacional o número de movimentos sociais e de centros de formação e documentação, conferindo à Educação Popular uma espécie de institucionalização.

Ainda sobre os movimentos sociais, a diferença destes em relação aos movimentos da década anterior é que a ênfase estava em centrar a luta em defesa dos direitos humanos a partir de categorias ou questões temáticas específicas, como a questão racial, os direitos da mulher, dos índios, das crianças e adolescentes... e, já entrando na década de 90, a questão ecológica.

Como resultado de todo esse percurso, a Educação Popular hoje, segundo Moacir Gadotti, "*constitui-se num mosaico de teorias e de práticas, [tendo] em comum, nas diversas partes do mundo, o compromisso com os mais pobres, portanto, com a emancipação humana*" (GADOTTI, 1998, p. 31)¹⁷.

Nesse sentido, escreve Elisa Pereira Gonsalves:

Contrariamente a teses que insistem em declarar a sua morte, compreende-se que a Educação Popular permanece e que a heterogeneidade de suas práticas e a diversidade

16- Da segunda metade da década de 70 e início dos anos 80, a educação popular "*transitou de um modelo emergente de educação, com ponto de referência em si mesmo, para uma prática emergente cujo ponto de referência é o movimento popular*" (Brandão, 1984b, p.174).

17- Mais elementos sobre os caminhos e descaminhos da Educação Popular, suas concepções, sua história, podem ser encontrados em: BRANDÃO, 1984(1ª Parte); GADOTTI & TORRES, 1994; AZIBEIRO, 1995; GADOTTI, 1998.

de suas experiências conferem uma identidade à Educação Popular baseada no múltiplo, no diverso.

Nesses termos, a Educação Popular é um conceito que indica diferentes práticas educativas que buscam o fortalecimento das organizações e movimentos populares, cujas tendências precisam ser tomadas como objeto de estudo antes que se decreta apressadamente mais um fim. Ressalta-se, portanto, que se trata da crise de uma forma de fazer política, do 'modelo conscientizador' da Educação Popular (GONSALVES, 1997, p. 10).

Também nesta perspectiva, GADOTTI escreve que, na década de 90, o que ocorreu foi um certo redimensionamento das práticas de Educação Popular. Segundo este autor, há um certo refluxo das práticas "*mais centradas na conscientização ideológica e reivindicativa e uma maior vitalidade de experiências que tendam dar respostas a problemas concretos*" (1998, p. 15)¹⁸.

2 - Educação Popular x outras práticas sociais: sobre a especificidades da Educação Popular

Uma primeira questão que coloca-se e que, conseqüentemente, implica na busca de elementos que possibilitem a formulação de uma resposta, é em relação ao que confere a uma determinada prática social coletiva a identidade de Educação Popular. Para responder a esta questão, é necessário ter uma definição do que venha a ser Educação Popular. Definição essa que não se esgota na formulação de um conceito, mas que, aportando em produções teóricas de reconhecimento científico, possa permitir a construção de uma proposta e, assim, de um instrumental de análise ao que me proponho com a pesquisa.

Para ter uma idéia da diversidade ou da amplitude acerca da compreensão do que venha a ser Educação Popular, relaciona-se, abaixo, sete situações que, segundo Brandão, pesquisadores e educadores identificam serem práticas de Educação Popular.

- 1ª) É aquela que acontece "*no interior da vida e da cultura cotidiana de comunidades indígenas e/ou camponesas, operárias, periféricas etc.*". Isto é, acontece a partir da organização e práticas de reprodução do saber do grupo, seja nas práticas econômicas (trabalho), seja nas práticas culturais, artísticas, comunitárias e familiares.
- 2ª) É aquela em que pessoas e grupos se articulam, passando das práticas tradicionais de organização "*para experiências orgânicas de presença na vida social, cultural e política*", concretizados nas organizações comunitárias e nos movimentos populares. "*Esta forma de*

¹⁸- Gadotti faz esta afirmação a partir de sua "*leitura das últimas publicações do CEAAL (Conselho de Educação de Adultos da América Latina)*."

educação transparece como um dos meios pelos quais pessoas e grupos das classes populares transitam da prática de puros sujeitos econômicos para as de sujeitos políticos".

- 3ª) É aquela decorrente da prática sócio-educativa de educadores e de outros profissionais, voluntários ou não, ligados a organizações da sociedade civil, aos movimentos populares a que me referi acima.
- 4ª) Semelhante à anterior, difere-se quando a prática dos educadores é em função de projetos implementados a partir dos objetivos próprios da instituição promotora, no sentido de *agir para* e não *agir com*.
- 5ª) É aquela decorrente de programas efetivados a partir de convênios entre organizações da sociedade e setores do governo municipal, estadual ou mesmo nacional;
- 6ª) É aquela que decorre de experiências locais ou regionais realizadas por setores governamentais, com serviços de alfabetização, saúde, alimentação, educação ambiental etc.
- 7ª) Por último, duas ações em que governantes identificam como sendo prática de educação popular são: "a) *todo o trabalho de educação dirigido a pessoas adultas, grupos e comunidades populares da sociedade; b) todo o projeto nacional de educação, como um modo de retotalização, sob bases políticas e simbólicas de classe, de todo o sistema nacional de transferência do saber através da educação*" ((BRANDÃO, 1984, p. 68-71).

Essa pluralidade de concepções coloca a complexidade de entendimento do campo próprio da educação popular, se é que se pode ou mesmo se deve delimitar um conjunto de elementos que estabeleça uma especificidade própria e singular para a Educação Popular, como que desautorizando qualquer outra tentativa quando implementada fora de determinados parâmetros pré-definidos.

Tal complexidade é reconhecida por Gadotti, um dos teóricos, ao lado de Brandão e outros, que mais refletiu e escreveu sobre Educação Popular no Brasil.

O conceito de 'educação popular' tem hoje uma compreensão tão ampla que, dificilmente poderíamos encontrar algum educador contrário a ela ou que não se sentisse, de uma forma ou de outra, próximo dessa concepção. Tornou-se um conceito tão vago como o conceito de democracia. Daí, ao se falar em educação popular, ser preciso esclarecer de qual educação se está falando (GADOTTI, 1994, p.46).

Segundo Luis Eduardo Wanderley, são três as tendências de Educação Popular:

1ª) a educação popular como orientação de integração, que 'engloba as experiências cuja ideologia se expressava no desejo de obtenção de uma 'democracia' através da educação para todos, de educação permanente para o desenvolvimento e de extensão dos direitos de cidadania e seus correspondentes deveres';

2ª) a educação popular como orientação nacional-populista que 'congrega as experiências do período populista, caracterizado pela ideologia nacional-desenvolvimentista, em que governos, partidos e movimentos políticos mobilizaram setores das classes populares e setores modernos das classes dominantes na luta, principalmente, pela industrialização e por uma participação ampliada das classes populares nas esferas social, econômica e política';

3ª) a educação popular como orientação de libertação que 'compreende as experiências que, com maior ou menor consciência de seus agentes, objetivaram articular as potencialidades do povo e valorizá-las como eixo central em suas atividades educativas, tentaram uma crescente identificação com o povo e sua realidade cotidiana e forneceram meios para que o próprio povo se auto-sustentasse e se auto-promovesse' (WANDERLEY, 1979, p. 71-73).

Das três tendências apresentadas por Wanderley, a terceira merecerá maior atenção, segundo o entendimento de que o objetivo das práticas comunitárias de geração de renda, identificadas enquanto práticas de Educação Popular, é a emancipação das camadas populares.

BRANDÃO, citando um trabalho realizado por Huidoro¹⁹, onde analisa quinze projetos de Educação Popular das mais diferentes matrizes, afirma que de fato não existem "modelos, situações ou agências únicas de realização" e, nem mesmo, a "ênfase exclusiva sobre um tipo de prática direta". Mas dois elementos parecem caracterizar o ser da Educação Popular, que "é o modo como ela afirma uma direção política para a sua prática, "incentivando a participação popular e a mudança social" (1984, p. 60-61).

Daí, segundo BRANDÃO, a Educação é Popular não porque acontece no interior ou junto às camadas populares, junto aos operários, aos desempregados, aos trabalhadores rurais, enfim, aos moradores e moradoras do campo e da cidade que não tiveram a oportunidade de concluir sua formação básica na idade escolar. Para o autor, o que confere a uma prática educativa a identidade de Popular é o fato de sua proposta estar vinculada "organicamente à possibilidade de criação de um saber popular, através da conquista de uma educação de classe, instrumento de uma nova hegemonia" (1986, p. 70).

Ainda em relação ao termo popular, Ana Maria do Vale afirma que este "não significa apenas o que é democrático ou o que se identifica com a pobreza, com a miséria dos homens. Popular é uma concepção de vida e da história que as classes populares constroem no interior das sociedades democráticas, estando, necessariamente, ligada à questão da qualidade de vida das pessoas (...)" (VALE, 1992, pp. 55-56).

19- O trabalho de Juan Eduardo Garcia Huidoro foi publicado em 1982 com o título "La relación Educativa em Projectos de Educación Popular - análisis de quince casos".

Portanto, voltando a BRANDÃO, este concebe a Educação Popular como

(...) um domínio de convergência de práticas sociais que têm a ver, especificamente, com a questão do conhecimento. Com a questão da possibilidade da construção de um saber popular. Da apropriação, pelas classes populares, do seu próprio saber. Aquilo que é a fala e a lógica que traduzem a passagem de sujeitos e classes econômicos para sujeitos e classes políticos (1986, p.74).

Partindo dessas proposições, o autor citado apresenta três tendências pelas quais a Educação Popular pode ser reconhecida enquanto proposta de educação libertadora²⁰:

1. *a educação popular é, em si mesma, um movimento de trabalho pedagógico que se dirige ao povo como um instrumento de conscientização etc;*
2. *a educação popular realiza-se como um trabalho pedagógico de convergência entre educadores e movimentos populares, detendo estes últimos a razão da prática e os primeiros, uma prática de serviço, sem sentido em si mesma;*
3. *a educação popular é aquela realizada pelo próprio povo, quando pensa o seu trabalho político - em qualquer nível ou modo em que ele seja realizado, (...) - e constrói o seu próprio conhecimento. Neste caso, independente da presença de um 'educador erudito' que pode participar aportando, com o seu conhecimento, informações e interpretações que, a partir dos problemas colocados pelas e nas situações de trabalho popular, explicitam e fortalecem o saber popular (BRANDÃO, 1986 p.74).*

Beatriz Costa (1982), por sua vez, explicita melhor essa questão do conhecimento como diferencial de uma prática de Educação Popular em relação às demais práticas sociais. Para ela, porém, não se trata apenas do tipo de conhecimento a ser elaborado, mas, sobretudo, a maneira como esse conhecimento é elaborado. Não por uma questão pedagógica apenas, mas sobretudo enquanto proposta política.

Beatriz parte do princípio de que são vários os momentos e espaços em que as camadas populares se utilizam para desenvolver seu conhecimento e fortalecer seu poder de resistência, ampliando, assim, "*a sua capacidade de transformar o sistema*" (COSTA, 1982, p.23). Porém, o modo como se processa o conhecimento no interior dessas práticas é que confere ou não a identidade de Educação Popular.

Nos itens que seguem, aprofunda-se o conceito da Educação Popular de "*orientação libertadora*". Trata-se, esta concepção, daquela prática educativa que se concretiza na organização de grupos formados pelas camadas populares que, juntos e de forma intencional,

20- "*A concepção libertadora de educação evidencia o papel da educação na construção de um novo projeto histórico, fundamenta-se numa teoria do conhecimento que parte da prática concreta na construção do saber e do educando como sujeito do conhecimento e compreende a alfabetização não apenas como um processo lógico, intelectual, mas também como um processo profundamente afetivo e social*" (GADOTTI, 1998, p. 2).

refletem criticamente, produzindo conhecimentos a partir do que já conhecem e a partir de suas experiências concretas vividas no cotidiano das diversas interações sociais (trabalho, religião, ações culturais, familiares etc...), reinterpretando-as e retornando a elas na condição de sujeitos ativos de sua própria história. Sua especificidade não está somente no tipo de atividade desenvolvida, mas, sobretudo, no objetivo e na concepção metodológica que orienta a ação dos educadores e educandos (as pessoas das camadas populares).

3 - Proposta(s) de Educação Popular

A Educação Popular de orientação libertadora, como pode-se analisar, tem como propósito uma dimensão eminentemente política. Ou seja, nas experiências de Educação Popular, o projeto compartilhado e posto em prática é o da transformação social. Daí, a questão essencial não é somente produzir um determinado tipo de conhecimento, mas, sobretudo, o processo de como esse conhecimento é construído (COSTA, 1982).

Ainda assim, a proposta de Educação Popular posta em prática numa determinada época sustenta a compreensão, não só pedagógica, mas também política, econômica e social daquele momento histórico. E a compreensão de transformação social que perpassou as práticas de Educação Popular na década de 80 era a da construção de uma nova hegemonia, conforme constatado na proposta explicitada por HUIDORO:

“A educação popular busca a criação de uma nova hegemonia; (...) tem seu ponto de partida na cultura popular que, em que pese possuir núcleos dinâmicos, é uma cultura dominada; (...) busca a constituição do povo como sujeito político, o que supõe o trânsito de classe econômica para classe política; (...) estabelece um tipo de relação pedagógica entre educadores e educandos que evitando a manipulação, promove a direção consciente e a vontade coletiva” (Apud BRANDÃO, 1984, p. 91).

Portanto, a Educação Popular tem como propósito se constituir em mais um instrumento de fortalecimento do poder popular, um espaço em que as camadas populares, partindo de suas experiências concretas e assessoradas por educadores, refletem sobre sua prática, desenvolvendo seu conhecimento e, assim, ampliando sua capacidade de resistir e atuar nas diversas situações da vida, seja na dimensão social, seja na econômica, na política, na cultural, na religiosa etc.

A concepção de transformação social que está na raiz dessa proposta é a da construção de uma nova hegemonia, uma nova realidade social, econômica, política e cultural construída a partir das camadas populares. Não se trata, pois, apenas de criar alternativas de

sobrevivência dentro do sistema vigente, mas de forjar um novo sistema, uma nova racionalidade social, política e econômica.

COSTA, por sua vez, sistematiza a proposta de Educação Popular, partindo de três questões básicas:

1. (...) *as camadas populares são o sujeito determinante do processo de transformação social, (...);*
2. *Dai, o conhecimento (ou teoria) determinante nesse processo é a teoria elaborada pelas próprias camadas populares;*
3. (...) *as camadas populares já resistem e se opõem, desde sempre e de diversas formas, às relações de dominação social, cabendo à Educação Popular o papel de "contribuir para a sua dinamização" (1982, p. 21-22).*

Partindo desses pressupostos, a autora formula sua proposta de Educação Popular :

Ser um espaço onde as próprias camadas populares desenvolvam (expressem, critiquem, enriqueçam, reformulem, valorizem) coletivamente o seu conhecimento, as suas formas de aprender e explicar os acontecimentos da vida social. É o conhecimento que brota da experiência de vida e de luta das camadas populares e que é elaborado por elas mesmas, que reforça o seu poder de transformar a sociedade: é esse conhecimento que aumenta a sua capacidade de discernir e recusar as regras da dominação, e que fortalece o seu poder de decidir quais são as lutas e formas de organização mais capazes de concretizar novas regras de vida social (Idem, p. 22).

Ainda que fale em transformação social, Costa não explicita a concepção de transformação social que nutre as práticas de Educação Popular. Isto ela faz em uma publicação posterior:

Penso a transformação social como um processo inesgotável, sem ponto de chegada, inscrito num modo de viver onde a proposta não é simplesmente instituir uma alternativa para o capitalismo, e sim para as relações de exploração e dominação, qualquer que seja a sociedade onde existam. Falando pelo positivo: a partir da realidade concreta de cada tempo histórico, trata-se de instituir e re-instituir relações de igualdade, solidariedade e cooperação em todas as práticas sociais, em todas as formas de decisão e gestão da vida social (COSTA, 1989:10).

Portanto, a concepção de transformação social apresentada pela autora é diferente daquela explicitada por Huidoro, que discorre sobre a *criação de uma nova hegemonia*. Segundo Costa, a transformação social é a apropriação, por parte das camadas populares, de um *processo inesgotável* de auto-capacitação em estabelecer relações solidárias em todas as situações da vida social, independente do sistema sócio-político-econômico vigente.

Essa dualidade de concepção pode ser compreendida se for considerado o aumento significativo de organizações da sociedade civil e de profissionais ideologicamente identificados com a Educação Popular atuando nas mais diferentes áreas, seja a saúde, a

educação, a produção, etc. que aconteceu na década de 70 e primeira metade dos anos 80. Além disso, as práticas de Educação Popular, seja nos movimentos populares, nas ONGs ou nas pastorais sociais, contavam com a presença de educadores dos mais diferentes matizes. Isso será visto adiante.

3.1 - A Metodologia

Como já referido anteriormente, a Educação Popular é uma prática social que lida fundamentalmente com o conhecimento. Não um conhecimento acabado, estático, mas dinâmico, dialético, produzido pelos próprios sujeitos do processo: as camadas populares e os educadores. Assim, sendo o conhecimento a *matéria-prima* da Educação Popular, a essência da metodologia desta prática educativa é a construção coletiva do conhecimento. Nesse sentido, a questão metodológica refere-se ao processo de construção do conhecimento que possibilita às camadas populares apropriarem-se criticamente da realidade, engajando-se em movimentos e organizações em busca de garantir políticas e ações para transformar essa realidade. Segundo Paulo Freire "*[...] alcançar a compreensão mais crítica da situação de opressão não liberta ainda os oprimidos. Ao desvelá-la, contudo, dão um passo para transformá-la, desde que se engajem na luta política pela transformação das condições concretas em que se dá a opressão*" (FREIRE, 1997, p.32).

Nadir Esperança Azibeiro, partindo da concepção de que o "*conhecimento é relação, criação de vínculos, muito mais do que construção de representações teóricas da realidade*", diz que o "*processo de produção do conhecimento é constituído pelo conjunto de relações que se estabelece - com as pessoas, com a vida, com a natureza, com as situações, com a história, com os autores*" (AZIBEIRO, 1994, p. 65). Tomando como base o "*conhecimento como relação*", a metodologia de produção desse conhecimento é, por sua vez, também "*fundamentalmente relação: relação entre pessoas que se constituem como sujeitos, relação entre processos formativos e organizativos, entre projetos pessoais e projeto coletivo*" (Idem, p.37).

Dentro dessa dimensão, a metodologia da Educação Popular não se limita tão somente a um conjunto de dinâmicas de trabalho em grupos, de técnicas de informações ou mesmo de produção coletiva do conhecimento. Muito mais do que isso, a metodologia é concebida como a "*articulação de uma teoria de compreensão e interpretação da realidade com uma prática específica*" (FISCHER, Apud AZIBEIRO, 1994, p. 34).

Nessa direção, cita-se também Oscar Jara:

A metodologia não pode se reduzir a uma técnica ou conjunto de técnicas. Ela significa o como estruturar toda a lógica do processo de conhecimento, que vai se desenvolver através de uma estratégia político-pedagógica. Deve ser a visão global que orienta todo o processo, que dá unidade e coerência a todos os elementos que intervêm nele, em todos os momentos e em todos os passos desse processo (JARA, Apud AZIBEIRO, 1994, p.33).

Portanto, a concepção metodológica aqui explicitada se funda num processo de construção do conhecimento que tem na prática o seu ponto de partida e, de certa forma, também de chegada. É teorizar sobre a prática e voltar a ela para transformá-la. É nisso que consiste a metodologia dialética ou, na opção de Marcos Arruda, a metodologia da práxis²¹.

Escreve GRACIANI:

A ação educativa nesse âmbito constitui-se num processo de criação e recriação do conhecimento que parte de uma determinada teoria dialética do conhecimento, pois parte da prática, teoriza sobre ela e volta à prática para transformá-la, ou seja, parte do concreto, realiza um processo de abstração e regressa ao concreto, num movimento reflexivo crítico e sistematizador - ação-reflexão-ação. Essa abstração busca penetrar nas raízes da realidade concreta, descobrir seu movimento interno, suas causas e suas leis, buscando desvelar suas contradições, para lucidamente poder transformá-la (1997, p.72).

Segundo JARA (1994, pp. 102-103), teorizar sobre a prática exige um "processo ordenado de abstração" por meio de "aproximações sucessivas", levando a "adquirir uma visão totalizadora da realidade" concreta, obtendo, por sua vez, "uma visão crítica e criadora da prática social", possibilitando às camadas populares a autonomia no pensar e no agir²².

²¹ "A concepção dialética da realidade também pode ser idealista, metafísica, se define como realidade a consciência, as idéias, os conceitos globais e universais, e se reduz o material a simples reflexo delas. Será igualmente metafísica se define como realidade o material, e reduz a consciência a simples reflexo dele. A concepção dialética não-metafísica reconhece a realidade como processo multidimensional, complexo. A realidade não é estática, nem 'já feita', nem é só o que se vê nela, mas é processo, movimento, e suas transformações se dão através de lutas, conflitos, interações. Assim, para compreender a realidade, é preciso fluir com ela.

Preferimos falar na Práxis, em vez de concepção dialética do conhecimento, para evitar equívocos e confusões. Sabemos que existem vários tipos de dialética. Estamos interessados na dialética da Práxis.

A Práxis é aquela ação crítica e criativa; é a ação de ir além. É por em prática a necessidade, a paixão, o desejo, o sonho. É o duplo movimento de descobrir os determinantes do sentido em que se move o real e 'mergulhar' no real, tanto para mover-se, lançar e fluir com ele, quanto para redirecioná-lo, revolucioná-lo. O segundo não existe sem o primeiro: só logramos revolucionar o real se - e na medida em que - estamos 'mergulhados' nele, vibrando na sua frequência, compreendendo-o de dentro para fora.

A práxis é esse duplo processo de integrar-se sempre mais profunda e plenamente no real e ir encontrando formas singulares e plurais de influir na sua estrutura e no sentido do seu movimento. É a articulação dinâmica da prática com a teoria, da ação com a intenção, do ser com o sonhar" (Marcos Arruda, apud AZIBEIRO 1994, pp.40-41)

²² Em relação ao processo de teorização sobre a prática, Oscar Jara indica quatro passos.

Para GRACIANI (1997, p.76), o objetivo de todo esse processo é o "desenvolvimento das capacidades e dos potenciais de cada educando/educador para sentir, pensar e agir de forma autônoma, crítica e criativa, no contexto dos grupos sociais em que vive". Nisso, diz a autora, consiste o "objetivo estratégico²³ de todo o processo político-educativo" e, por sua vez, também consiste a essência da metodologia da práxis²⁴.

"a) Em primeiro lugar, realizar um processo ordenado de abstração que permita passar da aparência exterior dos fatos particulares a suas causas internas - estruturais e históricas - para podermos explicar sua razão de ser, seu sentido. Esse processo de abstração não pode ser, portanto, imediato nem espontâneo, mas sim feito através de aproximações sucessivas, o que implica seguir necessariamente um itinerário ordenado de análise e síntese, para fazê-lo coerentemente.

b) Em segundo lugar, significa levar a adquirir uma visão totalizadora da realidade, na qual cada elemento seja captado em sua articulação dinâmica e coerente com o conjunto: essa unidade complexa e contraditória constitui a realidade concreta. (...) Trata-se, pois, de perceber e entender cada fenômeno particular dentro do movimento que o relaciona com a totalidade social em um momento histórico concreto.

c) Em terceiro lugar, deve permitir obter uma visão crítica e criadora da prática social. Quer dizer, adquirir uma atitude de questionamento sobre o processo causal dos fatos e sua dinâmica interna que leva a aprofundar, ampliar e atualizar constantemente o conhecimento que se tem sobre eles. Isto significa, por sua vez, uma exigência de permanente impulso à capacidade criadora e à reelaboração dos elementos de interpretação teórica, para adequá-los às novas circunstâncias e orientar, portanto, de maneira efetiva e realista, a nova ação sobre elas. O conhecimento teórico, dentro desta dinâmica, deixa de ser uma mera compreensão do que sucede para converter-se em um instrumento da crítica, nas mãos das classes populares, que permitirá dirigir a história para o que deve realizar-se, conforme seus interesses.

d) *Em quarto lugar, esse processo de formação teórico-prático deve levar amplos setores das massas populares a adquirir a capacidade de pensar por si mesmas. Desta maneira poderiam assumir convicções próprias e não estariam simplesmente esperando de outros a 'correta' interpretação dos acontecimentos, para aceitá-los passiva e dogmaticamente"* (JARA, 1994, pp. 102-103).

23- Segundo Marcos Arruda, *"para se atingir o objetivo estratégico, há três tarefas fundamentais:*

a. *auxiliar na apropriação pelos educandos de todo conhecimento científico, histórico, político, cultural acumulado pela humanidade ao longo da história e que possa servir às suas necessidades e objetivos específicos;*

b. *auxiliar na apropriação dos instrumentos de avaliação crítica daqueles conhecimentos, de modo que os educandos possam identificar seu caráter histórico-cultural e se proponham a renová-lo, atualizá-lo e mesmo recriá-lo; e*

c. *o mais importante, auxiliar na apropriação pelos educandos dos instrumentos adequados para a teorização da própria prática e, mais ainda, para a compreensão em profundidade dessa prática, nas suas diversas dimensões e articulações, quer dizer, para a criação de novos conhecimentos, adequados aos seus objetivos de transformação da realidade, do mundo, de si próprios"* (ARRUDA, M. Metodologia da práxis e formação dos trabalhadores, Rio de Janeiro, julho de 1988 (mimeo); Apud GRACIANI, 1997, p. 78)

24- Segundo GRACIANI, os princípios que fundamentam a metodologia da práxis são:

1º (...) *o conhecimento humano é um processo sempre em construção";*

2º (...) *a prática social, refletida pelos próprios sujeitos em todas as dimensões, articulações e inter-relações, é fonte privilegiada, sem ser única, do novo conhecimento";*

3º (...) *o educando, como sujeito do processo político-pedagógico, só aprenderá a sentir, sentindo; a agir, agindo; a perceber, percebendo; a criticar, criticando e a pensar, pensando"* (1997, p. 77)

Daí, pois, a Educação Popular como qualquer outro modelo político-pedagógico, antes mesmo de definir o como, deve explicitar a concepção de ser humano e de sociedade que deseja promover²⁵.

Ainda em relação à construção do conhecimento, destaca-se que se trata de um processo coletivo e não individual. Isto, no entanto, não significa que seja fruto de espontaneísmos e muito menos imposição de informações e saberes de uns sobre os demais. A discussão, nesse sentido, é dirigida a partir da decisão assumida pelo grupo sobre questões relacionadas às suas práticas, desafios e necessidades imediatas, e de acordo com o momento histórico de cada integrante, seu ritmo, suas informações e conhecimentos, como afirma AZIBEIRO ao escrever que “o ponto de partida não são certezas, verdades inquestionáveis, dogmas, receitas, mas algumas convicções a partir das quais se trabalha com a troca, o diálogo, abertura ao diferente e à mudança (1995, p. 36).

COSTA (1982, p.23), por sua vez, indica um outro ponto de vista sobre a questão metodológica. Segundo ela, o processo de discussão deve ser conduzido pela camadas populares, uma vez que o que interessa na Educação Popular é o desenvolvimento do saber popular. Ao educador cabe contribuir nas discussões, apresentando seu ponto de vista sobre o assunto em pauta, suas indagações, informações e sugestões sem, contudo, cooptar o processo de discussão, trazendo-a para seu universo de conhecimento e para sua forma de raciocinar. Pelo contrário, deve explicitar os limites do conhecimento que tem, desmistificando o saber escolar, o dito "saber erudito" e valorizando o saber popular.

3.2 - A Mediação

Qual, afinal, é o papel do educador no contexto dessa proposta educativa, a Educação Popular?

BRANDÃO, sem explicitar *o como*, afirma que

(...) o papel do educador popular é participar do trabalho de produção e reprodução de um saber popular, aportando a ele, ao longo do trabalho social e/ou político de classe, a sua contribuição específica de educador: o seu saber erudito (o da ciência em que se profissionalizou, por exemplo) em função das necessidades e em adequação com as

25- O ser humano, assim como a sociedade, está em permanente processo de mutação, de devir. Parafraseando Freire, o ser humano é um ser inacabado, consciente de sua eterna inconclusão, um ser "em e com uma realidade" também inacabada, inconclusa e, portanto igualmente histórica que, "por ser produzida por nós pode ser mudada de modo revolucionário" (KOSÍK, 1976, p. 18).

possibilidades de incorporação dele às práticas e à construção de um saber popular (1986, p. 68).

Parafraseando o autor, os educadores populares migraram do papel de agentes detentores de um saber erudito e, portanto, destinados a "trabalhar para o povo", para o papel de animadores e assessores. Colocando-se a serviço dos projetos das camadas populares, o educador, sem que precise omitir sua identidade e responsabilidade no processo, participa ativamente da construção do conhecimento de seus educandos, tornando-se, assim, um sujeito com os demais sujeitos, as camadas populares. Sua tarefa é a de animar a reflexão que se desencadeia a partir da prática do próprio grupo. Uma reflexão que tem por objetivo aprofundar o saber popular em vista do fortalecimento de um poder, também popular, em favor da construção de um projeto histórico alternativo ao atual; um projeto de sociedade que supere a deplorável situação de exploração social, política, econômica e cultural a que está submetida a maioria do povo do terceiro mundo.

A concepção de mediação, do papel dos educadores e educadoras populares junto às camadas populares, porém, nunca foi homogênea, nem na teoria e nem na prática. Educadores, educadoras e demais agentes sociais, na maioria das vezes, agiam e, de certa forma ainda agem, de acordo com os propósitos das organizações a que pertencem ou das agências de financiamento, quando não em função de sua própria formação. Desse modo, há aqueles que se orientam mais por uma postura de vanguarda ou próxima a ela, enquanto outros acabam radicalizando no basismo, como nos descreve AZIBEIRO:

Havia os que vinham de partidos ou organizações de esquerda, trazendo deles a marca de um certo 'vanguardismo', ou, quando menos radicais, considerando que deviam 'oferecer' às lideranças populares instrumentais para uma 'correta análise da realidade' e para que 'crescessem em consciência' e se capacitassem para uma 'ação mais competente e eficaz'. Outros vinham da Igreja progressista, das comunidades eclesiais de base, e tinham suas matrizes teóricas na Teologia da Libertação. Havia em muitos destes uma certa tendência para o 'basismo', ou seja, considera que tudo o que vinha do povo era bom e devia ser preservado enquanto tal, cabendo aos educadores tão somente deixar aflorar essas potencialidades (1994, p. 20).

Desta forma, enquanto em algumas práticas a mediação seguia mais a metodologia descrita por Oscar Jara, em outras a atuação se moldava ao que explicitou Beatriz Costa.

Na concepção de JARA,

Os educadores são os responsáveis em conduzir a reflexão do grupo ordenadamente (não para impor suas idéias, mas para orientar o desenvolvimento do pensamento coletivo e incentivar à participação). Por isso, deverão assumir o plano original com uma grande flexibilidade, chegando inclusive a mudá-lo radicalmente se for necessário para garantir o correto desenvolvimento do processo educativo e a obtenção dos objetivos propostos (Apud AZIBEIRO, 1994, p. 109).

No processo de discussão, seja através de um debate direto, seja usando alguma outra técnica, Jara afirma ser fundamental ao coordenador conhecer o tema para poder conduzir adequadamente o processo:

O coordenador está ali, pois, não para ensinar o que sabe aos que não sabem, mas para aprender junto com o grupo. Certamente que não tem uma participação neutra porque tem sua própria opinião, a qual deve manifestar, porém não como quem vá ensinar definitivamente a verdade ou o erro sobre o que se está discutindo. Sua função é ativa, não é meramente dar a palavra. Deve orientar o debate, incentivar com perguntas ao questionamento do que se afirma no grupo, manter a discussão centrada no tema, evitando que se disperse, deve sistematizar um conjunto de opiniões e devolver ao grupo para seguir aprofundando e também deve dar seu ponto de vista quando acredita conveniente contribuir no avanço da reflexão (Idem, ibidem).

Divergindo dessa concepção, Beatriz Costa afirma que o papel dos educadores e educadoras populares não é o de conduzir a discussão. Segundo ela, o processo de construção do conhecimento deve ser conduzido pelas próprias camadas populares. É esse o objetivo da Educação Popular: valorizar e aprofundar as teorias das camadas populares, seu modo de conhecer, de aprender, apreender e explicar a realidade, fortalecendo sua capacidade de resistir e agir na e sobre esta mesma realidade no intuito de transformá-la.

Consideramos ainda, que, para nós agentes, trata-se de participar das discussões que se realizam na prática de EP apresentando nossos pontos de vista, nossas indagações, nossos questionamentos, nossas informações, nossas sugestões, mas sempre de modo a não levarmos a discussão para o universo do nosso conhecimento e da nossa forma de pensar. Ou seja, trata-se de contribuir numa discussão que é conduzida pelas próprias camadas populares (COSTA, 1982, p.24-25).

Em síntese, no dizer de Costa, o educador, sem omitir seu conhecimento sobre o assunto, mas também deixando claro os limites do mesmo, deve participar da discussão sem incorrer no erro de sistematizar a discussão, pois, ao fazê-lo, estaria deslocando a reflexão do universo próprio das camadas populares para o seu universo e a sua lógica de raciocinar.

Em relação à discussão atual sobre a questão da mediação, situa-se no conjunto de toda a discussão que vem se fazendo em torno da Educação Popular hoje, conforme vê-se no item cinco.

4 - A Educação Popular Comunitária

Segundo BRANDÃO, a Educação Popular consiste em "*mais um como do que um o que; mais um modo de inserir e realizar ações culturais através da educação, do que essas ações em si mesmas*" (1984, p. 103). Assim, ainda que distinguindo-se em seus objetivos e

estratégias e mesmo na nomenclatura que usam, encontra-se inúmeras práticas de Educação Popular espalhadas pelas periferias urbanas, áreas rurais e comunidades indígenas. A participação se define a partir dos objetivos dos projetos e, por isso, pode ser delimitada a um determinado público ou não.

Brandão escreve que a Educação Popular pode se concretizar em cinco focos de atuação: no trabalho pedagógico direto; no trabalho setorial de dimensão política; na formação de agentes de classe; nos movimentos populares; e na ação comunitária²⁶.

Em trabalho mais recente, Gadotti apresenta quatro expressões da Educação Popular nos dias de hoje. Dentre elas, está a Educação Comunitária²⁷.

A Carta de La Catalina (Costa Rica) que lançou, em 1990, a Associação Internacional de Educação Comunitária, afirma que 'a educação comunitária é uma das formas de expressão da educação popular, mediante a qual se busca melhorar a qualidade de vida dos setores excluídos, através dos movimentos populares emergentes, que estão organizados em grupos de base, comunidades, municípios, pequenas empresas etc. (GADOTTI, 1998:22).

Segundo Munir Fasher, a Educação Comunitária tem como pressuposto duas questões:

A primeira é a premissa de que antes e além de qualquer aprendizagem ou atividade educacional há uma realidade opressiva concreta e perversa e que o propósito da educação não é dissimular ou ignorar, mas transformar essa realidade. A segunda é a promoção da esperança ligada à crença de que a mudança é possível e de que somos responsáveis por ela (FASHER, 1995, p.35).

Partindo dessas premissas, o autor descreve o que caracteriza a Educação Comunitária:

O que caracteriza particularmente a educação comunitária é que ela tem como ponto de partida as condições e as experiências concretas das pessoas, especialmente as camadas oprimidas e excluídas da sociedade. Começa com aquilo que as pessoas têm, aquilo de que elas necessitam, o contexto social no qual vivem, as experiências pelas quais têm passado e as ações que podem levar a cabo para transformar suas condições de vida. Por meio da identificação do problema, da escolha de informação diretamente observável, da organização, da ação, do diálogo e da articulação, é possível mover-se em direção a uma compreensão mais precisa de certas situações e fenômenos, assim como em direção à aquisição de uma maior capacidade para transformá-los (Idem, p. 37-38).

A Educação Comunitária, partindo do princípio de que a educação deve estar intimamente ligada aos interesses concretos da comunidade e à situação de cada um de seus

²⁶- Para saber mais, ler BRANDÃO, 1984, pp. 105-119

²⁷- Gadotti (1998, pp. 15-27) explicita quatro expressões da Educação Popular hoje, a saber: 1ª) a escola pública popular; 2ª) a educação comunitária; 3ª) a educação básica de jovens e adultos; e 4ª) a educação ambiental, daí a ecopedagogia.

educandos, consiste em implementar ações que correspondam a um processo político-pedagógico capaz de possibilitar a melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas. Isso não significa, contudo, que ela não deixe de se apresentar também em formas de ações estritamente assistencialistas. Pelo contrário, a Educação Comunitária não raras vezes correspondeu e ainda corresponde a projetos voltados para a reprodução do sistema dominante e excludente.

O campo de ação da Educação Comunitária é amplo. Pode ser o institucional, como a escola formal, a exemplo da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), ou o informal, que são os espaços dos movimentos populares, dos grupos de produção etc.

Segundo Brandão, o foco de atuação comunitária²⁸, cujas características fundamentais têm de um lado uma realidade que precisa ser transformada e de outro a participação comunitária como estratégia e responsabilidade por essa mudança, constitui-se na maioria dos projetos de Educação Popular na América Latina.

Juan Garcia Huidoro, descreve como são esses projetos:

A forma de proceder é normalmente grupal, cooperativa, comunitária, democrática... Assim, ela fomenta a participação e o aproveitamento dos recursos e talentos do próprio grupo e da comunidade. 'A dimensão de participação' comunitária ao longo de todo o processo gerado pelo projeto é outro dos fatos determinantes no logro de seus objetivos (HUIDORO, Apud BRANDÃO, 1984, p. 115).

Enquanto prática de Educação Popular de *orientação libertadora*, situa-se os Projetos Comunitários de Geração de Renda dentro da proposta da Educação Comunitária. Estes projetos priorizam a melhoria da qualidade de vida das pessoas através da geração de renda, associando ao produtivo dois outros aspectos: o organizativo e o educativo, como nos afirma GADOTTI:

A educação comunitária incorpora de maneira articulada em seu quefazer os eixos do produtivo, do organizativo, e do educativo", o que não significa que a aprendizagem na atividade produtiva limitar-se-á "a um quefazer técnico-produtivo", mas a possibilidade

²⁸- Segundo Brandão, o que diferencia a educação comunitária do "modelo de educação e desenvolvimento", são "pequenas variações de intenções e prioridades políticas (...)". Enquanto no modelo desenvolvimentista "o pólo do trabalho comunitário é a formação e a autonomia relativa de grupos sociais da comunidade para a promoção de mudanças e melhorias setoriais, conduzidas por uma série de instâncias locais responsáveis", no pólo da educação comunitária "é a formação e o fortalecimento de grupos e movimentos de classe a partir da comunidade, para lograrem, ali, uma ampliação de poder popular cujo âmbito de realização transcende a dimensão comunitária" (1984, p. 116). Ou seja, no pólo comunitário, o objetivo fundamental é a produção de um saber de classe e, conseqüentemente, o fortalecimento do poder popular.

*dos educandos-trabalhadores-produtores acessarem "a um saber mais geral e a uma qualidade de vida melhor"*²⁹ (1998, p. 22).

A Educação Comunitária, atuando nos processos produtivos, tem como premissa que o trabalhador não pode parar de trabalhar para se educar, devendo, esta formação, estar associada ao seu direito de melhoria da qualidade de vida, bem como da melhoria da qualidade de vida de seus familiares. Neste campo, do produtivo e da geração de renda, algumas categorias explicitam determinados valores comunitários que para o sistema capitalista podem não significar muito, mas que são referências no processo político-pedagógico de emancipação e construção do ser humano enquanto sujeito histórico. São elas: *"articulação, parceria, rede, cooperação, reciprocidade, contrapartida, solidariedade, autogestão, diversidade cultural, identidade etc. São novos conceitos surgidos numa época de profundas mudanças na concepção/realização da natureza do estado e de crescente papel da sociedade civil como agente de mudança"*. Assim, conclui GADOTTI: *"A educação comunitária representa hoje uma grande força, tanto em termos educacionais, quanto em termos sociais, políticos e econômicos"* (1998, p. 22).

4.1 - Educação Socialmente Produtiva

Dentro do campo produtivo da Educação Popular Comunitária, Francisco Gutiérrez desenvolveu, em 1976, o conceito de *"Educação Socialmente Produtiva"*.

Segundo o autor, a justificativa para a expressão "socialmente produtiva" está na possibilidade de conceber a produção numa dimensão de desenvolvimento e não apenas de crescimento econômico. Afirma que *"produzir é gerar relações sociais de produção. A produção comunitária é identidade comunitária, porquanto 'supõe' uma intencionalidade e um modelo social de desenvolvimento"* que, por sua vez, é concebido como *"um aspecto da criação contínua do homem em todas as suas dimensões, desde o crescimento econômico até a concepção do sentido dos valores e metas na vida"* (GUTIÉRREZ, 1993, p. 26).

Uma vez concebendo a produção dentro da perspectiva social e, portanto, do desenvolvimento, a educação adquire papel fundamental no processo produtivo. Passa a ser "o

²⁹- Por qualidade de vida, entende-se a *"satisfação do conjunto das necessidades humanas: não só das necessidades materiais básicas - saúde, moradia, alimentação, trabalho - mas também a satisfação daquelas necessidades não-materiais, tais como a educação, cultura, lazer"*. É diferente, pois, de conceitos como nível ou padrão de vida, *"que designam a satisfação de uma parte das necessidades, principalmente as necessidades econômicas"* (GADOTTI, 1998, p.22-23).

elemento integrador e aglutinador de todo o processo que garanta a esses grupos produtivos chegar à condição de atores reais e conscientes dos processos sociais" (Idem, ibidem).

Uma outra premissa da Educação Socialmente Produtiva é a *"de que o homem é, ou deveria ser, o princípio básico"* de todo o processo produtivo.

A transformação da sua realidade deve começar com uma conscientização das suas necessidades e aspirações, assim como com a compreensão do condicionamento e das contradições que afetam essa realidade quando, na nossa busca pelas soluções, tomarmos em consideração todos os fatores envolvidos e não meramente os econômicos. Temos de ver o homem como o centro de todo o desenvolvimento do projeto: começando por ele e voltando para ele (GUTIÉRREZ, 1995, p. 191).

Sem desconsiderar os demais aspectos empresariais, como o gerencial, o comercial, o marketing etc., a Educação Socialmente Produtiva se constitui integrando três elementos: *"a organização, a produção e a educação-formação"*. Essa proposta, segundo Gutiérrez, pressupõe o desencadeamento de um processo em quatro dimensões:

a) Dimensão grupal participativa. Além de ser essencialmente educativa, a participação é uma necessidade essencialmente humana. Isto é, ao concebendo o ser humano como um ser inacabado e consciente de sua eterna inconclusão, um ser *"em e com uma realidade"* também inacabada, inconclusa e, portanto igualmente histórica (FREIRE, 1988, p.72-75) e que, por ser *"produzida por nós pode ser mudada de modo revolucionário"* (KOSÍK, 1976, p. 18), pode-se concluir que o princípio da participação é próprio da natureza humana, é condição para sua realização, para sua humanização. Significa assumir sua própria história, conduzir-se nela e com ela.

Segundo GUTIÉRREZ, nas práticas comunitárias de geração de renda a participação efetiva não só conduz à autogestão do empreendimento - *"tanto dos processos de produção como dos de organização"* - como também constitui-se num dos principais fatores de seu sucesso (1993, p. 27). Além disso, a participação é fundamental para a produtividade do empreendimento:

A produtividade de uma empresa associativa requer um alto nível de participação da parte de seus membros... (...) Ser um participante ativo também é importante aqui, seja pelo seu valor instrumental, seja pela sua capacidade de encorajar a cooperação e a solidariedade entre diferentes grupos sociais com certos interesses comuns. Além disso, se querem ter o mais alto nível de participação no negócio, os membros têm de assumir o controle sobre o capital como também sobre os meios de produção (GUTIÉRREZ, 1995, p.193).

b) Dimensão de expressão criadora. Gutiérrez, escreve que o ser humano nasce criativo, se desenvolve e se realiza como pessoa por meio de suas ações. Desta forma, há uma

necessidade criadora que faz parte de dele, é uma "*necessidade biológica*". Impedir ou mesmo coibir essa criatividade, é o mesmo que desumaniza-lo, domestica-lo. O autor escreve que o ser humano ao mesmo tempo que se auto-constrói nesta auto-expressão criadora, ele "*transforma e constrói o mundo que o rodeia, aumentando e incrementando com ele seu próprio poder e sua vontade de auto-afirmação*". Portanto, conclui: "*a criatividade é um elemento essencial ao processo educativo*" (Idem, 1988, p.99-100).

É nesse sentido que a dimensão de expressão criadora, própria da Educação Socialmente Produtiva, implica em integrar a educação no processo produtivo, de modo que o trabalhador ou a trabalhadora assimilem a realidade, inserindo-se "*criativa, solidária e comunitariamente no tecido social*" a fim de transformá-lo. Gutiérrez afirma que "*a educação integrada (ou integradora) ao trabalho produtivo é essencialmente educativa quando consegue fazer do homem e da mulher os sujeitos aglutinadores de todo o processo. O homem e a mulher são educados intersubjetivamente*" (Idem, 1993, p. 27).

c) Dimensão praxiológica. "*O enfrentamento dialético ação-reflexão é o que dá origem à mudança, tanto do nível de consciência, como da estrutura social*". Segundo Gutiérrez, "*a ausência de práxis indica que um grupo não está se educando. (...) Pode-se dar produtividade sem práxis, mas o que não se pode dar sem práxis são o conhecimento (realização) humano e o compromisso político*" (Idem, 1993, p. 28).

Numa prática social coletiva, dentro da perspectiva da Educação Socialmente Produtiva, o educando é conduzido a refletir criticamente sobre sua prática e a comprometer-se com a transformação da realidade opressora, assumindo-se enquanto sujeito da história. O autor escreve que "*a reflexão em grupo e o diálogo, envolvendo tanto uma avaliação da situação como uma identificação do que conduzirá a uma melhoria qualitativa, pode muito bem levar a um novo nível de consciência*" (Idem, 1995, p. 192).

E acrescenta:

Análises desse tipo ajudam os futuros beneficiários a perceber tão objetivamente quanto possível a realidade das suas circunstâncias e a tornar-se capazes de assumir controle sobre o seu meio graças à percepção. Esse é um instrumento poderoso para aumentar a conscientização e, conseqüentemente, para a educação. Além disso, a análise requer a fixação de objetivos, a definição de questões e problemas, a determinação de prioridades, a identificação de recursos existentes e a clarificação das múltiplas relações causais necessárias para enfrentar os aspectos estruturais com que os homens se tornam agentes e não objetos de transformação. Todos esses elementos são vitais para o engajamento do grupo e para o desenvolvimento de um projeto que seja claro, e não ambíguo, e que se integre no objetivo primordial: a transformação da estrutura social global (Idem, 1995, p. 192-193).

Portanto, é nesse processo de reflexão-ação coletiva (práxis) que constróem-se "as

melhores e mais adequadas soluções" para os problemas concretos que surgem no cotidiano do empreendimento produtivo. Porém, muito mais importante do que isso, é que, junto dessa busca de soluções para seus problemas concretos, cresce também a *"consciência organizativa"* e a *"força da vontade coletiva"*, questões subjetivas nem sempre fáceis de serem alcançadas num processo educativo (Idem, 1983, s/p). Assim, a práxis é tida como o elemento chave que caracteriza a mudança qualitativa não só da ação da consciência coletiva a favor do compromisso comunitário e para a melhoria significativa - estrutural e conjuntural - de toda a comunidade, tanto local, como regional, nacional etc.

d) Dimensão comunitária. Em Gutiérrez, a dimensão comunitária - conjunto das relações voltadas para o bem comum - extrapola a comunidade local. Esta, na verdade, é uma *célula da comunidade nacional*. Neste sentido, a expressão comunitária exprime que um projeto educativo não deve fundamentar-se apenas no sistema educativo escolar. Este deve ter presente a comunidade como um todo, com seus valores, suas potencialidades, suas necessidades e expectativas. *"Trata-se de um projeto educativo que se assenta não apenas na escola e no sistema educativo, mas sim na célula comunitária como estamento social com capacidade para gerar e concretizar um projeto histórico-nacional"* (Idem, 1993, p. 29).

A partir disso, Gutiérrez afirma que na concepção de Educação Socialmente Produtiva, o crescimento e a produtividade são assumidos enquanto instrumentos de promoção da solidariedade e do desenvolvimento sócio-político, e não enquanto empreendimento isolado e entregue ao *"desfrute e liberdades individuais"* (Idem, ibidem)³⁰.

Finalizando, a Educação Socialmente Produtiva, ao integrar o organizativo, o produtivo e a educação-formação, torna-se um forte instrumento de emancipação social, pois, possibilitando aos seus integrantes satisfazerem suas necessidades básicas, instrumentaliza-os

³⁰ Segundo Gutiérrez, a metodologia pela qual é possível aos grupos de produção transitarem da esfera econômica para a dimensão sócio-política assenta-se em quatro elementos básicos:

1º) A realidade é sempre o ponto de partida. Isso é possível através da realização de um *"diagnóstico participativo"*, em que o grupo levanta as informações e conhecimentos dos seus problemas e necessidades.

2º) Assenta-se numa visão sócio-política global. Os problemas sociais são tratados enquanto problemas gerados num determinado espaço e tempo e não de forma abstrata, deixando a impressão de que não haja responsáveis por eles.

3º) Busca a transformação da realidade. Significa transformar as relações de produção e o nível de consciência, construindo novas relações sociais. Nesse aspecto, afirma Gutiérrez, a educação socialmente produtiva é fundamental, pois, ao partir das próprias necessidades das pessoas envolvidas, pretende satisfazer essas necessidades, dotando-as da capacidade de interferir coletivamente no tecido social, buscando a transformação deste. E isso é possível a partir da reflexão e da organização. A reflexão, porque é por meio dela que as pessoas podem se apropriar de uma *"compreensão mais científica"* e, assim, agirem de forma coletiva (aspecto organizativo) e mais coletivamente.

para agirem de forma consciente e, sobretudo, coletiva, forjando assim a construção de sua cidadania.

5 - A discussão atual em torno da Educação Popular

As grandes mudanças que vêm ocorrendo nos últimos anos têm desdobramentos sobre as mais diferentes áreas do agir humano, tanto teóricas como práticas e, por isso, também implicações sobre o campo da Educação Popular. No rastro dessas mudanças, vê-se o processo de reestruturação e globalização da economia avançar, com enormes ganhos para alguns, mas desemprego, miséria e desespero para a maioria.

O impacto desta aguda e complexa crise sobre a Educação Popular provoca dificuldade para construir o novo. Nesse sentido, relaciona-se dois fatores que julga-se relevantes para o entendimento dessa dificuldade:

1ª- A crise não é só econômica, política e social, mas é também crise de esperanças que, como escreve SIVENT “ (...) nos invade um fatalismo determinista que, como tal, inclusive paralisa nossa possibilidade de pensar reflexivamente e antecipar esquemas de ação. Assim, [conclui a autora], “é uma crise que tem impacto também na educação popular” (1994, p. 194-195).

Segundo FREIRE, a esperança é uma necessidade ontológica. Resgatá-la é condição *sine qua non* para o processo de transformação da realidade. “Precisamos da esperança crítica (para transformar a realidade) como o peixe necessita da água despoluída” (1997, p. 11).

E acrescenta: “Sem um mínimo de esperança não podemos sequer começar o embate mas, sem o embate, a esperança, como necessidade ontológica, se desarvora, se desendereça e se torna desesperança que, às vezes, se alonga em trágico desespero. Daí, a precisão de uma certa educação da esperança” (Idem, ibidem).

Ao educador popular, portanto, cabe esse desafio, o de trabalhar a esperança nas práticas de Educação Popular (Idem, ibidem).

2ª- Necessita-se de "modelos" que possibilitem vislumbrar uma real alternativa ao modelo capitalista. Isso exige que a construção do novo se faça, no dizer de Rodrigues, citando um documento da EQUIP³¹, a partir de um projeto eminentemente utópico:

Não há mais modelos de sucesso realizados em algum lugar que se possam de alguma forma reproduzir. O projeto de transformação hoje tem que ser literalmente utópico, no sentido de que não está realizado em lugar nenhum, nem concreta nem teoricamente: tudo tem que ser inventado e reinventado (RODRIGUES, 1997, p. 10).

Há autores, contudo, que não compartilham da idéia que há uma crise dos movimentos populares e, portanto, também da Educação Popular. Segundo eles, a crise é dos intelectuais, que não estão conseguindo compreender e interpretar a fala e o agir das classes populares, como escreve Victor Valla, citando José de Souza Martins.

Nossa dificuldade de compreender o que os membros das chamadas classes subalternas estão nos dizendo ou fazendo está relacionado mais com nossa postura do que com questões técnicas como, por exemplo, lingüísticas. Falo de postura, referindo-me à nossa dificuldade em aceitar que as pessoas 'humildes, pobres, moradoras da periferia' são capazes de produzir conhecimento, são capazes de organizar e sistematizar pensamentos sobre a sociedade, e dessa forma, fazer uma interpretação que contribui para a avaliação que nós fazemos da mesma sociedade (VALLA, p.165-166).

VALLA, ao escrever sobre essa questão, diz que por detrás da aparente indiferença das classes subalternas, pode estar presente muita lucidez.

É bem possível que estes setores da população tenham uma enorme lucidez sobre sua situação social, (...) clareza de que uma melhoria significativa seria uma ilusão. A crença em melhorias e numa solução mais efetiva pode apenas ser um desejo, embora importante, da classe média comprometida. Isso significaria que a percepção da população seria mais lúcida e realista, a não ser que se configure uma conjuntura com indicações de possibilidades reais de mudança que favoreçam as classes subalternas (1998, p. 171).

O que Valla sugere é que, em vez de falar-se em "refluxo" ou "crise" dos movimentos populares e das práticas de Educação Popular, fale-se da dificuldade em caracterizar as práticas sociais como experiências ou não de Educação Popular. Uma dificuldade que também não é recente, como pode-se ler em um trabalho de João Bosco Pinto, publicado em 1984. Neste, Pinto defende a tese de que não existe um *significado universal* de Educação Popular:

A conjugação de dois termos (educação e povo) não elimina a equivocidade: antes a acentua. Educação Popular pode referir-se a processos reais, embora contraditórios ou

31- EQUIP é a sigla da Escola Quilombo dos Palmares, do Recife (PE). O documento citado pelo autor é intitulado "Alguns problemas, desafios e propostas para hoje", 1994.

opostos, como pode significar modelos de ação que correspondem a interesses divergentes, senão contraditórios e antagônicos. Isto nos leva a concluir que não existe nem pode existir um significado universal para a expressão 'educação popular'; sua significação deverá ser precisada a partir de suas implicações e determinações políticas (p.87-88) (PINTO, Apud RODRIGUES, 1997, p. 1).

Nessa mesma direção, GADOTTI escreve que a compreensão do que se constitui numa experiência de Educação Popular é de fato muito ampla e complexa (1994b, p.46). Assim, ao pretender-se compreender se uma determinada prática sócio-educativa apresenta-se numa perspectiva de Educação Popular de orientação libertadora, é necessária a caracterização dessas experiências a partir do projeto político-pedagógico implementado, e não tanto a partir dos sujeitos envolvidos nessas experiências, o que não deixa de ser, também, uma tarefa difícil de ser realizada.

Quanto aos projetos político-pedagógicos, como se vê no documento do CEAAL citado por Gadotti (conforme mencionado anteriormente), as práticas atuais de Educação Popular transitaram da dimensão eminentemente político-ideológica e reivindicativa para uma dimensão propositiva e operacional, em função das privacidades das camadas populares. Considerando o que Elisa Pereira Gonsalves escreve acerca da característica essencial da Educação Popular, conclui-se que o seu campo é demasiadamente amplo para restringi-lo a uma única dimensão da natureza ou existência humana, seja ela política, cultural ou outra dimensão qualquer. Gonsalves, ao contrário dos que afirmam que a Educação Popular teve origem na década de 60, defende a idéia de que, *"enquanto processo, [ela] tem configurações históricas diferenciadas ao longo do tempo, cujo elemento identificador é a organização popular* [grifo nosso]. *Afirma-se, portanto, que a história da Educação Popular não se confunde com a história do capitalismo, é a história do homem do povo que busca a afirmação da sua identidade,* [grifo nosso], *que luta pela sua organização"* (GONSALVES, 1997, p.2).

Portanto, segundo a autora, pode-se afirmar que a característica essencial da Educação Popular é a busca, por parte das camadas populares, de afirmar sua identidade. Uma busca que se viabiliza nas próprias experiências de organização por melhorias das condições básicas de sobrevivência. Isto é, ao buscar transformar suas condições precárias de moradia, alimentação, saúde, educação etc., em condições dignas, exercitam os conhecimentos de que precisam para desenvolver seu potencial e, assim, afirmar sua identidade popular. Não se trata, pois, necessariamente, de buscar a transformação da estrutura sócio-político-econômica vigente. Concepção buscada por educadores e intelectuais na mediação junto às camadas populares nas décadas de 60, 70 e, inclusive, 80. Muito aquém do imaginário revolucionário,

nas práticas de Educação Popular o que impulsionava as pessoas das camadas populares era sua vocação para ser mais, era seu direito de realizar-se enquanto seres humanos, garantir que suas necessidades básicas fossem atendidas.

Outra questão para que Gonsalves chama a atenção, justamente por causa do destaque que se dava ao político, é em relação à subjetividade própria do ser humano expressa na solidariedade, no afeto e na emoção, que *"sempre imprimiram uma marca especial na Educação Popular, [mas que, por causa de] teorias até então consideradas 'porto seguro' impediram de dar-lhes a devida força, o devido tratamento teórico"* (Idem, p. 8). Sempre se deu ênfase ao *"adjetivo popular em detrimento do substantivo educação"* (Idem, p. 3). A autora observa que é necessária a articulação dialética entre os dois pólos: o político (do popular), e o pedagógico (de educação), que sempre ficou relegado ao conjunto de técnicas e dinâmicas, e não enquanto ação educativa, enquanto campo de conhecimento que se constitui na relação teoria-prática-teoria, sem perder a especificidade de uma e de outra.

Finalizando, conclui-se com Coraggio que a Educação Popular hoje pode ser concebida como uma

corrente educativa que engloba uma heterogênea comunidade de agentes que compartilham alguns princípios e métodos básicos aplicáveis e aplicados em geral à educação de adultos, e cuja população de referência são os setores mais despossuídos da sociedade. Esses agentes não estão necessariamente organizados em unidades e redes centradas na Educação Popular, nem operam como uma força social autônoma, ao estilo dos movimentos sociais, em compartilhar um mesmo projeto político (nem sequer uma mesma concepção do poder), mas em geral podem caracterizar-se por advogar pelos interesses populares (CORAGGIO, 1996, p. 128).

Em relação aos sujeitos, o vocabulário também sofreu inúmeras alterações ao longo dos anos: oprimidos, explorados, trabalhadores, classe trabalhadora, classe operária, classes e grupos subalternos, camadas ou classes populares, excluídos. Resguardadas pequenas diferenças, seja de fundo filosófico, sociológico, político ou econômico, todas se referem à grande maioria da população, sobretudo do terceiro mundo. São homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, operários e operárias ou não, catadores de papelão, vendedores ambulantes, desempregados e desempregadas, sem-teto, sem-terra, sem família, doentes, abandonados, enfim, todos e todas que de uma forma ou de outra não conseguem exercer plenamente sua condição de cidadão. O conceito de camadas populares adotado nesta dissertação se refere a todo este universo.

6. A dimensão sócio-educativa dos Projetos Comunitários de Geração de Renda

A premissa de que a relação teoria-prática nem sempre acontece de forma tranqüila vale também para a Educação Popular. Isto é, não se pode afirmar de forma categórica que todas as práticas de Educação Popular, ainda que com pequenas nuances, refletissem a proposta teórico-metodológica delineada nas páginas anteriores. Dentre os vários motivos, podem estar fragilidades técnico-profissionais de muitos educadores, limites de agentes comunitários em lidar com e no coletivo e até mesmo conflitos causados por interesses pessoais e/ou disputas de poder, seja por parte dos próprios integrantes dos grupos, seja entre estes e os educadores ou entre os próprios educadores e/ou agentes. Não raras vezes, esses conflitos fizeram com que inúmeras iniciativas abortassem antes mesmo de se constituir enquanto prática de Educação Popular.

Outro fator que sempre marcou sobremaneira as experiências de Educação Popular é a formação dos educadores. Esses, em sua grande maioria, ou eram provenientes de partidos políticos e de organizações de esquerda, como sindicatos ou movimentos populares, com uma postura mais de vanguarda; ou de setores progressistas de algumas igrejas cristãs, sobretudo a católica (as CEBs e as pastorais sociais), cuja atuação beirava o que passou a se chamar de "basismo", ou seja, que consideravam *"que tudo o que vinha do povo era bom e devia ser preservado enquanto tal, cabendo aos educadores tão somente deixar aflorar essas potencialidades"* (AZIBEIRO, 1994, p. 20).

Portanto, ainda que seja notória a contribuição da Educação Popular nas mobilizações e organizações populares, deve-se admitir também não só seus limites em se constituir enquanto força de emancipação, mas inclusive, seus limites em inúmeras práticas, dentre as quais, os Projetos Comunitários de Geração de Renda ³³.

Como já mencionado na primeira parte deste estudo, os PCGRs eram concebidos pelas instituições promotoras (Igrejas e ONGs) como espaços de organização popular. O objetivo era a construção da cidadania dos sujeitos envolvidos e o engajamento desses nas lutas pela

32 Conforme desenvolvido na primeira parte desta dissertação, o estudo apresentado não é dos PCGRs, mas da discussão teórico-metodológica da Economia Solidária, mais especificamente, da perspectiva de os Empreendimentos Econômicos Populares Solidários superarem o economicismo próprio de todo e qualquer empreendimento econômico dentro do sistema capitalista. Os PCGRs, portanto, contituem-se no ponto de partida da reflexão.

transformação da sociedade capitalista em um sistema de mais justiça e igualdade. Isso os condicionava a priorizar as questões pedagógicas e políticas sobre a dimensão econômico-empresarial. Desta forma, o princípio norteador de todas as atividades era o da participação, compreendido não só para dentro do projeto, mas também e, sobretudo, para fora, no engajamento nas lutas por melhorias na comunidade, local, regional, nacional e, inclusive internacional, conforme alude Guitérrez no conceito de Educação Socialmente Produtiva. Neste sentido, a autogestão, compreendida como a participação efetiva de todos em todas as etapas da produção, administração e comercialização, bem como a participação igualitária na divisão do resultado do trabalho, não raras vezes constituía-se no principal motivo de conflitos e, assim, de esvaziamento e extinção dos empreendimentos. O mesmo acontecia com a formação política. Concebida como prioridade pelas instituições promotoras e/ou executoras, limitava-se a dinâmicas de "conscientização" e "politização", ficando em segundo plano a capacitação técnico-profissional e a formação de disposições culturais novas, compatíveis com as exigências empresariais e associativas. Como resultado, os PCGRs careciam de assessoria profissional na sua dimensão econômica-empresarial e, por isso, apesar de muito boa vontade e esforço, não conseguiam superar o amadorismo inerente à fragilidade produtiva, gerencial e comercial dos envolvidos. Com pouco ou nenhum recurso técnico, material e financeiro, ficavam fadados à penumbra. Sem retorno monetário plausível, suas expectativas em relação ao projeto eram frustradas e, assim, prejudicada também a dimensão sócio-educativa. De uma experiência que tencionava ser emancipatória, os PCGRs - com raras exceções - acabavam por constituir-se numa espécie de "*ciudadania tutelada*" (DEMO, 1995), quando não, numa iniciativa meramente assistencialista, de precariedade e de algumas frustrações a mais.

Portanto, considerando os elementos acima mencionados e a partir do que foi desenvolvido na primeira parte desta dissertação e da sistematização apresentada na segunda, mais especificamente no item sobre a "Educação Socialmente Produtiva", conclui-se que a perspectiva teórico-metodológica da Educação Popular se faz presente nos empreendimentos econômicos populares de geração de trabalho e renda que articulam a dimensão econômico-empresarial com uma dimensão sócio-educativa de construção de novas relações de trabalho e de produção de conhecimentos compatíveis com as demandas que pressupõem a emancipação sócio-político-econômica e cultural. Enquanto na dimensão econômica-empresarial estão os processos organizacionais, a começar pela propriedade coletiva dos meios de produção,

passando pela gestão, até chegar nas estratégias produtivas e comerciais, cujo foco é a viabilidade econômica do empreendimento, na dimensão sócio-educativa inscrevem-se a formação e a capacitação.

A formação refere-se ao desenvolvimento de disposições culturais novas, tanto pessoais quanto coletivas; à leitura e postura crítica frente a realidade; e à percepção e consciência das relações humanas em suas várias dimensões. O objeto da formação é preparar o sujeito para analisar e entender a realidade, bem como para perceber e compreender suas relações, próximas e distantes. Isso significa um processo de produção de conhecimento teórico, tanto em relação à realidade concreta quanto em relação a si mesmo, ao outro e à natureza.

A capacitação, por sua vez, trabalha a dimensão prática da educação. Relaciona-se à consciência organizativa e à produção do conhecimento prático, habilitando o sujeito a agir sobre toda e qualquer realidade, seja ela familiar, profissional e também aquela resultante da estrutura sócio-política e econômica do país. Desde os cursos técnicos para a produção, o gerenciamento e a comercialização, até os aprendizados necessários para a vivência em grupo e o trabalho associativo. Pela capacitação, os trabalhadores aprendem a dialogar, a coordenar reuniões e dirigir assembléias; a articular parcerias e conviver com pessoas com idéias diferentes; aprendem a discutir e tomar decisões em grupo; aprendem que suas ações e/ou omissões repercutem no sucesso ou deficiências e, até mesmo, extinção do empreendimento.

Assim, a dimensão educativa (formação-capacitação) de uma prática social coletiva, na perspectiva da Educação Popular hoje - concebida como "corrente educativa" (CORAGGIO) - caracteriza-se nos pontos que seguem:

1. Sujeitos. São pessoas provenientes dos *"setores mais despossuídos da sociedade"* (CORAGGIO). Pessoas que *"não estão necessariamente organizadas em unidades e redes centradas na educação popular, (...), nem compartilham um mesmo projeto político (nem sequer uma mesma concepção de poder) (...)"* (CORAGGIO), mas dispostos a uma experiência coletiva de partilha de expectativas, de ideais e de ações, no intuito de auto-afirmar sua identidade popular (GONSALVES).

2. Objetivos. No lugar da *"dimensão eminentemente político-ideológica e reivindicativa"* das décadas anteriores, apresenta-se hoje uma *"dimensão propositiva e operacional"* (GADOTTI). Ou seja, são práticas que buscam respostas para as necessidades concretas das pessoas que as integram e ao mesmo tempo logram constituir-se num espaço de organização e auto-afirmação das camadas populares (GONSALVES). Portanto, ainda que não operem *"como uma força social autônoma, ao estilo dos movimentos sociais, (...) em geral podem*

caracterizar-se por advogar pelos interesses populares" (CORAGGIO).

3. Conteúdo. As práticas sociais coletivas, além da capacitação inerente às demandas que motivaram sua constituição, asseguraram aos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos um processo de formação humana integral. Formação esta entendida como o desenvolvimento da percepção e da consciência de suas múltiplas relações: consigo mesmo, com o outro e com a natureza.

A relação consigo mesmo caracteriza-se pela auto-estima e auto-confiança. Significa desenvolver o seu potencial profissional enquanto trabalhador-produtor-empresendedor. Nesta dimensão, situa-se também o sentimento religioso, a oportunidade em partilhar e, acima de tudo, refletir sobre sua experiência religiosa, sua concepção de Deus, confrontando-a com as ideologias políticas, econômicas, culturais e religiosas dominantes. Essa dimensão religiosa reflete também nas demais relações com o outro e na relação com a natureza.

Na relação com o outro, a preocupação é com o exercício da cidadania. Daí, o conhecimento e o respeito pelos direitos pessoais e sociais, individuais e coletivos. Essa relação com o outro situa o trabalhador no compromisso com a justiça social. Neste sentido, a formação político-ideológica é entendida como o desenvolvimento da consciência de pertencimento a uma classe. Proporcionar que os sujeitos ampliem e/ou se apropriem de conhecimentos sobre o funcionamento da sociedade, sobre as condições que ele/ela - trabalhador/trabalhadora - têm para trabalhar e garantir a sua sobrevivência e a de seus familiares. Portanto, trata-se de desenvolver a percepção e a consciência de que a lógica da economia de mercado capitalista é a exclusão. A competitividade é uma espécie de jogo que, como tal, há vencedores e perdedores. E o perdedor nem sempre é o mais fraco, mas, não raras vezes, o mais enfraquecido e honesto. É a partir da formação político-ideológica que o trabalhador-trabalhadora se apropria de elementos que lhe possibilitam perceber, ainda que num processo lento - seus aliados e "inimigos", tanto políticos quanto econômicos.

E, finalmente, a relação com a natureza. Desenvolver o sentimento de pertencimento a ela e, portanto, o comprometimento com sua defesa e sua preservação.

Para esta formação humana integral são desenvolvidas atividades no sentido de:

- * Reconstruir a identidade cultural popular. Oportunizar que o homem-mulher/mulher-homem do povo organizem os elementos culturais que vão sendo assimilados a partir do hibridismo entre a cultura rural - própria da maioria dos moradores das periferias das médias e grandes cidades - e a cultura urbana (CANCLINI, 1998).
- * Desenvolver a consciência e a vivência ecológica enquanto reflexo do comprometimento com a justiça social. Um projeto de re-educação e construção de uma nova lógica de

relacionamento sócio-político-econômico deve necessariamente transcender às relações dos seres humanos entre si, devendo ter presente também a dimensão ecológica. Não se trata de uma questão de amor à natureza, mas de necessidade vital, pois pertence-mos também a ela, somos parte dela.

* **Celebrar a vida.** Significa celebrar a caminhada e festejar os êxitos e as conquistas. Vivenciar a alegria, comemorando a vida do grupo e de cada um de seus integrantes. Externar seus anseios e expectativas. Expressar, vivenciar e partilhar seu sentimento religioso, sua fonte de energia espiritual pessoal, enfim, sua relação com o transcendente.

* **Cultivar e semear a utopia.** Significa desenvolver e cultivar o sonho individual e coletivo. Sonhar com o novo, com o ser mais, é a força motriz do sair de si mesmo, de ir ao encontro do outro, do novo. A utopia é o oxigênio do caminhar e do lutar por uma vida sempre melhor. E o sonho, quando coletivo, tem uma dimensão ainda maior, pois serve de suporte para aqueles que às vezes enfraquecem.

4. Metodologia. Deve ser coerente com o conteúdo dos pontos elencados acima.

4.1 - Reconhecer que o educando é sujeito de sua própria história, ainda que em potencial.

4.2 - Partir do universo pessoal dos participantes, de suas experiências, seus conhecimentos, suas habilidades e necessidades. Significa popularizar o conhecimento científico, tornando-o acessível às camadas populares. Isso exige que se adeque a linguagem e a forma de raciocínio à linguagem e à forma de raciocínio própria dos beneficiários do programa (COSTA, 1982), que é a partir do concreto (FREIRE, 1987, p. 57) e do visível (FISCHER, 1996, p. 105).

4.3 - Tornar o princípio da participação o princípio norteador de todo o processo educativo, exercitando, assim, o espírito e a vivência da tão sonhada democracia plena.

4.4 - Vincular os conteúdos a vivências de situações e relações concretas dos participantes. Daí, utilizar jogos, dinâmicas de grupos e outros recursos técnicos que simulem situações concretas, necessidades reais dos capacitandos.

4.5 - Valorizar o coletivo enquanto agente educador. Significa criar condições para que o grupo atue e "pressione" cada um dos participantes no sentido de provocar as mudanças de comportamentos pessoais necessárias para a construção das novas relações sócio-político-econômicas e culturais que se quer alcançar. Comportamentos compatíveis com o trabalho coletivo e autogestionário. Portanto, comportamentos muito diferentes daqueles herdados da cultura do trabalho assalariado, que é a cultura da dependência, da relação de mando e obediência; a cultura do relógio-ponto e da reivindicação.

Ainda sobre o papel do coletivo, destaca-se a necessidade de este desenvolver ferramentas capazes de identificar e reconhecer as particularidades de cada trabalhador ou

trabalhadora. É fundamental que o próprio coletivo aprenda a desenvolver suas formas de trabalhar com as diferenças de ritmo, de concepções, de valores, de capacidades, ainda que para isso precise de assessoria.

4.6 - Reconhecer que há diferentes tipos de personalidade, características pessoais e ritmos de aprendizagem e de trabalho.

Com base nos pontos acima, conclui-se que uma prática coletiva de geração de trabalho e renda constitui-se numa prática de Educação Popular na medida em que proporcione aos seus integrantes um processo pedagógico de reeducação para comportamentos sociais, culturais, políticos e econômicos compatíveis com a ética de solidariedade e o comprometimento consigo mesmo, com o outro e com a natureza. Portanto, a construção de uma nova racionalidade sócio-política-econômica e cultural.

A partir desses itens, dialogar-se-á com a discussão teórico-metodológica da Economia Popular Solidária, buscando entender a possibilidade dos empreendimentos econômicos populares de solidariedade superarem o economicismo próprio de todo e qualquer empreendimento capitalista.

III PARTE

ANOTAÇÕES PARA ESTUDO

Capítulo 1

**Reestruturação Produtiva, Competitividade, Globalização e
Desemprego: desafios para os pequenos empreendimentos econômicos**

Capítulo 2

Economia Solidária

*O novo brota de dentro do velho,
das sementes aí presentes
e das oportunidades abertas pelas contradições que latejam no seu interior.
É preciso, pois, que paremos de esperar o momento de os trabalhadores tomarem o
poder do Estado para, só então, começarmos a construir uma economia popular e uma
sociedade solidária.*

Marcos Arruda

Capítulo 1

Reestruturação Produtiva, Competitividade, Globalização e Desemprego: desafios para os pequenos empreendimentos econômicos

O objetivo deste capítulo é situar os empreendimentos econômicos de solidariedade no contexto da globalização econômica. Na primeira parte discorre-se sobre as inovações tecnológicas (automação) e organizacionais enquanto pólos da reestruturação produtiva. No item sobre as inovações tecnológicas, opta-se pela abordagem de Katz, que analisa o tema a partir do conceito de *revolução tecnológica* e não *revolução industrial*, como fazem a maioria dos cientistas sociais. Após breves anotações sobre as três primeiras revoluções tecnológicas, trata-se mais especificamente da *nova automação* que, segundo Benjamin Coriat, é a co-protagonista da *nova engenharia produtiva*.

Na segunda parte, pontua-se alguns elementos sobre as inovações no campo da organização da produção e do trabalho, focando sobretudo o Toyotismo, por entender-se que se constitui numa espécie de matriz para os demais modelos que são desenvolvidos e associados às novas tecnologias de produção.

Por último, a globalização, como estratégia do grande capital em expandir seu raio de atuação para além do território matriz, buscando aumentar suas margens de lucro e, portanto, o domínio no mercado internacional.

Conclui-se esse capítulo situando a Economia Solidária como uma das tantas alternativas dos trabalhadores e trabalhadoras em garantir sua existência.

1 - Reestruturação Produtiva

A reestruturação produtiva é uma nova engenharia de produção que combina inovações tecnológicas e inovações organizacionais. Trata-se de novos equipamentos de produção construídos com base na microtecnologia (componentes microeletrônicos) - automação - e da formulação de novos conceitos de organização e gerenciamento da produção e do trabalho, que vêm superando, em ritmo acelerado, o modelo Fordista-Taylorista e

implementando a competitividade em nível mundial, no fenômeno conhecido como globalização da economia.

Ainda que muitos autores defendam a automação e as novas formas gerenciais como o caminho para a libertação do trabalhador em relação às atividades pesadas e repetitivas, conferindo-lhe maior grau de autonomia, criatividade e, acima de tudo, diminuindo sua carga horária, o que vem acontecendo é completamente o contrário: a fadiga, a precarização, o desemprego, a exclusão, a pobreza e a miserabilidade (COGGIOLA E KATZ, 1996; SINGER, 1999; RIFKIN, 1995).

1.1 - Inovações Tecnológicas.

A automação foi introduzida na indústria de forma homeopática desde a segunda metade do século XX, quando da alteração da fonte de energia, que até então era a vapor, pela energia derivada do petróleo e da eletricidade. Diferente da mecanização - uso de máquinas nas atividades que exigem esforço físico do trabalhador - a automação, em sua forma mais aprimorada, significa não só substituição da força física do trabalhador, mas também de outros órgãos humanos no processo produtivo. São máquinas desempenhando operações, controlando e até corrigindo possíveis erros, seja na área da produção industrial, seja no comércio, na administração e até mesmo na área de serviços. Esses avanços tecnológicos têm levado industriais, engenheiros e cientistas sociais e outros a caracterizarem esse período como sendo a Terceira Revolução Industrial.

Porém, segundo Cláudio Katz, não se pode confundir a Revolução Industrial com revoluções e inovações tecnológicas. Para o autor, pode-se falar em Revolução Industrial tão-somente o fenômeno que resultou do surgimento do capitalismo, convertendo *"as máquinas em geradoras de mais valia e os trabalhadores em proletários assalariados"* (KATZ, 1996, p.22)³⁴.

³⁴- Nilson Araújo de Souza também discorda que vivencie-se uma nova revolução industrial. Para o economista, o que está acontecendo é uma fusão da ciência com a tecnologia, possibilitando o avanço técnico-científico em várias áreas, como *"informática, microeletrônica, biotecnologia, engenharia, genética, novos materiais, comunicações, química fina, pesquisa atômica, energia nuclear, cosmonáutica, astrofísica.."* (ARAÚJO, 1995, p. 51).

Segundo Araújo, pode-se falar numa Terceira Revolução Industrial se a descoberta e utilização de nova fonte de energia estivesse revolucionando radicalmente a estrutura do processo de produção industrial, como ocorreu na Primeira e na Segunda Revolução Industrial. Para o autor, essa nova fonte de energia é a nuclear. *"Acreditamos que a geração de energia a partir da fissão e da fusão nuclear, ao lado das demais aplicações ensejadas pelas pesquisas sobre a estrutura do átomo, será o fundamento e o eixo articulador da próxima revolução científico-*

E acrescenta:

A substituição da energia animal pela energia mecânica, a nova utilização das matérias-primas ou o maquinismo são apenas manifestações do aparecimento de um novo modo de produção. (...) A Revolução Industrial foi a plataforma histórica das revoluções tecnológicas, da mesma forma que o método científico de investigação, introduzido a partir do Renascimento, inaugurou uma seqüência de revoluções científicas. [Por isso, conclui Katz, o] primeiro fenômeno [Revolução Industrial] foi um acontecimento histórico único e diferente de qualquer transformação tecnológica posterior" (Idem, ibidem).

Em se tratando de revoluções tecnológicas, Katz apresenta duas grandes vertentes teóricas de explicação: a vertente schumpeteriana e a vertente marxista. O autor, apoiando-se em Freeman, explica que na visão schumpeteriana *"a revolução tecnológica define-se pelo impacto exercido por cada tipo de inovação sobre a atividade econômica a longo prazo"*, enquanto que na tradição marxista - daí o trabalho de Mandel - a revolução tecnológica deriva do modo de como as inovações tecnológicas definem o *"funcionamento do capitalismo, em cada uma de suas etapas históricas"* (Idem, p. 22). Portanto, se os schumpeterianos destacam as mudanças implementadas pelo *"vapor, eletricidade ou petroquímica"*, os marxistas concentram a análise no *"livre comércio, no monopólio ou no intervencionismo estatal"*, por exemplo (Idem, p.23).

Ainda citando o autor acima mencionado, as duas vertentes reconhecem o mesmo período histórico das revoluções tecnológicas que se desencadearam com a Revolução Industrial.

A Primeira Revolução Tecnológica caracteriza-se pelo *"aparecimento da máquina a vapor"* e é contemporânea da Revolução Industrial, no século XVIII, estendendo-se até 1847 - na interpretação de Freeman - ou 1890 - na leitura de Landes. Do vapor, enquanto fator responsável pela revolução tecnológica, desencadearam-se as inovações no campo da fiação e tecelagem, oficinas mecânicas, combustível mineral, novas máquinas para fundição de ferro etc., culminando com o surgimento do transporte ferroviário.

A vertente marxista, na leitura de Mandel, coloca a "concorrência" como fator central desse período. Isto é, a revolução não se justifica tecnologicamente pelos avanços nos artefatos, mas na possibilidade de incorporar, *"anônima e artesanalmente"*, as inovações tecnológicas no campo da produção de bens de consumo, emergindo, daí, muitas empresas e,

técnica. [...] No entanto, o que tem ocorrido até agora, na nossa avaliação, seria algo apenas embrionário, isto é, estamos apenas numa fase embrionária em relação à perspectiva que se aponta com essas descobertas; uma fase embrionária nem tanto em relação ao conhecimento - ainda que também em relação a ele -, mas, sobretudo, em relação à aplicação dessas descobertas no processo produtivo" (Idem, p. 56).

conseqüentemente, como efeito contraditório - próprio do sistema capitalista - uma aguda crise de superprodução.

A Segunda Revolução Tecnológica explicitada por Katz acontece entre 1890 e 1940, cujo fator principal é o uso da eletricidade e do motor de combustão na indústria. Tem-se a invenção da pilha, da bateria e do dínamo, portanto, da transmissibilidade das fontes de energia ao aparecimento do motor de explosão (1860) e do motor de combustão (1895). Tem-se, ainda, as descobertas em torno da fundição do aço e do *"desenvolvimento alemão de uma nova química (...) para a produção de alcalóides e síntese de compostos orgânicos...."* (Idem, p. 24). Assim, das inúmeras inovações tecnológicas desse período, Katz chama a atenção para a invenção da máquina de costurar, da bicicleta, da máquina de escrever e do automóvel.

Mandel, segundo Katz, defende que o mais importante desse período é a vinculação da eletricidade e do motor de combustão - daí o automóvel - *"à consolidação do monopólio e ao início da etapa imperialista"* (Idem, ibidem).

A massa de capital necessária para os investimentos multiplicou-se qualitativamente, encerrando a época da livre concorrência e forçando uma concentração de inovações e capitais no setor de bens de capital. Chandler descreve este processo como reforma geral das empresas, baseado no gigantismo das novas corporações, na transformação do papel da gerência e na conversão da ciência e tecnologia em departamentos de grandes companhias (KATZ, 1996, p. 24-25).

Surgem, assim, não só as primeiras iniciativas no campo da automação, mas, também, o modo de produção conhecido como Fordista-Taylorista, vistas mais adiante.

A Terceira Revolução Tecnológica concentra-se entre o pós-guerra e meados da década de 1970. Katz não explicita o fator responsável que caracteriza esta Terceira Revolução Tecnológica, afirmando, contudo, que Freeman destaca o surgimento do plástico e da eletrônica. Em função disso, o autor relaciona as inovações como o *"rádio, televisão, fibra artificial, nylon, química pesada e fertilizantes"*. Segundo Katz, Mandel - ainda que contrariando Freeman, ao destacar os *"produtos e processos desenvolvidos com a economia armamentista, especialmente a eletrônica e a energia nuclear"* - chama a atenção para a

contradição entre a socialização crescente do trabalho e a subsistência da apropriação privada. Encontra-se esta contradição no novo aumento da composição orgânica do capital, na transferência de trabalho vivo para funções de supervisão, na maior importância da força de trabalho na preservação do valor, nas crescentes transferências de mais-valia às empresas automatizadas, no aumento dos custos da nova maquinaria na estrutura do capital fixo, na diminuição do período de produção, na aceleração geral da inovação e no planejamento da amortização acelerada (KATZ, 1996, p. 25).

Ainda na década de 50 surgiram os primeiros computadores e, já na década seguinte,

começaram a ser introduzidos na indústria (RIFKIN, 1995).

Finalmente, outro fator destacado por Katz dessa Terceira Revolução Tecnológica é o intervencionismo estatal, haja vista o conflito entre o "*desenvolvimento das forças produtivas com as relações de produção vigentes*" (KATZ, 1996, p. 25).

Uma Quarta Revolução Tecnológica que Katz não explicita mas deixa subentender ao datar a década de 1970 como o término da Terceira, é marcada pela expressão automação microeletrônica.

Todavia, antes de entrar no fator ou fatores protagonistas desta "Quarta Revolução", é oportuno esclarecer o que caracteriza a emergência de uma nova revolução tecnológica. A partir do trabalho de Katz, é possível perceber que se trata de uma discussão muito complexa. Enquanto para alguns teóricos o marco é a descoberta de uma nova fonte de energia, como aconteceu nas duas primeiras revoluções, para outros são as inovações tecnológicas nas máquinas, quando estas mudam, significativamente, não só a produção (quantitativa e qualitativa), mas também e, sobretudo, o processo produtivo. Os defensores desta concepção afirmam que o impacto social sobre a organização social do trabalho advém do uso de novos tipos de ferramentas e não somente da descoberta e aplicação prática de novas fontes de energia (KATZ, 1996, pp.26-30).

Desta forma, para os defensores da primeira concepção, a energia nuclear seria a protagonista da terceira e última Revolução Tecnológica, ainda que sua aplicação prática seja inexpressiva. Por outro lado, o perigo de incorrer na multiplicação da quantidade de Revoluções Tecnológicas ficaria por conta daqueles que optam pela segunda concepção.

Apesar dessas particularidades, todos são unânimes em afirmar que a base racional e, portanto, motivadora de qualquer revolução tecnológica, é a melhoria das margens de lucros, ainda que a longo prazo (KATZ, 1996).

Ainda assim, seguindo o raciocínio de Katz e de outros, trata-se esse período, que teve início na década de 1970, como característico de uma Quarta Revolução Tecnológica, mais conhecida como "*automação microeletrônica*" ou "*nova automação*"

1.1.1 - Automação Microeletrônica

O substantivo *automação* foi usado pela primeira vez em 1947, quando Del Harder, vice-presidente da Ford, criou o departamento de automação em sua companhia, com o objetivo de aprimorar as tecnologias já existentes e, assim, melhorar a produtividade da linha

de montagem da montadora (RIFKIN, 1995).

Com o surgimento do computador digital (programável), já na década de 1950, intensifica-se o processo de novas descobertas e, com elas, o desenvolvimento da automação industrial. Na década seguinte, o computador é definitivamente introduzido na indústria e a produção começa a operar com o auxílio de componentes eletrônicos: o controle numérico (RIFKIN, 1995).

Franco Momigliano³⁵ define a automação que emerge nos anos 60 da seguinte forma:

Tomamos como definição de automação, no sentido técnico, a aplicação estendida de métodos de transferência (integração contínua de várias operações mecânicas sem a intervenção do homem), do controle de feed-back (correção automática do processo utilizando a informação de um servo-mecanismo que compara o resultado efetivo com o resultado desejado) e a introdução de calculadoras eletrônicas (computadores). Na realidade, apenas o segundo e o terceiro fatores diferenciam qualitativamente a automação; não se trata, no primeiro caso, de um mecanismo novo (Apud. COGGIOLA, 1996, p. 52).

Ao longo dos anos 70 presencia-se o desenvolvimento de novas tecnologias de computação e, com elas, de novas máquinas-ferramentas de produção industrial e de serviços. Essas inovações deram origem ao que Coriat e outros denominaram de "nova automação" que, por sua vez, possibilitaram a emergência de uma "nova engenharia produtiva"³⁶ (CORIAT, 1988).

Numa outra citação, Coggiola descreve a automação que iniciou na década de 1970, ressaltando a diferença desta em relação às anteriores:

35- O texto de Franco Momigliano, citado por Osvaldo Coggiola (1996, p. 52) data de 1962.

36- Nova engenharia produtiva porque, juntamente com as inovações tecnológicas, foram levadas para as linhas de produção novos conceitos de organização do trabalho.

Segundo Coriat, duas tendências marcam esta "nova engenharia produtiva": a "integração" e a "flexibilidade". A integração significa "eliminar, ao máximo, os tempos 'mortos' da produção, reduzindo os tempos gerais de circulação (alimentação-transferência) e buscando elevar, numa mesma fração de hora, os tempos de ocupação efetiva da maquinaria, dos manipuladores ou dos homens para o segmento de tarefas não-automatizadas" (p. 27); e flexibilidade é uma característica técnica fundamental dos novos equipamentos, que devem permitir a programação e reprogramação de "máquinas e manipuladores", de modo a atender as particularidades do mercado consumidor. Daí, "flexibilidade do 'mix' de produtos - ... a possibilidade de fabricar simultaneamente um conjunto de produtos com características de base comum; flexibilidade de peças - ...possibilidade de acrescentar ou suprimir uma peça do processo; - flexibilidade de mudança de projeto - capacidade de modificar rapidamente o processo para mudar as características a serem dadas a uma peça; - flexibilidade de volume - capacidade do sistema de adaptar-se às flutuações de volume da produção de uma peça, modificando os ritmos e os tempos de transição e de ocupação das ferramentas; - flexibilidades de rotação - dada a situação com máquina bloqueada, em pane ou saturada, o sistema automaticamente tem a capacidade de redirecionar uma peça para uma máquina e um espaço de trabalho livres e prontos para serem acionados" (CORIAT, 1988, p. 32).

Para saber mais sobre "nova engenharia produtiva", leia CORIAT, 1988, pp.27-29

As inovações tecnológicas atuais estão dando origem a uma transformação de grandes dimensões e com rupturas qualitativas [Grifo nosso]. A automação atual não continua a tendência das aplicações passadas. As aplicações anteriores, que começaram nas décadas de 50 e 60, correspondiam principalmente às indústrias de processo contínuo: petroquímica, vidro, cimento e outras. A nova tendência da automação da década de 70 corresponde às indústrias de processos discretos, isto é, a produção em série. A atual automação não apenas se refere às novas tecnologias, mas também à sua aplicação nos setores de produção em série, que tradicionalmente utilizavam a mão-de-obra de forma intensiva: plantas automotrizes, fábricas têxteis e de outros bens de consumo duráveis (CORIAT Apud. COGGIOLA, 1996, p. 52).

Diferente, pois, da "pseudo-automatização dos anos 50-60" e da "hipermecanização" dos anos 60-65 (COGGIOLA, 1996, p.53), o atual estágio da tecnologia industrial incorpora os avanços na área da computação, "baseados na microtecnologia e no microchips"³⁷(RIFKIN, 1995), emergindo daí o aparecimento de máquinas programáveis. O conceito de máquina, portanto, não se restringe mais ao de motor-transmissor-ferramenta, mas motor-transmissor-ferramenta-controle (KATZ, 1996). O microprocessador, com base em novos componentes microeletrônicos, constitui-se o cérebro das assim chamadas "máquinas inteligentes". Segundo Schmitz, no século XX "não surgiu nenhuma outra invenção que tenha tido ou se preveja que venha a ter um impacto tão grande sobre todos os setores da economia" (1988, p. 139).

Portanto, enquanto na Primeira e Segunda Revolução Tecnológica a mecanização industrial é intensificada em função da descoberta de novas fontes de energia (o vapor na primeira e a eletricidade e o petróleo - motor de combustão - na segunda), na Terceira e Quarta Revolução Tecnológica o destaque fica por conta da eletrônica e da microeletrônica, advindo daí a reestruturação do processo produtivo, alterando-se não só quantitativa mas também qualitativamente.

Até a descoberta das novas tecnologias em computação, na década de 1970, o que se tinha, cujo início data da Revolução Industrial, era a produção com base na mecânica - fruto da Primeira Revolução Tecnológica - e da eletromecânica, da Segunda Revolução Tecnológica. Enormes equipamentos produzindo em grande quantidade, porém sem nenhuma flexibilidade para as variações demandadas pelo mercado consumidor. É o período da produção em massa, que perdurou até meados do século XX.

³⁷- Segundo Kifkin (1995, p.70), são computadores de quarta geração. Katz escreve que em 1950 as informações que podiam ser colocadas num transistor compara-se ao mapa de uma rua; nos circuitos integrados de 1960, de um pequeno povoado; nos circuitos de alta integração (LSI) de 1970, de uma pequena cidade; nos chips de altíssima integração (VLSI) de 1980, o mapa completo de Los Angeles; e no super-VLSI, de meados de 1990, a totalidade dos Estados unidos (KATZ, 1996, p.74).

Após a Segunda Grande Guerra, a indústria capitalista, sobretudo a partir da iniciativa japonesa, iniciou um novo estágio na área produtiva. Associando componentes eletrônicos (Terceira Revolução Tecnológica) e, mais recentemente, microeletrônicos (Quarta Revolução Tecnológica) a equipamentos ultra-sofisticados, a grande indústria vivencia um período de intensa produtividade e competitividade. Todavia, amarga a responsabilidade pelo ônus das conseqüências no campo social, fruto do desemprego, subemprego e da precarização, inevitáveis do ponto de vista do grande capital.

Segundo Jeremy Rifkin, a razão do investimento em automação por parte das grandes companhias, já no final da década de 1940 e início dos anos 50, pode ser explicada pelos problemas trabalhistas herdados do período da guerra.

Os empresários estavam ficando preocupados com o que consideravam uma invasão dos trabalhadores organizados em seu domínio tradicional. Questões de contratação e demissão, promoções, ações disciplinares, benefícios de saúde e assuntos de segurança no trabalho foram introduzidos no processo de negociação em cada setor da indústria. (...) Ameaçados pela crescente intensidade das exigências dos trabalhadores e determinados a manter seu controle de longa data sobre os meios de produção, os gigantes industriais dos Estados Unidos voltaram-se à nova tecnologia da automação, tanto para se livrarem de trabalhadores rebeldes, quanto para melhorar sua produtividade e seu lucro (RIFKIN, 1995, p. 71-72).

O resultado dos investimentos americanos na automação industrial nos anos 50 conferiu aos Estados Unidos a hegemonia no mercado internacional na década de 1960 (RIFKIN). Comprar produtos com o selo "Made in USA" era sinônimo de status, pois, além da qualidade atribuída aos americanos, havia a questão financeira, ou seja, comprar produtos americanos era para quem tinha dinheiro.

No entanto, o ritmo acelerado da produção e do consumo norte-americano saturou o mercado interno. Além disso, as novidades provenientes de outras nacionalidades, inclusive com preços mais baixos, juntamente com a crise do petróleo no início da década de 1970, aumentando o custo de energia e dos impostos, fez com que a margem de lucro das empresas norte-americanas despencasse. A alternativa não podia ser outra senão o investimento maciço em novas tecnologias de produção. Na década de 1980 os investimentos americanos em tecnologias da informação somaram mais de um trilhão de dólares, sendo mais de 85% do total no setor de serviços (RIFKIN, 1995, p.97). Todo esse investimento, contudo, só teve efeito no início dos anos 90, sobretudo na área administrativa e no setor de serviços e, ainda, quando associado a novas estruturas organizacionais (Idem, p. 99).

Porém, como já observado anteriormente, se por um lado a automação microeletrônica representa aumento de lucro para alguns, para a grande maioria as conseqüências são

drásticas.

Escrevendo em 1984, Kaplinsky concluiu que 'a introdução de novas tecnologias de automação, associadas como estão ao aprofundamento das crises econômicas, deve levar a elevados e duradouros níveis de desemprego, provavelmente com um excesso de 12% da força de trabalho. As tendências contrárias oferecidas por novos produtos, pela busca de novas habilidades, pela introdução da semana curta e pela resistência às novas tecnologias de automação não trarão alterações substanciais a essa perspectiva'. A libertação' do trabalho' é portanto transformada em 'colapso do trabalho' (COGGIOLA, 1996, p 54).

Por último, o resultado da automação microeletrônica não é apenas o desemprego. Segundo COGGIOLA, *"a utilização produtiva das novas tecnologias da informação (informática e eletrônica) determinaria novas formas de organização da produção e, em decorrência disso, novas formas de gestão do trabalho dentro da mesma"* (1996, p. 54). É sobre esse tema que discorre-se em seguida.

1.2 - Inovações Organizacionais

Na outra ponta da reestruturação produtiva, portanto, estão as novas formas de organização e gestão da produção. Para alguns, como Piore e Sabel (COGGIOLA, 1996) a substituição do modelo Fordista-Taylorista pelo modelo da produção flexível ou modelo de produção enxuta ou, ainda, mais especificamente, pelo Toyotismo, é resultado das inovações tecnológicas. Para outros, daí Rifkin, novas formas de gerenciar a produção e organizar o trabalho, são fruto da necessidade de adaptar as novas tecnologias às estimativas de lucros esperados com os investimentos na automação.

No sistema capitalista, caracterizado pela lei do livre mercado, a concorrência é a força motriz da competitividade e esta, por sua vez, da busca de produtividade. Isto significa que para manter-se no mercado e assegurar suas margens de lucro, a lógica do capital é reduzir os custos com mão-de-obra e aumentar - quantitativa e qualitativamente - a produção. Por isso, ao lado dos investimentos em novas tecnologias, as grandes companhias investem também em novos processos gerenciais.

No período do capitalismo pré-industrial a produção era artesanal. Trabalhadores altamente qualificados, usando ferramentas manuais, fabricavam os produtos segundo as especificações apresentadas e exigidas pelos compradores.

Com a Revolução Industrial, no século XVIII, a produção perdeu as particularidades da era artesanal, passando a ser em série e em massa: mercadorias padronizadas e de baixo custo. Grandes máquinas operadas por trabalhadores semi-qualificados, produzindo produtos

projetados por profissionais especializados. Este modelo, conhecido como Fordista-Taylorista, segue o raciocínio da "estrutura organizacional moderna", que emergiu na indústria ferroviária na década de 1850, nos Estados Unidos (RIFKIN, 1995, p. 99)³⁸.

O Taylorismo "foi desenvolvido nos primeiros decênios do século XX, nos Estados Unidos, como uma solução que permitia restringir o poder dos operários de ofício nos processos produtivos e nos tempos de fabricação em favor da entrada de operários não-qualificados nas fábricas..." (CORIAT, 1988, p. 15).

Segundo Ricardo Antunes, o Fordismo constituiu-se na

forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e produção em série taylorista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalho coletivo fabril, entre outras dimensões (ANTUNES, 1997, p. 17).

Com as novas tecnologias produtivas, um novo modelo de organização da produção foi desenvolvido: a produção enxuta, dos japoneses. Com particularidades que emergiram no mercado consumidor no pós-guerra (crise financeira; pouca demanda, sobretudo do mercado automobilístico e impasses trabalhistas), os japoneses se viram impelidos a desenvolver um modelo de organização e gestão da produção que, uma vez articulado a máquinas sofisticadas, pudesse atender suas demandas (ANTUNES, 1997).

Segundo ANTUNES,

Coriat fala em quatro fases que levaram ao advento do Toyotismo. Primeira: a introdução, na indústria automobilística japonesa, da experiência do ramo têxtil, dada especialmente pela necessidade de o trabalhador operar simultaneamente com várias máquinas. Segunda: a necessidade de a empresa responder à crise financeira, aumentando a produção sem aumentar o número de trabalhadores. Terceira: a

38. "A característica que define a corporação moderna é sua estrutura administrativa hierárquica" formando uma espécie de pirâmide. "Os funcionários, em cada degrau da escada corporativa, tem atribuições específicas e prestam contas de seu trabalho àqueles imediatamente acima na pirâmide corporativa. Informações vitais referentes à produção, distribuição e ao marketing sobem na cadeia de comando, são processadas em cada nível e depois levadas para o próximo nível gerencial que, por sua vez, usa as informações para tomar decisões de comando, que vão sendo transmitidas para a hierarquia abaixo e implementadas em cada uma das de nível descendente da estrutura organizacional. O organograma de uma corporação moderna gigantesca contém hierarquias dentro de hierarquias. Departamentos como financeiro e contábil, pesquisa e desenvolvimento, marketing e propaganda, cada um tem sua própria cadeia de comando embutida na estrutura maior".

Na base da hierarquia corporativa está a mão-de-obra não-qualificada e semiquificada, cuja função é fazer e movimentar coisas ou executar os serviços que são a marca registrada da empresa. Suas tarefas são, para todos os fins e propósitos, rigorosamente rotinizadas..." (RIFKIN, 1995, p. 100).

importação das técnicas de gestão dos supermercados dos Estados Unidos, que deram origem ao kanban. (...) 'o ideal seria produzir somente o necessário e fazê-lo no melhor tempo', baseando-se no modelo dos supermercados, de reposição dos produtos somente depois da sua venda. (...) Quarta fase: a expansão do método kanban para as empresas subcontratadas e fornecedoras (1997, p. 23-24).

Assim, no modelo de produção enxuta, conhecido como Toyotismo, a produção é realizada por equipes multiquaisificadas que, operando máquinas altamente sofisticadas, conseguem atender as particularidades demandadas pelo mercado consumidor. Flexibilidade, qualidade e quantidade são atributos dos novos equipamentos industriais da era da automação microeletrônica.

Além desses fatores, são características do modelo de produção japonês o *kaizen* e o *kanban* ou *just-in-time*. *Kaizen* significa aperfeiçoamento contínuo, seja dos produtos, seja dos operários. Daí, diferente do Fordismo, no Toyotismo as inovações e mudanças são estimuladas pela gerência, que aproveita e valoriza a experiência de toda a sua equipe. Para garantir esse processo, junto à linha de produção, trabalham engenheiros, programadores, técnicos e operários, interagindo constantemente não só para a prevenção e resolução dos problemas, reduzindo as paralisações e mantendo o ritmo da produção, mas também para buscar idéias e desenvolver o aperfeiçoamento dos produtos, operadores e equipamentos.

O *kanban*, por sua vez, é uma adaptação do método *just-in-time*, fruto de uma visita de Ohno, engenheiro da Toyota, aos supermercados norte-americanos. Ricardo Antunes, ao descrever o Toyotismo, apresenta o que vem a ser o método *just-in-time* e o método *kanban* no modelo de produção enxuta dos japoneses:

(...) ao contrário do Fordismo, a produção sob o Toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este quem determina o que será produzido, e não o contrário, como se procede na produção 'em série e de massa' do fordismo. Desse modo, a produção sustenta-se na existência do 'estoque mínimo'. O melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque), é garantido pelo 'just-in-time'. O 'kanban', placas que são utilizadas para a reposição das peças, é fundamental, à medida que se inverte o processo: é do final, após a venda, que se inicia a reposição de estoques, e o 'kanban' é a senha utilizada que alude à necessidade de reposição das peças/produtos (ANTUNES, 1997, p. 26).

Segundo Rifkin, a indústria americana e européia adotou o modelo japonês, aplicando algumas alterações e atribuindo-lhe o nome de reengenharia.

Sob o título amplo de reengenharia, as empresas estão achatando suas tradicionais pirâmides organizacionais e delegando, cada vez mais, a responsabilidade pela tomada de decisões às equipes de trabalho.

(...) um número crescente de empresas está desfazendo suas hierarquias organizacionais e eliminando cada vez mais a gerência média com a compressão de várias funções em um

processo único. Também estão usando o computador para desempenhar as funções de coordenação anteriormente executadas por muitas pessoas que, em geral, trabalham em departamentos e locais separados na empresas,...

As empresas estão eliminando [departamentos e divisões] com a organização dos funcionários em redes ou equipes de trabalho que podem trabalhar juntas no processamento da informação e coordenar decisões vitais, deixando, com isso, para trás os longos atrasos que invariavelmente acompanham os trâmites burocráticos de relatórios e memorandos entre várias divisões e níveis de autoridade. O computador tornou tudo isso possível. Agora, qualquer funcionário, em qualquer ponto dentro da empresa, pode acessar todas as informações geradas e dirigidas através da organização" (RIFKIN, 1995, p.108).

Ainda que se identifique no Toyotismo determinados elementos que alteram positivamente a relação capital-trabalho, não se pode omitir a análise de outras questões que apontam na direção contrária, pois, como escreveu Paulo César Delayti Motta, ao intitular seu artigo sobre o mito do just-in-time superar o Taylorismo, "*Nem tudo que reluz é ouro:....*"³⁹. Desta forma, a flexibilização dos direitos trabalhistas, a diminuição dos níveis da hierarquia em virtude da eliminação de vários cargos de nível médio, a participação do trabalhador no processo produtivo, entre outros, devem ser analisados do ponto de vista do capital, isto é, como novas estratégias deste em apropriar-se do trabalho e gerar mais-valia (ANTUNES, 1997; KATZ, 1996, SINGER, 1999)⁴⁰.

Segundo ANTUNES (1997, p.34), a aparente integração ou participação do trabalhador no processo produtivo caracteriza muitíssimo bem essa questão, ou seja, trata-se de uma forma do capital se apropriar do conhecimento do trabalhador, dado que este continua alheio tanto do processo produtivo quanto do resultado de seu trabalho: o produto.

2 – Globalização

Os avanços tecnológicos na década de 90, principalmente na área das telecomunicações, adicionados às políticas governamentais em favor da "transnacionalização"

39- O artigo foi publicado no Caderno CRH - Revista Semestral do CRH/UFBA; Salvador, n.24/25, p. 69-108, jan./dez. 1996.

40- Segundo Antunes, da transição do Fordismo para o Toyotismo desdobram-se inúmeras conseqüências em relação aos direitos trabalhistas. "*Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se à sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do modo de produção. Diminui-se ou mescla-se, dependendo da intensidade, o despotismo taylorista, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias*" (ANTUNES, 1997, p. 16).

da economia, intensificaram significativamente o processo de globalização industrial, comercial e, sobretudo, financeira.

Segundo a economista Sylvia Ostrey, chefe da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE),

"o agente primário da globalização é a empresa transnacional, e a principal força impulsora é a revolução da informação e a tecnologia das comunicações (...). Em um mundo em globalização, a concorrência entre sofisticados produtos e serviços de empresas transnacionais é também a concorrência entre sistemas (...). Para uma corporação competir em uma economia internacional significa fazê-lo sob as mesmas regras, quer dizer, as mesmas normas domésticas em diferentes países" (Enciclopédia do Mundo Contemporâneo, p. 64).

Das palavras de Sylvia Ostrey conclui-se que, ao contrário do que muitos pregam, a globalização, longe de ser vista como uma força espontânea da economia mundial sobre as economias nacionais, ou como mera consequência do desenvolvimento tecnológico, deve ser tratada como uma ação muito bem arquitetada pelas forças representativas do capital internacional sobre os governos de países em desenvolvimento. Ação essa desencadeada pelas três maiores organizações que o representam: o Banco Mundial, na área de crédito, o Fundo Monetário Internacional (FMI), na de investimentos, e a Organização Mundial de Comércio (OMC) (Enciclopédia do Mundo Contemporâneo, p. 64).

Segundo Katz, a primeira grande investida nesse processo foi o mercado financeiro e, em seguida, as transações comerciais e produtivas. Com as inovações na microtecnologia e "*barateamento das telecomunicações*", as bolsas e mercados financeiros do mundo passaram a ser internacionalizadas, operando conjuntamente as 24 horas do dia (globalização financeira); reduziu-se "*os custos de transportes*", facilitando o comércio internacional (globalização comercial); e o "*processo de trabalho é subdividido em múltiplas porções*", substituindo "*a exportação pela produção direta*", ao espalhar "*centros de fabricação*" (...) "*nos mais diversos pontos do planeta*" (globalização industrial) (KATZ, 1996, p. 233-234).

Para Paul Singer,

"a globalização em curso apresenta duas etapas: a primeira, do fim da guerra ao fim dos anos 60, quando ela abarcava sobretudo os países hoje considerados desenvolvidos; a segunda, que já dura cerca de um quarto de século, e que inclui uma boa parte do Terceiro Mundo; e, mais recentemente, os países que compunham a ex-URSS e seus antigos satélites" (SINGER, 1999, p. 20).

No pós-guerra, os Estados Unidos eram a única nação bem situada economicamente: *elevados níveis de produção e consumo, produtividade e salários*. Isso fez com que grandes companhias norte-americanas implantassem filiais em território europeu e japonês e/ou

comprassem indústrias locais. O resultado desse processo, denominado transnacionalização, ficou conhecido nesse período como "*Anos Dourados*": "*intenso crescimento econômico e pleno emprego*" e a constituição de um bloco econômico bastante homogêneo (Idem, p. 20).

No final dos anos 60, os Estados Unidos e os demais países desenvolvidos passaram a sofrer as conseqüências da superprodução (RIFKIN). Juntando-se à crise do petróleo (com aumento de impostos e diminuição de lucros) e à crise das taxas de câmbio (dólar), a alternativa das economias capitalistas desenvolvidas foi a abertura do mercado a outras nacionalidades, inclusive, e sobretudo, do Terceiro Mundo. O fenômeno da implantação de filiais de grandes companhias norte-americanas e também européias nos países em desenvolvimento se repete. O alvo na década de 70 foram alguns países da América Latina, com destaque para o Brasil, vivendo o período do "Milagre Econômico (KATZ, 1996; SINGER, 1999). Na década de 80, devido ao endividamento latino-americano, "*o fluxo industrializado se dirigiu à Ásia Oriental: Hong Kong, Coréia do Sul Taiwan e Cingapura*" (SINGER, 1999, p. 21).

A investida sobre os países empobrecidos da América Latina, no entanto, retorna na década de 90. Sob o comando do Banco Mundial, FMI e OMC, um conjunto de medidas muito bem articuladas pressiona os governos nacionais desses países a adotarem políticas de desregulamentação e liberalização de suas economias, abrindo-as ao mercado internacional, seja o financeiro, seja o industrial e o comercial. Com a entrada facilitada de mercadorias, bens e tecnologias, muitas empresas nacionais quebram, outras redimensionam suas atividades e/ou abrem-se ao investimento de capitais internacionais, que implantam novas tecnologias, reduzindo o emprego da força de trabalho humana. No caso brasileiro, instala-se um outro fenômeno, o da "transregionalização". As empresas do Sul e Sudeste transferem seus parques fabris para regiões mais pobres, neste caso Norte e Nordeste. Além da força de trabalho desqualificada e barata, contam com incentivos fiscais oferecidos pelos governos regionais e federal.

Portanto, finalizando, a globalização não pode ser entendida apenas como conseqüência óbvia das inovações tecnológicas e do desenvolvimento da economia mundial. Trata-se de uma ação arquitetada pelas principais corporações capitalistas do mundo sobre governos nacionais das várias regiões do planeta com potencial econômico, cujo objetivo é a manutenção e/ou aumento de suas margens de lucros e acumulação de capital. Utilizando-se das fragilidades econômicas e sobretudo políticas das nações em desenvolvimento, articulam suas ações através de convenções e mega-negociações dos governos dessas nações com o Banco Mundial, FMI e OMC. Dentre as várias conseqüências desse processo, tem-se o

enfraquecimento das empresas nacionais, a desregulamentação das leis trabalhistas, falências, desemprego e/ou subemprego. É neste cenário que ressurgem as iniciativas associativas de geração de trabalho e renda.

3. A cooperação e o intercâmbio como alternativa para a viabilidade dos empreendimentos econômicos de pequeno porte

Esse modelo de globalização fez da década de 90 um período de profundas transformações na economia mundial, com repercussões diretas sobre o mundo do trabalho e, por isso, no cotidiano humano, sobretudo nas áreas urbanas.

Para se manter competitivo, tanto o setor industrial como o de serviços se lança na busca de maior produtividade. Com os recursos de sofisticadas tecnologias de computação, máquinas automatizadas substituem não só a força física do trabalho humano, mas a própria mente humana. A consequência dessa busca de maximização das margens de lucro por parte do grande capital, que desde a década de 50 vem investimento maciçamente em inovações tecnológicas e organizacionais com o objetivo explícito de diminuir o uso da força de trabalho humano no processo produtivo, é o chamado desemprego tecnológico ou estrutural, assim caracterizado devido a extinção de milhões de postos de trabalho. Isto significa que, ainda que bilhões de dólares fossem investidos em qualificação ou requalificação profissional, jamais a grande maioria desses trabalhadores, sobretudo aqueles de baixa remuneração, que não conseguem competir com a eficiência, a eficácia, o baixo custo e a produção em escala, o controle de qualidade e a rapidez de entrega proporcionados com a produção automatizada, conseguirão retornar ao mercado formal de trabalho. Isso, no entanto, não isenta a pequena elite detentora do poder da intenção em baratear ainda mais o custo da força de trabalho humano no processo produtivo. Nesse sentido, vale a observação de Katz, que afirma que o desemprego estrutural não é uma consequência natural das inovações tecnológicas. Para ele, o desemprego tecnológico faz parte da *"valorização do capital, que requer um exército de reserva (...) para regular os salários. A mera redução da jornada de trabalho resolveria o desemprego tecnológico. (...) As leis do capitalismo pressupõem o desemprego, qualquer que seja a intensidade de mudança tecnológica"* (KATZ, 1996, p. 232).

As consequências sócio-econômicas desse modelo de globalização e de reestruturação produtiva são óbvias e não é novidade nem para seus protagonistas e muito menos para lideranças políticas e cientistas sociais. A crise, a exclusão social e a miserabilidade em função dos altos e crescentes índices de desemprego e subemprego vêm se agravando até

mesmo nos países avançados. Enormes parques industriais são desativados por não conseguirem acompanhar os avanços tecnológicos necessários para mantê-los na lógica da produtividade e, portanto, da competitividade. O mesmo acontece nos países em desenvolvimento. Esses, mesmo com mão-de-obra barata e abundante, precisam aderir ao processo de automação devido às necessidades impostas pela competitividade da economia globalizada: reduzir os custos de produção (tornar a mão-de-obra ainda mais barata), aumentar a qualidade e quantidade dos produtos, melhorar na eficiência, velocidade e flexibilidade do processo produtivo (SCHMITZ, 1988, p. 140). Porém, além dos limites financeiros, as indústrias desses países sofrem inúmeras sanções por causa da política monetária e fiscal adotadas, não raras vezes, assumidas nas mega-negociações internacionais.

Vislumbrar alternativas para os trabalhadores e trabalhadoras das camadas populares neste cenário não é tarefa fácil. Nessa discussão, as opiniões e iniciativas são muitas. Dentre elas, a "*produção autônoma*" - "*produção simples de mercadorias*" (SINGER, 1997, p. 9)⁴¹ e/ou empreendimentos de pequeno porte - micro e pequenas empresas e cooperativas (GAIGER, 1996, p. 123). No entanto, apesar de serem apontadas por muitos como "*a grande esperança*", essas iniciativas, ainda que suprindo - mesmo que de forma precária - as necessidades da maioria dos desempregados, apresentam limites de difícil equação. A quantidade de novos empreendedores é demasiadamente grande, comparado com a quantidade e os tipos de bens e serviços que o mercado pode absorver. O insucesso de um percentual elevado desses não está, necessariamente, na sua incapacidade, mas na saturação do próprio tipo de mercado em que tentam atuar e, sobretudo, na sua "*pequenez e isolamento*" (SINGER, 1997, p. 9). A sugestão de Singer para este problema é a organização da produção em grande escala. E isso, segundo o autor, "*é possível*", mesmo "*sem ser pelo molde do grande capital*" (SINGER, 1999, p. 131): o caminho é a cooperação e o intercâmbio, a Economia Solidária, cuja discussão teórico-metodológica da sua estrutura e dinâmica de funcionamento vê-se em seguida.

⁴¹ Paul Singer diferencia o setor autônomo do setor informal. O setor autônomo comporta as atividades que se caracterizam pela "*produção simples de mercadorias*", como "*o cultivo de hortaliças e frutas, a criação de pequenos animais, a montagem manual de brinquedos, a confecção de roupas, a venda de produtos de valor alto (joalherias, boutiques...)* além de serviços de reparação, educação, saúde e entretenimento. O resto [afirma o autor] é o 'setor informal', composto por atividades semilegais, extremamente precárias e que deixam os seus produtores numa penumbra entre a marginalidade social e a superexploração do trabalho familiar a domicílio" (SINGER, 1997, p.9).

Capítulo 2

Economia Solidária

Para os propósitos desta pesquisa, formula-se algumas questões consideradas fundamentais para serem respondidas na leitura dos textos selecionados. Ao sistematizar as respostas para essas questões, evidencia-se a discussão teórico-metodológica pertinente à Economia Solidária que norteia a estrutura e dinâmica de funcionamento dos empreendimentos econômicos de solidariedade. Os pontos aqui sistematizados serão relacionados, posteriormente, com a discussão acerca da Educação Popular hoje, conforme desenvolvido na conclusão da segunda parte desta dissertação.

As questões formuladas estão organizadas em dois blocos: o primeiro situa-se no nível macro, que é a discussão em torno da Economia Solidária, e o segundo no micro, que são os empreendimentos econômicos solidários.

1º bloco: 1. O que é Economia Solidária?

2. Qual é o objetivo da e/ou com a Economia Solidária?

3. Quem são os agentes da Economia Solidária, ou seja, quais as organizações que integram este novo subsistema econômico?

4. Quais suas estratégias (nível micro, meso e macro)?

1. O que é Economia Solidária?

Na concepção de Paul Singer, Economia Solidária "*é um nome genérico*" (1999, p. 132) que se dá a "*um novo setor econômico, formado por pequenas empresas e trabalhadores por conta própria, composto por ex-desempregados que tenham um mercado protegido da competição externa para os seus produtos*" (SINGER, 1999, p.122). Segundo Singer, [a] "*idéia básica é assegurar a cada um mercado para seus produtos e uma variedade de economias externas, de financiamento a orientação técnica, legal, contábil etc., através da solidariedade entre produtores autônomos de todos os tamanhos e tipos*" (Idem, 1999, p. 132). Assim, o autor afirma que "*a solidariedade é a solução racional*" para a viabilidade

econômica dos pequenos empreendimentos (Idem, ibidem).

Luis Razeto, estudando as experiências de geração de renda no Chile desde a década de 80, aborda o conceito de Economia Solidária de forma mais ampla⁴². O autor concebe

(...) a economia solidária, como uma formulação teórica de nível científico elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas – no campo da produção, comércio, financiamento de serviços etc – (...). Trata-se de um modo de fazer economia que implica comportamentos sociais e pessoais novos, tanto no plano da organização da produção e das empresas, como nos sistemas de destinação de recursos e distribuição dos bens produzidos, nos procedimentos e mecanismos de consumo e acumulação (RAZETO, 1993, p. 40).

Como se vê, a concepção de Razeto vai além da dimensão meramente econômica, tal como aparece na formulação de Singer. Enquanto neste a Economia Solidária é formada pelos *"produtores autônomos de todos os tamanhos e tipos..."*, inclusive *"empresas com assalariados"*, em Razeto a Economia de Solidariedade é formada por organizações econômicas *"que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas"* (RAZETO, 1993, p. 40). Em Paul SINGER (1999), a solidariedade apresenta-se mais numa dimensão funcionalista - *"resolver o problema do desemprego"*- o que significa uma alternativa de geração de emprego e renda para os desempregados do mercado formal de trabalho. Em Razeto, a solidariedade aparece como uma nova ética de relações produtivas, isto é, uma nova racionalidade sócio-político-econômica. Esta concepção fica ainda mais explícita quando o autor defende que não se trata de fazer solidariedade depois que o processo econômico tenha encerrado seu ciclo. Ajudar àqueles que ficam prejudicados na distribuição dos bens e serviços produzidos de forma não-solidária, até mesmo os grandes capitalistas já o fazem há muito tempo (RAZETO, 1993b, p.p. 14-15). A solidariedade concebida por Razeto implica em que esta seja introduzida nas diversas fases do ciclo econômico: da produção, passando pela circulação, até chegar na acumulação e no consumo. Significa colocar o ser humano acima do capital e a solidariedade acima do individualismo (Idem, 1997, p. 92).

Neste sentido, Razeto afirma que falar Economia de Solidariedade é o mesmo que falar em *"centralidade do trabalho"* (Idem, p. 94). Uma centralidade porém, que, conforme alude o autor, não é buscada como projeto. A centralidade se deve ao fato de constituir-se no *"único fator disponível"*, dado que os demais *"fatores - meios materiais, tecnologias,*

⁴² Na terminologia de Razeto, aparece a preposição "de". Ou seja, em vez de economia solidária (SINGER), o autor usa a expressão *"economia de solidariedade"*.

capacidade de gestão, financiamentos - são tão escassos e tão pequenos que mal poderiam constituir-se como centro de qualquer coisa" (RAZETO, 1997, p. 94).

José Luis Coraggio, por sua vez, opta pela terminologia Economia Popular. Escreve que a economia de solidariedade refere-se a uma vertente da organização de produção econômica popular associada *"a grupos de cristãos católicos, que vêem as estratégias familiares e comunitárias de sobrevivência dos pobres como solo social e cultural para estender horizontalmente - de 'baixo', a partir do local, das comunidades primárias, com o apoio facilitador das ONGD⁴³ - valores de reciprocidade e solidariedade, encarnados em instituições como a ajuda mútua, o mutirão, a festa, a assembléia popular etc."* (CORAGGIO, 1996, P. 185)⁴⁴.

Para CORAGGIO, a economia popular constitui-se num *"subsistema sócio-econômico de produção e distribuição (...) relativamente autônomo⁴⁵ e autárquico, orientado estrategicamente pela reprodução ampliada da vida de seus membros"* (1997, p. 36).

Segundo o autor, a Economia Popular mantém *"algumas características qualitativas centrais do agregado de economias domésticas⁴⁶, [institui] regras internas de regulação do trabalho e da distribuição de seus resultados, articulando-se como subsistema⁴⁷ em relação*

⁴³ ONGD = Organização Não-Governamental de Desenvolvimento

⁴⁴ Segundo Coraggio, *"A economia de solidariedade parte da idéia que o interesse e o lucro não são os únicos motores da organização econômica, e que é possível desenvolver formas solidárias, sustentadas no trabalho dos beneficiários, complementado por doações"* (CORAGGIO, 1999, p. 72). *"Esta proposta [escreve] impõe fortes adesões ideológicas a seus agentes. Deve-se optar pelos pobres, promover relações de solidariedade e cooperação interpessoal direta, e sustentar projetos 'em escala humana', locais e comunitários. Por outro lado, depende de uma 'economia de doações', e não pretende auto-sustentar-se através do mercado, ainda que intencionasse usar tecnologias apropriadas, utilizando com eficiência social recursos que usualmente o mercado não valoriza e satisfazendo necessidades que este não considera de interesse satisfazer. Depende, então, de um fluxo permanente de doações e de sustentamento ativo de uma cultura de valores separados do lucro e do consumismo"* (Idem, p. 73).

⁴⁵ Segundo Coraggio, autonomia relativa, porque autonomia total é impossível e até mesmo indesejável (1996, p. 208).

⁴⁶ Economias domésticas são unidades produtivas de bens e/ou serviços *"- unipessoais, familiares, comunitárias, cooperativas - cujo sentido imediato é dado pela utilização de seu fundo de trabalho [conjunto das diversas capacidades de trabalho dos seus membros] com o objetivo de conseguir a reprodução transgeracional da vida - biológica e cultural - de seus membros"* (CORAGGIO, 1996, p. 188).

Segundo o autor, as unidades domésticas que fazem parte da economia popular são aquelas que não exploram o trabalho alheio, não possuem *"riqueza acumulada (incluídos investimentos em fundos de pensão etc.) e seus membros devem continuar trabalhando para realizar expectativas médias de qualidade de vida (...) mesmo que todos ou alguns [tenham que trabalhar] nos outros subsistemas"* (CORAGGIO, 1997, p. 36).

⁴⁷ Coraggio defende que a Economia Popular, ainda que distinta da economia pública-estatal e da privada, deveria ser formada *"a partir do Estado e das organizações da sociedade"*, com os recursos financeiros recolhidos, via fiscal - de *"uma parte das rendas apropriadas pelas minorias associadas ao capital..."* (CORAGGIO, 1997, p.33)

ao conjunto da economia" (Idem, 1996, p. 195). Em contraposição à economia de capital, cujo sentido é dado pela acumulação, "o sentido desta verdadeira economia do trabalho seria dado pela reprodução ampliada da vida de seus membros" (Idem, 1996, p. 196).

O conceito de *reprodução ampliada da vida*, portanto, é o elemento chave de compreensão da economia popular. A reprodução ampliada significa ampliar, "sem limites", a "qualidade de vida, incluídas as relações comunitárias e sociais, o que requer consumo" e não consumismo, como acontece na economia empresarial-capitalista, que introjeta as necessidades e ao mesmo tempo os anseios em satisfazê-las (Idem, 1997 p.36).

Como se vê, o que caracteriza a Economia Popular é "a qualidade de suas relações e o sentido de seus produtos..." (grifo nosso) [e não] "o tamanho de seus elementos, nem a ausência de controle por parte do Estado, nem sua produtividade, nem o tipo de bens e serviços que produz(...), nem o caráter não-mercantil de suas atividades",(...)" (CORAGGIO, 1996, p. 196).

Marcos Arruda, a partir do binômio economia e desenvolvimento comunitário⁴⁸, desenvolve o conceito de Sócio-economia Solidária. Segundo o autor, a Sócio-economia

Os outros dois subsistemas são: economia empresarial e economia pública. Veja o esquema abaixo, formulado por Coraggio.:

SUBSISTEMA	LÓGICA/SENTIDO	AGENTES
economia empresarial	acumulação de capital	empresas e suas redes e aparatos ad hoc
economia pública	Acumulação e legitimação de poder	organizações do Estado, partidos políticos, redes e aparatos ad hoc
economia popular	reprodução ampliada da vida	unidades domésticas, suas redes e aparatos ad hoc

Coraggio descarta a possibilidade da economia social ou 3º Setor, como é conhecido, vir a ser a alternativa ao mercado formal de trabalho. O total de recursos necessários para atender a demanda é muito maior do que o 1º setor está disposto a disponibilizar, sob pena de afetar sua própria viabilidade (Idem, 1997, p. 36).

⁴⁸ Marcos Arruda define "o desenvolvimento como um processo de desdobrar conscientemente os potenciais inerentes a cada um e a todos os seres humanos, indivíduo, família, comunidade, nação, assim como a espécie humana como um todo. Desenvolvimento humano integral, e não apenas desenvolvimento material. Convertendo a economia num meio - não num fim - para servir ao desenvolvimento humano, para que se torne realmente possível" (ARRUDA, 1998, p. 5).

Em relação ao conceito comunidade, Marcos Arruda escreve que esta não se refere a "qualquer agrupamento humano que tem algo em comum...". Para que um agrupamento natural de pessoas seja de fato uma comunidade humana é preciso que "compartilhem um projeto em comum: valores, ideais e práxis em comum". Um projeto compartilhado não apenas entre as pessoas de um determinada comunidade, mas compartilhado também com pessoas que integram outras comunidades, de localidades próximas, nacionais e, inclusive, de outras nações. Daí, o conceito de desenvolvimento emancipatório comunitário, que é "aquele que permite construir relações integralmente humanas - isto é, conscientemente solidárias - dentro da comunidade, assim como para fora dela". Este conceito difere do conceito compensatório, denominado de desenvolvimento sustentável, que significa aquele resultante do esforço da classe trabalhadora - "pessoas que dependem da venda da sua força de trabalho para sobreviver com suas famílias"- para solucionar "alguns dos seus problemas de sobrevivência, que o mercado - [embora tenha criado] - é incapaz de resolver" (ARRUDA, 1998c, pp. 3;4).

Solidária é o "*conjunto do setor econômico controlado e gerido coletivamente pelos trabalhadores*" (ARRUDA, 1998, p. 7), cujo objetivo é a "*busca do bem estar e do progresso de cada uma e de todas as suas partes*" (Idem, 1998, p. 6).

Na concepção de Arruda, a Sócio-economia Solidária constitui-se um projeto amplo, que abrange "*o local, o nacional e o global (...) [não só na esfera sócio-econômica, mas também] da política e da cultura*" (Idem, 1998, p. 8). Trata-se de uma "*visão de como a sociedade humana – nacional e global – e o poder político podem ser reorganizados de um modo justo, participativo e sustentável*" (Idem, 1998, p. 6).

Portanto, um projeto não restrito a uma alternativa isolada ao desemprego, mas aberto e voltado a atuar "*em todas as frentes para pressionar os poderes em favor da transformação das instituições e relações sociais, a nível local, nacional e global*" e ao mesmo tempo, "*ocupar todos os espaços e brechas do sistema do capital, da esfera local até global, construindo o novo a partir e de dentro do velho*" (Idem, 1998, p. 6).⁴⁹

2. Qual é o objetivo da e/ou com a economia solidária?

O objetivo deste novo setor da economia, segundo Paul Singer, é "*resolver o problema do desemprego*". É "*a criação de novas formas de organização da produção com lógica 'includora', ou seja, capacitada e interessada em acolher sem limites novos cooperados, e que ofereça a estes uma chance real de trabalhar com autonomia e de ganhar um rendimento suficiente para ter um padrão de vida digno*" (SINGER, 1999, p. 122).

Coraggio, ainda que muito próximo de Singer, amplia esta concepção. Para ele, o objetivo da Economia Popular é "*conseguir a solidariedade orgânica entre [seus] elementos, em que o desenvolvimento de uns contribua para o de outros*" (CORAGGIO, 1996, p. 186). O ponto de referência deste autor é o desenvolvimento humano, que, conforme ele mesmo se refere, não se limita ao econômico. É preciso, sim, articular economia e cultura, dado que "*o desenvolvimento requer, mas não pode se limitar a cobrir o acesso aos meios de vida de primeira necessidade*", e nem tampouco "*poderá ser obtido com intervenções puramente ideológicas para inculcar novos valores*" (Idem, 1997, p.38).

⁴⁹ Ver Paul Singer, "Por uma utopia militante: repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998 (Coleção Zero à Esquerda).

Não é, pois, objetivo inicial da Economia Solidária constituir-se numa força econômica em substituição à economia de mercado capitalista. Segundo Singer, a Economia Solidária poderá chegar a constituir-se num outro subsistema econômico, possibilitando, desta forma, uma outra alternativa ao lado da economia *"inter-capitalista"*. Este novo subsistema - a Economia Solidária - seria movida *"pela cooperação entre unidades produtivas de diferentes espécies, contratualmente ligados por laços de solidariedade"*. Além disso, poderá também constituir-se numa estratégia dos trabalhadores em relação à criação de novas alternativas de geração de trabalho e renda, possibilitando o reestabelecimento do equilíbrio entre a oferta e a demanda do mercado formal de trabalho (SINGER, 1997, p. 17).

Razeto também considera um erro *"pensar a economia de solidariedade como algo completamente oposto à economia de mercado. A idéia e o projeto da economia de solidariedade não o pensamos como negação da economia de mercado ou como alternativa frente à economia de empresas. Fazê-lo seria completamente anti-histórico e inclusive alheio ao homem tal como é e como pode ser"* (RAZETO, 1993b, p. 17). No entanto, se [a] *"economia de solidariedade não é negação da economia de mercado, mas tampouco é sua reafirmação"* (Idem, 1993b, p. 18).

Segundo o autor, o caráter alternativo da Economia de Solidariedade reside na possibilidade das iniciativas microeconômicas se desenvolverem a ponto de constituir-se num subsistema da economia global, operando junto aos demais setores das economias privada individual e pública estatal (Idem, 1993, p. 45). Para a efetivação desse projeto, Razeto afirma que a economia de solidariedade apresenta *"dois componentes"* que *"se alimentarão e enriquecerão reciprocamente"*. Um, que seria a difusão sistemática e metódica da solidariedade na economia global, tornando-a *"mais solidária e integrada"*, e outro, fruto desta economia global mais solidária, que proporcionaria *"elementos e facilidades para o desenvolvimento de um setor de atividades e organizações econômicas conseqüentemente solidárias"* (Idem, 1993b, p. 18).

CORAGGIO igualmente admite que o objetivo inicial do subsistema Economia Popular não é substituir o subsistema capitalista-privado e nem mesmo o subsistema economia pública. Sua finalidade e necessidade é operar e interagir dentro e com os demais subsistemas. Em, virtude disso, a economia popular deve aproveitar-se de todas as situações para tornar-se forte a ponto de resistir às *"forças destrutivas"* dos outros dois subsistemas (1997, p. 36). A estratégia apontada por Coraggio é a de extrapolar o nível micro e atuar também *"sobre as macrorrelações e instituições que atuam sobre o conjunto, (...), operando simultaneamente nas diferentes partes de um todo em vias de formação"* (Idem, 1997, p.37).

Nesse sentido, Coraggio defende que os técnicos e outros profissionais que dela participam devem incorporar-se organicamente "*a um projeto de transformação*" da macroestrutura, fortalecendo, assim, "*a possibilidade de uma alternativa efetiva não apenas ao desemprego e à precarização do trabalho, mas também ao projeto hegemônico do capital global*" (Idem, 1997, p.38)⁵¹.

Luis Inácio Gaiger também descarta qualquer possibilidade de a Economia Solidária tornar-se uma ameaça ou mesmo uma força capaz de substituir o modo de produção capitalista (GAIGER, 1996, p. 117). Contudo, semelhante aos demais autores, conclui que mesmo estando "*integrada na economia de mercado, [a Economia Solidária] contrapõe-se à lógica mercantilista*" (GAIGER et al., 1999, p. 10). Isto se deve ao fato de que a "*Economia Popular Solidária*", ou "*Economia Alternativa*", "*orienta-se por valores não-mercantis, como a solidariedade, a autonomia, a igualdade e a democracia*" (Idem, p. 13). E mais, por se tratar de uma economia "*fundada na cooperação entre produtores e consumidores e buscando a satisfação máxima (com vistas ao desenvolvimento humano) ao menor custo (para os produtores e para a sociedade),...*" (Idem, ibidem). Desta forma, conclui que os empreendimentos de Economia Solidária fogem à lógica da economia de mercado ao suprimirem "*a separação entre produtores e trabalhadores,(...) responsável pelo caráter alienante e descartável do trabalho*"; [ao criarem] "*um novo patamar de satisfação, [que]*

⁵¹ Segundo Coraggio, para que a economia popular se firme enquanto subsistema econômico, é preciso:

1. "(...) investir recursos importantes do desenvolvimento, consolidação e alimentação de redes que articulem, comuniquem e dinamizem a multiplicidade de empreendimentos e micro redes populares.
- 1.1 (...) canalizar recursos de pesquisa e assessoria técnica das universidades para conformação de centros tecnológicos que alimentem e estimulem estas redes de maneira permanente, (...)
2. (...) empreender também uma profunda transformação cultural dos valores sobre o bem estar, a justiça, o trabalho, a democracia e os limites da legitimidade do exercício do poder", "para que estas novas estruturas jurídicas e econômicas não sejam instrumentalizadas pela lógica do capital e do poder político a ele associado.
3. (...) reformas estruturais no sistema fiscal na direção de taxação regressiva e o controle participativo dos recursos públicos, hoje vulneráveis aos arranjos entre as cúpulas políticas e corporativas.
4. (...) desarmar as estruturas de poder coercitivo (incluindo-se a força crescente das máfias) que coagem não apenas a livre expressão, mas a livre atividade econômica das maiorias.
5. (...) mudança na cultura política, rechaço ético ao clientelismo e à corrupção,(...);
6. (...) acesso aos meios de comunicação de massas para gerar e propor outros valores de estilos de vida para a população,(...);
7. (...) a organização e o exercício de um poder econômico popular no mercado, que respalde a competitividade da produção popular".
- 7.1 (...) mecanismos de controle de qualidade desta produção, desenvolvendo os melhores valores do artesanato (...)" (CORAGGIO, 1997, pp. 37-38).

Para o autor, a Economia Popular, ainda que distinta da economia pública-estatal e da privada, deveria ser formada "*a partir do estado e das organizações da sociedade*", com os recursos financeiros recolhidos, via fiscal - de "*uma parte das rendas apropriadas pelas minorias associadas ao capital...*" (Idem, p.33).

atende a aspirações não somente materiais ou monetárias e, [ainda, ao humanizarem] as relações entre produtores e desses com os consumidores" (Idem, p. 50). Em virtude dessa contraposição à economia de mercado capitalista, Gaiger afirma que a Economia Solidária está demonstrando ser capaz de operar em nível macro, ao lado da economia privada individual e da economia pública estatal" (Idem, p. 26). Segundo este autor, não é possível continuar imaginando "o desenvolvimento econômico das sociedades fora da economia de mercado, como se este estivesse a caminho de dissolver-se, ou então fosse possível suprimi-lo em alguma parte do globo e lá implantar uma economia sem intercâmbio, ou de trocas totalmente reguladas e dirigidas" (Idem, p. 49). É preciso sim, agir e interagir dentro e com a economia de mercado, sem perder de vista que "o modo de produção capitalista, como os demais, articula-se com diversas formas de produção, além daquela que lhe é específica, subjugando-as à sua própria lógica e reservando-lhes um lugar subordinado, quando não sua ruína" (Idem, ibidem).

Portanto, considerando que a *"força do modo de produção reside em sua capacidade de renovar constantemente sua base material e de impô-la ao conjunto dos setores produtivos,...* [é preciso que a nova forma social incorpore em sua base técnica os avanços tecnológicos do sistema dominante, assegurando] *sua existência dentro do capitalismo, preservando sua natureza intrínseca distinta e criando chances de formação de um novo setor econômico com possibilidades de expansão" (GAIGER, 1996, p. 116). Assim, "as chances de sobrevivência e de expansão da forma social solidária de produção tendem a crescer à medida que, além da incorporação da base técnica capitalista, essa forma começa ela mesma a renovar o conteúdo material do processo de trabalho, a devolver novas forças produtivas, materiais e intelectuais, mais adaptadas à sua organização específica do processo de trabalho" (Idem, ibidem).*

3. Quem são os agentes da economia solidária, ou seja, quais as organizações que integram este novo subsistema econômico?

Segundo Paul Singer, Economia Solidária é formada por *"produtores autônomos [individuais e coletivos] de todos os tamanhos e tipos" (SINGER, 1999, p. 132), inclusive "empresas com assalariados" (SINGER, 1999, p. 127;125).*

Luiz Razeto, diferente de Singer, afirma que a Economia de Solidariedade é formada por organizações econômicas *"que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de*

solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas" (RAZETO, 1993, p. 40).

José Luis Coraggio, por sua vez, diz ser todos os agentes - individuais ou coletivos - que resguardem em sua estrutura organizativa elementos da economia doméstica (CORAGGIO, 1996; 1997).

Marcos Arruda, ainda que não trate especificamente desta questão, fala em cooperativas autogestionárias de Sócio-economia Solidária. Para o autor, as cooperativas autogestionárias não se constituem organizações econômica empresariais apenas, mas organizações sócio-econômicas.

4. Quais as estratégias da economia solidária em nível micro e macro para viabilizar seus objetivos?

A sugestão de Singer para concretizar esse novo setor econômico - Economia Solidária - é a criação de *"uma cooperativa de produção e de consumo"* formada, como já mencionado, por trabalhadores autônomos e micro e pequenas empresas, inclusive aquelas com assalariados (SINGER, 1999, p. 122). A esta cooperativa, Singer denomina de *"cooperativa de economia solidária"* (Idem, 1999, p.123), e cita como exemplo os kibutz, em Israel, e o LETS, no Canadá⁵². O papel desta cooperativa é funcionar como *"uma grande franqueadora múltipla, atuando em qualquer setor, mas que será possuída e comandada pelos próprios franqueados"*. E para que esta cooperativa de produção e consumo se viabilize é fundamental investimentos em *"crédito solidário"*, *"formação profissional"* e *"aperfeiçoamento técnico continuado, além de serviços comunitários, como instâncias de*

⁵² O LETS (Local Employment and Trading System = Sistema Local de Emprego e Comércio) foi criado no início da década de 80 em British Columbia - Canadá, por Michael Linton. Em 1993, já existiam LETS em vários países: "120 na Grã-Bretanha; 160 na Austrália; 60 na Nova Zelândia; 20 no Canadá; 20 na Irlanda e 10 nos Estados Unidos".

O LETS é uma associação de produtores autônomos, pequenas empresas, cooperativas e outras formas de organização produtiva, com a finalidade de intercambiar bens e serviços. *"Todas as compras e vendas entre os associados são a crédito, sendo as contas registradas num microcomputador. Cada transação dá lugar a um crédito na conta do vendedor e um débito para o comprador. Na medida em que os associados intensificam o seu intercâmbio, novos débitos e créditos se somam aos anteriores e ao mesmo tempo se compensam. Um membro que vendeu a outros, digamos num mês, tanto quanto adquiriu dos mesmos ou de outros termina com saldo zero. O importante é que produziu e consumiu sem precisar fazer pagamentos em dinheiro oficial"* (SINGER, 1999, p. 132).

Nos LETS a moeda é escritural, mas há outras experiências que emitem moeda papel, como acontece em Ithaca, estado de Nova York, cujo nome é "Hora" (Idem, p 134) .

arbitragem de disputas, câmaras que facilitem o entrosamento de empresas complementares das cadeias produtivas (por exemplo, entre confecções de produtos e varejistas (Idem, 1999, p. 124).

Para CORAGGIO, a estratégia de ação é "*constituir relações de interdependência, materializadas em intercâmbios mediados por relações mercantis ou ainda diretamente sociais entre unidades domésticas de uma mesma comunidade e entre comunidades, criando as bases para novas identidades coletivas e para a crescente sustentabilidade do desenvolvimento popular*" (1996, p. 186). Trata-se, pois, de conceber a economia popular dentro de um projeto mais amplo, qual seja, o de desenvolvimento humano⁵³.

Escreve CORAGGIO,

(...) nem o consumismo [economia capitalista], nem a caridade [economia social] são a via para um cabal desenvolvimento humano. Pretender conseguir todas estas mudanças supõe um projeto político cultural e um amplo movimento que o sustente de maneira congruente na cena política e nas buscas coletivas de resolução dos problemas urgentes de cada localidade ou grupo, articulando os esforços de desenvolvimento local no interior de uma perspectiva macrossocial de desenvolvimento (1996, p.38).

O autor destaca que "*o desenvolvimento requer, mas não pode se limitar a cobrir o acesso aos meios de vida de primeira necessidade*", e nem tampouco "*poderá ser obtido com intervenções puramente ideológicas para inculcar novos valores*". É preciso, sim, articular economia e cultura (CORAGGIO, 1997, p.38).

Marcos Arruda, muito próximo da concepção de Coraggio, escreve que o projeto Sócio-economia Solidária não se efetiva definitivamente no micro, pois "*as iniciativas cooperativas isoladas (nível micro) [embora constituam um fator de desenvolvimento] não têm poder transformador e efetivo ou potencial; (...)*". Para este autor, o projeto Sócio-economia Solidária exige a atuação também no meso e no macro nível, o que significa "*tecer redes cooperativas e solidárias de intercâmbio comercial, técnico, financeiro, cultural e efetivo (nível meso) nos espaços local, nacional, regional e global, guiados por um projeto*

⁵³ O Desenvolvimento Humano, no conceito formulado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é "*o processo de ampliação do campo de escolhas das pessoas, aumentando suas oportunidades de educação, assistência médica, renda e emprego, cobrindo o espectro completo das escolhas humanas, desde um meio ambiente físico saudável até as liberdades econômicas e humanas*" (CORAGGIO, 1996, p. 40).

Segundo Coraggio, o paradigma do Desenvolvimento Humano não significa redistribuir a renda ou mesmo se contrapor ao crescimento. Significa, sim, uma proposta cuja "*regra principal é o investimento nas pessoas,...*", nas suas capacidades e na utilização dessas capacidades no processo produtivo. Falar em Desenvolvimento Humano é falar em desenvolvimento do capital humano, o que significa "*desenvolvimento das pessoas, para as pessoas e pelas pessoas*" (Idem, 1996, p. 40).

nacional e global que seja ao mesmo tempo sócio-econômico, político e cultural (nível macro)" (ARRUDA, 1998, p. 6).

Arruda, contudo, não detalha esse projeto. Apenas destaca a importância da educação, da comunicação e da informação no processo, dado que é comum às iniciativas sócio-econômicas desviarem-se dos seus objetivos e moldarem-se ao sistema econômico vigente (Idem, 1998, p. 6). Afirma também que se trata de desenvolver *"uma compreensão sistêmica, holística e dialética da realidade e dos potenciais de um projeto de sócio-economia baseado nos valores como a cooperação, a complementaridade, a partilha, o auto-desenvolvimento individual e coletivo, e a solidariedade"* (Idem, 1998, p. 7).

Em nível meso e macro, a estratégia da Sócio-economia Solidária é *"contribuir para a construção de relações sempre mais freqüentes e diversificadas entre cooperativas, buscando construir um movimento cooperativo popular sempre mais extenso, forte e qualitativamente eficiente, visando à edificação de uma eco-sociedade cooperativa em nível municipal, estadual, nacional e global, centrada em projetos de auto-desenvolvimento em nível pessoal e coletivo"* (ARRUDA, 1996, p.25, citando NUÑEZ, 1996).

Feitas essas anotações, um novo bloco de discussão emerge. Questões cujas respostas buscam dar conta da identidade e do processo de construção dos empreendimentos identificados como sendo de Economia Solidária.

2º bloco: 5. O que são empreendimentos econômicos solidários?

6. Quem são os empreendedores econômicos solidários?

7. Por que o adjetivo popular?

8. Por que o adjetivo solidário? A solidariedade é uma estratégia ou um objetivo, um meio ou um fim?

9. Como desenvolver comportamentos sociais, políticos e econômicos calcados numa cultura solidária?

5. O que são empreendimentos econômicos solidários?

A exemplo de outras questões, não fixa-se uma resposta definitiva, pois se trata de uma discussão não concluída.

Razeto afirma serem organizações econômicas *"que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades"*

econômicas" (RAZETO, 1993, p. 40).

Muito próximo de Razeto, José Luis Coraggio diz ser "*todos aqueles agentes - individuais ou coletivos -... [que mantém] algumas características qualitativas centrais do agregado de economias domésticas, [inclusive] regras internas de regulação do trabalho e da distribuição de seus resultados,... [e que têm como objetivo a] reprodução ampliada da vida*" de seus integrantes (CORAGGIO, 1996, pp. 187; 195; 196)

Arruda, por sua vez, diz ser as organizações econômicas controladas e geridas "*coletivamente pelos trabalhadores*", cujo objetivo é a "*busca do bem estar e do progresso de cada uma e de todos os seus envolvidos*" (ARRUDA, 1998, p. 7). O autor cita as cooperativas autogeridas, concebidas como organizações sócio-econômicas, portanto, "*como uma comunidade humana e não apenas como uma empresa*". Isto significa que, enquanto comunidade humana, seu objetivo específico é o "*desenvolvimento do bem-estar sustentável de cada associado e de suas famílias...*" Dentro desta perspectiva, a redução de custo e o aumento da receita, por exemplo, deixam de ser um problema exclusivamente do associado para ser um problema também de sua família, dado que a preocupação é com a renda familiar e não apenas do indivíduo associado (Idem, 1996, p.24). Esta concepção confere à cooperativa autogestionária e solidária uma identidade singular enquanto empreendimento econômico dentro do sistema capitalista. Segundo o autor, para que esta proposta se efetive, o caminho é implementar uma dinâmica de funcionamento pautada numa

dupla estratégia de mercado...uma, orientada para o mercado capitalista, onde a regra é a competição feroz e agressiva; e outra, com respeito ao mercado intercooperativo, que também é chamado de 'mercado solidário', no qual o desafio é criar sistemas de práticas comerciais baseadas na cooperação e na complementariedade, em vez da competição, e estabelecer sistemas de preço que eliminem a exploração do comprador/consumidor (ARRUDA, 1998, p. 7).

O que Arruda defende com esse chamado *mercado solidário* é a possibilidade de constituir-se uma rede de Sócio-economia Solidária envolvendo não só a produção, mas também o consumo. A cooperação e complementariedade mencionadas pelo autor como elementos desse mercado intercooperativo e/ou rede de Sócio-economia Solidária são a base de sustentabilidade dos empreendimentos a ela ligados, dado que a prioridade no consumo é de produtos e/ou serviços que a integram. Em relação à complementariedade, o autor argumenta em favor de uma cadeia produtiva constituída a partir e voltada para as demandas dos envolvidos - indivíduos e empreendimentos - na rede. Isto significa que os novos empreendimentos seriam implantados já tendo um mercado consumidor garantido.

Gaiger, estudando os empreendimentos de economia solidárias no Rio Grande do

Sul⁵⁴ e os Projetos Alternativos Comunitários (PACs) da Cáritas Brasileira, escreve que os empreendimentos econômicos solidários são formados por *"aquelas iniciativas que logram algum nível de acumulação e crescimento, que alcançam certa estabilidade e viabilidade, por meio da planificação de seus investimentos, e que requerem, para isso, a introdução de uma nova racionalidade econômica, calcada no trabalho cooperativo"* (GAIGER et al., 1999, p. 25).

Afirma que o que caracteriza os empreendimentos econômicos de solidariedade é a combinação do *"espírito empresarial"* com o *"espírito solidário"*. Enquanto no primeiro concorrem os elementos necessários à sustentabilidade dos empreendimentos - *"qualificação técnica, produtividade, gerenciamento, planejamento, conquista de mercados, ampliação do capital, capacitação, etc -*, no espírito solidário está a *"propriedade comum, a cooperação, a democracia e a autogestão [grifo nosso]"* (Idem, ibidem)⁵⁵.

Essa dupla caracterização, no entendimento do autor, confere aos empreendimentos econômicos solidários uma identidade singular, tanto em relação à *"racionalidade capitalista - que não é solidária nem inclusiva -* quanto em relação à *"solidariedade comunitária - à qual faltam os instrumentos adequados ao desempenho econômico na sociedade contemporânea"* (Idem, ibidem).

Paul Singer, teorizando mais no nível macro, não explicita muito bem seu entendimento acerca do que caracteriza um empreendimento econômico solidário, mas deixa subentender que são todos os empreendimentos econômicos - individuais ou coletivos - que passem a integrar uma rede de produção, circulação e consumo própria e, portanto, distinta daquela formada pelo ciclo econômico da economia de mercado. Desta forma, Singer faz supor que o fator que caracteriza um determinado empreendimento como empreendimento econômico solidário é meramente estratégico, isto é, estar inserido numa rede de Economia Solidária e não por estruturar-se dentro de uma lógica distinta da lógica capitalista.

Portanto, resguardada esta ou aquela particularidade, é possível verificar que entre os autores estudados, com exceção de Singer, há uma aproximação muito grande no sentido de conceber os empreendimentos econômicos solidários como organizações sócio-econômicas - coletivas - de produção, trabalho e serviços, constituídas por trabalhadores do campo ou da

⁵⁴ Refere-se a um estudo feito por Luiz Inácio Germany Gaiger, Marinês Besson, Fernando Maccari Lara e Ivan Sommer, publicado no Cadernos CEDOPE, Ano 10, Nº 15, 1999.

⁵⁵ Gaiger escreve que *"a racionalização do trabalho e da produção aparece hoje como um passo incontornável, o que obriga a repensar certos conceitos veiculados entre os promotores desses programas em relação à primazia do comunitário e da participação igualitária"* (GAIGER, 1996, p. 118).

cidade, estruturadas em dois pólos: econômico-empresarial e solidário, e com o objetivo de viabilizar as condições econômicas, sociais e culturais necessárias para que os trabalhadores-empresendedores possam assegurar o que precisam para um padrão de vida digno.

6. Quem são os empreendedores econômicos solidários?

Semelhante à questão anterior, o perfil dos empreendedores econômicos solidários encontra-se indefinido. Contudo, os estudos demonstram que a grande maioria das experiências são constituídas, fundamentalmente, por trabalhadores historicamente excluídos do mercado formal de trabalho e/ou desempregados pelo processo de reestruturação produtiva e/ou de privatizações de empresas estatais. Esta categorização, ao menos em parte, corresponde ao que Coraggio define como "*matriz sócio-econômica básica da economia popular*", que são "*todos os agentes - individuais ou coletivos - que se caracterizam pelo fato de que sua reprodução depende da continuada realização de seu fundo de trabalho próprio*". Esta definição [continua o autor] *exclui os proprietários de recursos em quantidade e qualidade tais que possam viver (com níveis de consumo de luxo) da exploração de trabalho alheio ou de rendas*" (CORAGGIO, 1996, P. 187).

Esta caracterização acerca do perfil dos trabalhadores-empresendedores, no entanto, suscita a pergunta do por quê do adjetivo popular usado por alguns autores e/ou atribuído a algumas iniciativas de geração de renda em Economia Solidária.

7. Por que o adjetivo popular?

Não foi encontrada resposta para esta pergunta no material consultado. No entanto, tudo indica que o adjetivo popular atribuído a algumas cooperativas, sobretudo àquelas ligadas às Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, refere-se tão somente ao perfil das pessoas que as integram, que são aquelas provenientes dos setores mais despossuídos da sociedade. Ou seja, o popular corresponde tão-somente aos trabalhadores e trabalhadoras das camadas populares, aqueles que dependem da venda de sua força de trabalho para se auto-sustentar e sustentar seus dependentes, e não a todos os desempregados do mercado formal de trabalho.

8. Por que o adjetivo solidário? A solidariedade é uma estratégia ou um objetivo, um meio ou um fim?

A solidariedade (do latim "solidus", que quer dizer "o sólido, o compacto, o unido, o consistente") é um termo de origem jurídica que significa inter-relação ou interdependência (ABBAGNAMO, 1998). Do ponto de vista ético, exprime o dever moral de assistência recíproca entre os membros de um mesmo grupo, de uma mesma sociedade (SANTOS, 1963). Numa leitura mais próxima da versão popular ou do senso comum, cita-se o que descreve o Dicionário Aurélio: solidariedade diz respeito aos laços ou vínculos *entre pessoas ou coisas independentes* ou mesmo entre os indivíduos de um mesmo grupo social; a *adesão ou apoio à causa* de outrem; ou a *relação de responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns, de maneira que cada elemento do grupo se sinta na obrigação moral de apoiar o(s) outro(s): solidariedade de classe*. SCHLESINGER & PORTO (1995) dizem que ela "*inspira a busca de instituição e meios adequados para a permuta dos bens da vida, orientando-se por uma larga visão do desenvolvimento e do bem comum*".

No contexto econômico, portanto, a solidariedade pode ser concebida como adesão ou apoio a causas sociais, isto é, distribuir parte do que sobra após o processo econômico-produtivo concluir seu ciclo ou mesmo como estratégia de viabilidade econômica de um determinado setor ou segmento dentro da economia de mercado. Esta é a concepção de solidariedade trabalhada por Paul Singer. A diferença é que no lugar das grandes companhias, o autor cita os empreendimentos de pequeno porte: produtores autônomos e pequenas empresas. Desta forma, em vez de excludente, a solidariedade apregoada por Singer é *includente*. Significa assegurar a todos as condições necessárias para a viabilidade econômica, seja através do crédito⁵⁶, seja através da assessoria gerencial, da partilha de tecnologias de produção, da comercialização etc.

Em Razeto, Coraggio e Arruda, a solidariedade é abordada de forma mais ampla. No primeiro, é concebida na perspectiva de uma nova ética de produção, comercialização e consumo. No segundo, na perspectiva do desenvolvimento humano, e em Arruda, do desenvolvimento comunitário.

⁵⁶ No crédito solidário, inexistem as garantias habituais exigidas pelo mercado financeiro. Essas garantias são oferecidas pelos grupos que se organizam e "se responsabilizam solidariamente pelo pagamento de juros e principal dos créditos concedidos a seus membros". Nesse sentido, o apoio dos setor público é imprescindível (SINGER, 1999, P. 123-124).

Na perspectiva de Razeto, a solidariedade explicita-se na centralidade do fator trabalho frente ao capital. Significa que no processo produtivo a preocupação não está em eliminar a participação humana, mas em que o trabalhador não seja relegado à condição de simples agregado da máquina em função da produção em escala. Assim, as características desta Economia de Solidariedade vão além de mera estratégia. Razeto sintetiza essas características no fator "C", assim denominado por ser a letra inicial de palavras que em diversos idiomas expressam valores, como cooperação, comunidade, coordenação, coletividade, colaboração, comunicação.

Desta forma, o fator "c" na produção

(...) manifesta-se no uso compartilhado de conhecimentos e informações, dando lugar a um importante elemento de criatividade social; na adoção coletiva das decisões; na melhor integração funcional dos diferentes componentes sociais da empresa, reduzindo os conflitos e custos que deles derivam; na satisfação de necessidades de convivência e participação que implicam que a operação da empresa proporcione a seus integrantes uma série de benefícios adicionais não contabilizados monetariamente, mas reais e efetivos; no desenvolvimento pessoal dos sujeitos envolvidos nas empresas, derivadas da comunicação e mudança entre personalidades diferentes etc. (RAZETO, 1993, p. 41).

Na distribuição, a solidariedade explicitada por Razeto também se distingue da economia de mercado. Essa diferença está na adoção de outros mecanismos de circulação, como "doações", "reciprocidade", "comensalidade" e "cooperação"⁵⁷. A partir desses mecanismos de circulação, Razeto afirma que é possível verificarmos "*níveis especiais de integração comunitária entre os diferentes sujeitos individuais e grupais participantes*" (Idem, 1993, p. 43).

No consumo, a Economia de Solidariedade apregoada por Razeto caracteriza-se pela "*proximidade entre produção e consumo*"; "*preferência pelo consumo comunitário sobre o consumo individual*", isto é, atender às necessidades da comunidade e não a aspirações consumistas individuais; "*integralidade na satisfação das necessidades de diversos tipos*"; e "*simplicidade na qualidade com austeridade na quantidade*" (Idem, 1993, p. 43-44).

⁵⁷ "Reciprocidade: transferências bidirecionais de bens entre sujeitos ligados por laços extra-econômicos de amizade e confiança (...) Comensalidade: transferências pluridirecionais de bens entre diversos sujeitos, que constituem um grupo integrado por vínculos familiares, religiosos, sociais, culturais, psicológicos, etc... Cooperação: transferências bidirecionais múltiplas de bens trazidos por sujeitos individuais a um sujeito coletivo dos quais fazem parte e que são compensados posteriormente por fluxos que vão do sujeito coletivo aos sujeitos individuais na proporção (a pro-rata) das contribuições efetuadas por cada um".

Na economia de mercado, a distribuição se limita às "*relações de compra e venda*", "*tributação*" e "*dotações orçamentárias*" (RAZETO, 1993, p. 42-44).

Gaiger, por sua vez, ao apresentar os dois pólos que constituem os empreendimentos econômicos solidários, escreve que o "*espírito solidário*" caracteriza-se pela "*propriedade comum*", pela "*democracia*", pela "*autogestão*" e pela "*cooperação*" (GAIGER, et al., 1999, p.25). Ainda que não precise o porquê do uso da expressão "*espírito*", tanto para o pólo solidário quanto para o empresarial, essa caracterização evidencia-se nos objetivos organizacionais destes empreendimentos, conforme descreve o autor em trabalho anterior: "*soma dos recursos individuais...; qualificação e divisão técnica do trabalho...; democratização dos conhecimentos e das decisões [que] estimula a criatividade, reforça o empenho de cada um e resulta em melhor integração funcional; convivência e a participação [que] produzem benefícios não monetários, mas com efeitos importantes sobre o bem-estar e a produtividade do trabalho*" (GAIGER, 1996, p. 115).

Segundo Gaiger, é a divisão técnica do trabalho que assegura a compatibilização entre "*os critérios de eficiência e competitividade*" e o "*princípio de participação ou o caráter educativo dos projetos*" de economia solidária. Para tanto, escreve que é preciso ter presente a diferença entre a divisão técnica e a divisão social do trabalho. Resolver essa questão não é tarefa fácil. É importante que seja dado "*crédito à engenhosidade com que os setores populares podem assumir as vantagens da primeira sem reproduzir o verticalismo inerente à segunda*" (Idem, 1996, p. 118).

Ainda em relação à compatibilização do princípio da participação e a eficiência e competitividade do empreendimento, Gaiger afirma que o "*conceito moderno de associação econômica introduz alterações de forma e conteúdo*" que podem "*conferir flexibilidade e estabilidade às formas coletivas de trabalho sem negar com isso os fundamentos do agir comunitário,...*" É preciso, porém, "*que se entenda esse princípio com as nuances que os tempos atuais exigem*" (Idem, 1996, p. 120). Isso significa que, em muitos casos, "*o caráter coletivo deve restringir-se ao gerenciamento ou a alguma instância particular, de modo que a cooperação não se realize em prejuízo da eficiência econômica*" (Idem, ibidem, 1996, p. 120).

Sobre a cooperação, o autor escreve que esta é fundamental na produtividade do trabalho, pois serve de "alavanca" para que os empreendimentos de pequeno porte produzam melhores resultados do que aqueles resultantes de iniciativas individuais e/ou do trabalho assalariado (Idem, 1999, p.26). Gaiger, não trata, porém, se esta cooperação se restringe ao grupo ou se é aberta a todos os trabalhadores, mesmo os mais distantes.

Marcos Arruda, ainda que também de forma esparsa, apresenta um pouco mais de elementos que ajudam na tarefa de entender essa solidariedade econômica. Neste autor, um

primeiro ponto que se observa é que a solidariedade não se restringe às relações econômicas. Ao contrário, amplia-se também para as relações sociais, políticas e culturais. Trata-se de uma solidariedade que tem em seu horizonte, também, a *"transformação das instituições e relações sociais em nível local, nacional e global..."* (ARRUDA, 1998). Nesse sentido, Arruda argumenta em favor de um projeto abrangente de Sócio-economia Solidária. Neste, as iniciativas econômicas em nível micro não se restringem à busca de viabilidade econômica do empreendimento, com intuito de retorno financeiro para seus integrantes. Sem desconsiderar esses aspectos, busca-se também a *"eficiência do sistema como um todo e das relações que o constituem"*. Implica em *"aumentar a qualidade do bem estar e da satisfação de cada associado e da comunidade, e da população como um todo"* (Idem, citando NUÑEZ, 1996). A solidariedade não só deixa de ser uma mera estratégia de viabilidade do empreendimento, como também passa a ser concebida como uma cultura que extrapola as relações micro entre os integrantes de um único grupo. Em síntese, trata-se de um espaço de desenvolvimento e assimilação de comportamentos sociais, políticos e econômicos calcadas numa nova cultura, qual seja, a cultura solidária.

9. Como desenvolver comportamentos sociais, políticos e econômicos calcados numa cultura solidária? (Questões Metodológicas)

O modo de produção da sociedade na qual vive-se nutre-se pelo estímulo e desenvolvimento de comportamentos calcados muito mais no valor ter, no status de proprietário, do que na valorização do próprio ser. Daí, egoísmo, individualismo, consumismo, autoritarismo etc., são tipos de comportamentos que refletem uma racionalidade sócio-político e econômica em que poucos têm muito e, por isso, determinam o que é e o que deve ser feito, cabendo aos demais - a grande maioria que pouco ou nada tem - acatar e executar. Esta cultura do mando e da obediência, do tudo posso e do sentimento de pequenez e de impotência, vem se tornando cada vez mais predominante no contexto da sociedade atual. Ainda que seja difícil aceitá-lo, não podemos ignorar as conseqüências do desemprego estrutural que, ao expurgar trabalhadores e trabalhadoras do mercado formal de trabalho, relega-os à condição de *"novos pobres"*, quando não, de excluídos e, por isso, da predisposição a tudo se submeter para assegurar o mínimo necessário para sua sobrevivência e a sobrevivência de seus familiares.

Como já salientado em outros momentos, as organizações econômicas de

solidariedade são concebidas como um caminho capaz de apontar novos horizontes para essas pessoas. No entanto, considerando que se tratam de organizações sócio-econômicas e não apenas empreendimentos empresariais, exigem muito mais que a simples capacitação profissional dos trabalhadores, habilitando-os para a produção e para as atribuições administrativas e comerciais. O grande desafio está em superar a cultura predominante de que falamos acima, como nos confirma Sônia Kruppa.

Construir uma cooperativa significa imergir no caldo social dos grupos com quem trabalhamos, permeados pelos valores da competição, do ter ao invés do ser, da desigualdade e do autoritarismo, para fazer emergir uma nova forma de organização social, baseada na solidariedade, no respeito às diferenças de cada um, na sua igualdade como sujeitos sociais de direitos na democracia, na possibilidade de crescimento intelectual e afetivo de cada um de todos enquanto um grupo constituído.

As relações humanas, que devem ser constantemente embebidas desses valores, são a matéria-prima e, ao mesmo tempo, o objetivo primordial dessa formação (KRUPPA, 1999, p. 4-5).

Portanto, potencializar as organizações econômicas é um desafio que vai além da concessão de créditos e da capacitação para a produção e o gerenciamento de um empreendimento solidário inserido numa economia de mercado que, por natureza, imprime permanentemente a competitividade e a exclusão. Este desafio está na própria estrutura da grande maioria destes empreendimentos, que além de serem associativos - requerendo abertura e sensibilidade ao trabalho coletivo e autogestionário - são formados por pessoas empobrecidas e em situação de exclusão, com pouca ou nenhuma escolaridade, fragilizadas em relação à satisfação das necessidades básicas de sobrevivência e com estreita ou nenhuma relação com o mercado. Assim, é imprescindível que se desenvolva junto aos novos empreendedores a capacidade de percepção e a convicção da importância da auto- formação permanente. E não só. É fundamental também assessorá-los para que estruturarem o funcionamento do empreendimento dentro de uma dinâmica que favoreça o desencadeamento desse processo de auto-educação individual e coletivo. Um processo educativo em que os desafios, erros e acertos sejam assumidos por cada um e por todos como fonte de novos aprendizados e de novos comportamentos pessoais e sociais, compatíveis com o modelo organizacional solidário, não só em relação aos companheiros do grupo, mas também em relação à família e a todas as demais interações sociais. Neste sentido, os trabalhadores e trabalhadoras organizados solidariamente poderão avançar na busca de superação não só da cultura do mando e da obediência, mas também do sentimento de impotência e pequenez. Fatores que, além de se apresentarem limites para o sucesso dos empreendimentos de Economia Solidária, constituem empecilhos para a realização humana e profissional de cada

um dos seus integrantes.

Dos autores consultados, Marcos Arruda é o que mais trabalha essa questão. Segundo ele, a cooperativa autogestionária de Sócio-economia Solidária deve desencadear um processo educativo, tendo como *"objetivo elevar a consciência para a crescente autonomia, auto-desenvolvimento, auto-educação e auto-governo do indivíduo e da coletividade"* (1996, p. 5; citando Teilhard de Chardin). Uma educação que *"se funda numa metodologia adequada, que valoriza o conhecimento de cada pessoa e de cada coletividade, articula teoria e prática e orchestra a promoção da autoconsciência individual com o processo coletivo de visualizar e de construir o novo"* (ARRUDA, 1998, p. 5). É dentro deste enfoque sócio-educativo que se pode visualizar o *"cooperativismo autogestionário e solidário"* ou *"cooperativismo popular"* como *"o caminho"* possível de superação da *"cultura de reivindicação e de delegação"* dominante em nossa sociedade (Idem, 1998b, p. 5).

No entanto, é justamente na questão educativa que Arruda afirma estar um dos principais desafios do cooperativismo solidário, dado que [a] *"motivação inicial para que os trabalhadores ou consumidores se organizem é, em geral, predominantemente individual ou familiar..."*, qual seja, obter uma ocupação no intuito de assegurar ou melhorar as condições de *"sobrevivência própria e da família"*. A construção de uma *"cultura solidária e companheira"* ⁵⁸ é *"resultado de uma lenta e profunda transformação subjetiva dos próprios associados, que está ligada a processos tanto teóricos como práticos, individuais e coletivos, de educação"* (Idem, 1998, p. 26). É preciso, portanto, que se desenvolva a *"consciência de que nem os interesses do indivíduo nem os do pequeno grupo são ilegítimos, e também que eles não deveriam ser atendidos através da supressão dos interesses de outros indivíduos, pequenos grupos ou do coletivo como um todo"*. Desenvolver a consciência e a cultura de que quando predominam *"o espírito e a postura"* de *"partilha de energia e recursos com o coletivo"*, aumenta também o fluxo *"de energia e de recursos em favor de cada membro individual do coletivo"* (Idem, ibidem). Portanto, ao pensar o desenvolvimento comunitário, Arruda não o restringe a um movimento voltado para si e em si mesmo. Trata-se de um movimento que envolve a interação com o maior número possível de comunidades.

ARRUDA destaca ainda que é por meio da *"educação libertadora"* que se obterá

⁵⁸ Segundo Marcos Arruda, predomina na sociedade uma cultura de reivindicação e de delegação, devendo ser superada "por uma cultura de auto-desenvolvimento, da auto-ajuda, da complementariedade solidária; o associativismo e o cooperativismo autogestionários, transformados em projeto estratégico, podem ser os meios mais adequados..." (ARRUDA, 1998, p. 4;17).

(...) uma profunda transformação de valores em nível pessoal e comunitário, dando lugar gradualmente a uma massa crítica de nova cultura. [Uma] cultura em que a hierarquia do trabalho é superada na prática e o trabalho livre vai-se tornando pouco a pouco a regra. Através dela os trabalhadores-cidadãos também ampliam e aprofundam suas competências técnicas, comerciais e administrativas e, ao mesmo tempo, sua visão estratégica, sua capacidade de negociação e de ação política e cidadã, e sua mística cooperativa e solidária (1998, p. 26).

Nesta perspectiva, inúmeras metodologias de incubagem e de capacitação profissional e formação de empreendedores individuais e/ou coletivos vêm sendo desenvolvidas e aplicadas pelos programas de fomento e apoio, tanto governamentais quanto de organizações da sociedade civil. São metodologias adaptadas e/ou desenvolvidas não só para atender às demandas e limites da população de baixa renda, mas também à discussão teórico-metodológica da Economia Solidária.

Sônia Kruppa, da Incubadora de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo, escreve que tanto os cursos de cooperativismo como os processos de incubagem são organizados de modo a assegurar no próprio processo de formação/capacitação a vivência dos valores inerentes à Economia de Solidariedade que se quer desenvolver. Desta forma, segundo a autora, tanto a *"forma como o conteúdo do curso"* são *"feitos, sempre que possível, pela equipe da Incubadora, em conjunto com o grupo a ser incubado"*. *"Nosso desafio [escreve] é fazer do curso uma vivência cooperativa, onde a responsabilidade das ações seja, necessariamente, de todos"* (KRUPPA, 1999, p. 5). Assim, parafraseando a autora, desde o cafezinho até as formas de comunicação, o local, o horário, a duração e o número de aulas e até mesmo os conteúdos, tudo é discutido e definido com o grupo.

Da mesma forma acontece com o desenvolvimento do conhecimento. Segunda KRUPPA, este é concebido de forma circular, de modo que os conteúdos vão se ampliando a cada encontro, envolvendo todos os aspectos de um empreendimento: os aspectos legais, gestão, planejamento, relações grupais etc.

Essa mesma concepção metodológica se repete no processo de incubagem, concebida como *"o complemento, a consolidação e o fortalecimento da forma cooperativa de organizar a atividade econômica e a vida dos grupos, proposta nos cursos de formação inicial"* (Idem, p. 6).

Dentro deste enfoque, uma das metodologias que vem sendo usada é a Metodologia de Capacitação Massiva⁵⁹. Desenvolvida pelo sociólogo Clodomir dos Santos Moraes há mais de duas décadas, esta metodologia parte do princípio que todas as pessoas possuem "*capacidades e materiais não utilizados que podem ser desenvolvidos e direcionados para a geração de atividades produtivas, (...)*". Caracteriza-se pela participação efetiva de todos os beneficiários no processo de formação, vivenciando na prática o conteúdo desenvolvido no e pelo programa.

Essa metodologia de capacitação estrutura-se em quatro laboratórios, a saber: Laboratório Organizacional de Curso; Laboratório Organizacional de Terreno; Laboratório Organizacional de Centro e Laboratório Organizacional de Empresa (SILVEIRA, MELLO e GOMES, 1997, p. 48).

Inicialmente é realizado o Laboratório Organizacional de Curso, onde são capacitados os Técnicos em Desenvolvimento Econômico⁶⁰. Com escolaridade mínima de segundo grau, recebem capacitação em "*organização, planejamento e projetos, além de noções jurídicas para a formação de empresas coletivas, familiares, comunitárias, condominiais ou individuais*". São dois meses - em regime de internato - de aulas teóricas e um mês de aulas práticas. Como componente conclusivo de sua formação, cabe a cada futuro Técnico em Desenvolvimento Econômico capacitar vinte Auxiliares de Projetos de Investimento. Em 75 horas-aula transmitem o que aprenderam nos Laboratórios Organizacionais de Curso e os Auxiliares, também como forma de conclusão do curso, deverão desenvolver "*um perfil de projeto econômico*" (Idem, p. 49). Esses projetos passam a fazer parte do Sistema de Identificação de Projetos com Participação Social para Geração de Emprego e Renda.

Cabe aos Técnicos de Desenvolvimento Econômico, juntamente com um perito em Capacitação Massiva, administrar o Laboratório, ministrar as aulas de "*noções de cidadania e organização popular*" (BARELLI, p. 145; in: SIQUEIRA, 1999). É deles a função de elaborar e avaliar projetos (SILVEIRA, MELLO e GOMES, 1997, p. 49).

⁵⁹ Esta metodologia é utilizada pelo Governo do Estado de São Paulo no Programa de Auto-Emprego (BARELLI, in: SIQUEIRA, 1999, p. 140-153) e pelo Movimento Sem Terra (MST) na capacitação dos associados das Cooperativas Agropecuárias (SIZANOSKI, 1998).

⁶⁰ Nos Laboratórios Organizacionais de Curso, os capacitandos são preparados a trabalhar em "*condições de extrema dificuldade*" e, no curso, "*são levados a situações-limites, a exemplo do que ocorre na vida real, durante o convívio com a comunidade*".

No caso do Programa de Auto-Emprego do Governo de São Paulo, os Técnicos em Desenvolvimento Econômico são estimulados a "*se organizar em empresas de serviço*", passando a assessorar prefeituras, empresas e ONGs no que se refere à metodologia (BARELLI, p.149; In. SIQUEIRA, 1999).

Uma vez concluída a formação, passa-se à fase de implantação do Laboratório Organizacional de Terreno. Os Auxiliares de Projetos de Investimento percorrem a localidade onde será desenvolvido o projeto para mapear as oportunidades de negócios e divulgar o programa, convocando a comunidade para participar do Laboratório de Terreno. Neste, a partir das aptidões e demandas da comunidade, são identificados os cursos a serem desenvolvidos. Nos cursos, além do aprendizado profissional, os integrantes são estimulados e assessorados a criar uma empresa associativa fictícia, para que aprendam na prática os procedimentos básicos em administração e comercialização. Como a essência da metodologia é a organização associativa autogestionária, nos Laboratórios Organizacionais de Terreno trabalha-se intensamente a mudança de comportamento (SILVERIA, MELLO e GOMES, 1997, p. 53)⁶¹.

Por último, os Laboratórios Organizacionais de Empresa, cujo objetivo é elevar o nível de organização e viabilidade dos empreendimentos associativos já existentes.

Em todas as etapas da metodologia, tudo é discutido com os participantes, exercitando-se o respeito pelo diferente, a capacidade de discussão em grupo e a adesão pelas decisões da maioria, elementos imprescindíveis do trabalho coletivo e autogestionário.

Quanto aos Laboratórios Organizacionais de Centro, destinam-se à formação dos peritos em Capacitação Massiva. Os peritos são os técnicos responsáveis em dirigir todas as etapas da metodologia.

Como se constata, essa metodologia volta-se mais para a capacitação de empreendedores coletivos, cooperativas e/ou empresas associativas, com enfoque na organização popular e comunitária. Este elemento - organização popular - sugere que ao associar a dimensão econômico-empresarial à dimensão organizativa, essa metodologia atribui ao desenvolvimento da identidade de classe a condição de ferramenta do processo de enfrentamento dos limites de um micro-empresendimentos dentro do modo de produção capitalista. Neste sentido, ela resgata a discussão teórico-metodológica da Educação Popular sobre a qual pautavam-se os Projetos Comunitários de Geração de Renda.

Outra metodologia muito usada é Metodologia CEFÉ (Criação de Empresas, Formação de Empresários), desenvolvida pelos técnicos da GTZ (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica) e que vem sendo utilizada nos projetos de criação de pequenos empreendimentos e em programas de desenvolvimento econômico em sessenta e três países,

⁶¹ No caso do Programa de Auto-Emprego, do Governo de São Paulo, os integrantes recebem também capacitação empresarial, seja em cooperativismo, seja em empresa individual e até mesmo como trabalhador autônomo (BARELLI, p. 145; in SIQUEIRA, 1999).

desde 1986 (Idem., p. 22). O Centro CAPE (Centro de Capacitação e Apoio ao Pequeno Empreendedor), de Belo Horizonte (MG) é a principal referência da metodologia CEFE no Brasil e nos países de língua portuguesa (GOMES e LOSSACK, 1994, p. 69). O Sistema Nacional de Emprego (SENAE); a Associação Comercial e Industrial de Joinville (SC), e a rede CEAPE (Centros de Apoio aos Pequenos Empreendimentos), coordenada pela FENAPE (Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos), dentre outras, são exemplos de entidades brasileiras que utilizam a Metodologia CEFE.

A metodologia parte da idéia de que *"a prática é o espaço de domínio de todos e é onde se revelam comportamentos, como expressão do saber de cada um. Trabalhar a prática seria mexer com comportamentos que permitem evidenciar concretamente as questões-problema"* (SILVEIRA, MELLO e GOMES, 1997, p.25). Desta forma, a metodologia CEFE *"utiliza o método de aprendizagem vivencial e participativo"* (GOMES e LOSSACK, 1994, p 68). Através de jogos e simulações, são reproduzidas situações-problema que exigem tomadas de posições e decisões, no intuito de superar conflitos e obstáculos comuns no cotidiano de um empreendimento. Por isso, no lugar de instrutor, a metodologia trabalha com a figura de facilitador. Estes devem adequar sua linguagem e forma de raciocínio *"ao nível de discernimento dos seus treinandos"*, sem perder de vista sua condição de treinador, portanto não ignorando ou apresentando uma *"atitude de neutralidade amorfa"* (SILVEIRA, MELLO e GOMES, 1999, p. 30).

O principal objetivo da Metodologia CEFE é *"desenvolver no treinando a conduta empreendedora"*, estruturando-se, para isto, em três módulos (MOURA, 1994, p 69):

1º Módulo: Conscientização e Auto-conhecimento. Neste módulo são desenvolvidas atividades que oportunizem aos participantes vivenciarem situações com o objetivo de conscientizá-los acerca das vantagens e dos desafios de se tornar empreendedor, bem como das características pessoais necessárias.

2º Módulo: Geração e Seleção de Idéias. Ainda que seja feito um *brainstorm* de possíveis tipos de negócios, o fundamental neste módulo é também a conscientização. Pensar e fundamentar as idéias, as sugestões que vão aparecendo. Assim, é enfatizada a importância da busca do maior número possível de informações: produto, matéria-prima, mercado fornecedor e consumidor, processo produtivo etc. Significa raciocinar, avaliar criticamente suas idéias, filtrar o empolgação e o emponderamento emotivos, próprio dos "marinheiros de primeira viagem".

3º Módulo: Desenvolvimento de um Plano de Negócio. A partir das informações obtidas e sistematizadas nos dois primeiros módulos, os participantes exercitam o desenvolvimento de

um plano de negócio, abrangendo mercado, produção, custos e financiamento.

Segundo SILVERIA, MELLO E GOMES, o uso da Metodologia CEFÉ no Brasil junto a grupos de baixa renda e com pouca ou nenhuma escolaridade é considerado um ponto forte da metodologia no país. Contudo, quando os participantes encontram-se em situação de extrema pobreza, a Metodologia, ainda que com adaptações, dificilmente obtém algum êxito, exigindo antes o implemento de "*políticas sociais compensatórias ou de alavancagem,...*" (1997, p. 38). Como bem observam os autores, é importante frisar que os limites de formação-capacitação não estão necessariamente na metodologia. Os limites são colocados pela própria situação de exclusão dessas pessoas que se encontram fora das relações sociais e econômicas mínimas favoráveis a uma relação de produção e consumo.

Uma outra observação é que, mesmo contribuindo para a formação-capacitação de micro-empresendedores das camadas populares, essa metodologia não difere muito daquelas orientadas pela ótica capitalista, em que o objetivo é a capacitação do indivíduo para criar seu empreendimento, de tal forma que possa inserir-se e competir no mercado. É certo que a lógica da produção-comercialização-consumo dominante onde esses empreendimentos solidários irão atuar é a do sistema capitalista. Desta forma, não se pode ignorar a necessidade de apropriação de ferramentas gerenciais e operacionais aptas para viabilizar economicamente um empreendimento solidário. Isso, no entanto, não significa que se perca de vista que a racionalidade econômica do capitalismo é a exclusão e que não é objetivo da Economia Solidária a inclusão dos excluídos. Produzir, comercializar e consumir, sim, mas a partir de uma lógica diferente da lógica capitalista e, acima de tudo, com a perspectiva de um projeto micro e macro de novas relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Uma terceira metodologia que aparece no material analisado é a Metodologia GESPAR (Gestão Participativa para o Desenvolvimento Empresarial). Também sob a ótica do desenvolvimento econômico local e, por isso, muito próxima da Metodologia de Capacitação Massiva – ainda que resguardado diferenças de cunho político-ideológico - a Metodologia GESPAR foi desenvolvida pelo Projeto Banco do Nordeste e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a partir de um projeto denominado "Programa de Capacitação em Apoio à Implementação de Projetos Associativistas de Produtores Rurais do Nordeste", iniciado em 1993 (Idem , p. 67).

O que diferencia a metodologia GESPAR das demais – ao menos enquanto proposta teórica - é a ênfase que dá ao “desenvolvimento econômico local”⁶² e a *"organização e construção de sujeitos coletivos, identificados com o empreendimento associativo [cooperativas e associações] ou, mais amplamente, com a comunidade integrada no processo"* (Idem, p. 86).

Concebendo a capacitação como um processo, a Metodologia Gespar tem como pressuposto *"que a mudança de comportamento dos participantes se dá através da interação de aspectos cognitivos (eu compreendo), volitivos (eu tenho vontade... eu quero) e comportamentais (eu faço... eu mudo!)"* (Projeto Banco do Nordeste/PNUD, 1998). Dentro desta perspectiva, o capacitando é concebido *"como sujeito de sua história, e a metodologia desenvolve processos cooperativos e dialógicos a partir da realidade do integrantes, enfatizando muito mais a mentalidade e o comportamento do que a apreensão cognitiva de conhecimentos"*. O objetivo é trabalhar *"a potencialização da capacidade de autonomia e a abordagem holística, onde os sujeitos se constroem no conjunto de suas relações, desenvolvendo uma visão de totalidade"* (SILVEIRA, MELLO e GOMES, 1997, p. 71). Assim, ao aplicar o princípio pedagógico do aprender fazendo, a metodologia Gespar não só desenvolve a *"postura empresarial"* e potencializa os *"agentes apoiados"(...)* *"para atuar nos circuitos mercantis, [mas trabalha] também a construção de sujeitos sociais, agentes que se relacionam e se articulam não somente na cadeia econômica, mas junto a outros atores e instituições, em uma perspectiva abrangente de cidadania"*. Neste sentido, os capacitadores assumem o papel e a postura de facilitadores do processo de capacitação-formação (Idem, p. 72).

A metodologia Gespar está estruturada em três fases:

1ª fase: Mobilização e Fortalecimento Organizacional, com aproximadamente quatro meses de duração.

O primeiro mês é para o treinamento dos *"agentes institucionais"*, que são os técnicos das instituições (econômicas, educacionais, sociais etc.) da localidade onde será desenvolvido o projeto de desenvolvimento econômico local.

⁶² O desenvolvimento econômico local é concebido *"como um processo de articulação, coordenação e inserção dos empreendimentos empresariais associativos e individuais, comunitários, urbanos e rurais, a uma nova dinâmica de integração sócio-econômica, de construção do tecido social, de geração de oportunidades de trabalho e renda"*. Trata-se de uma *"uma nova estratégia de desenvolvimento, onde a comunidade assume um novo papel: de comunidade demandante, ela emerge como agente, protagonista, empreendedora, com autonomia e independência"* (Projeto Banco do Nordeste/PNUD, 1998, p. 10).

No segundo mês, os agentes institucionais, concluindo seu treinamento, vão a campo verificar as informações sobre a localidade que constam num pré-diagnóstico. Em seguida, trabalham na divulgação e sensibilização junto às organizações da localidade no intuito de agregar o maior número possível de pessoas para participar das oficinas.

As últimas seis semanas destinam-se à realização das oficinas que, incorporando elementos da Metodologia de Capacitação Massiva, são estruturadas de forma que os participantes sejam obrigados a se auto-organizar. O objetivo é permitir o afloramento das aptidões e dificuldades das pessoas da localidade. Aptidões e dificuldades que serão trabalhadas no próprio projeto de desenvolvimento econômico local. Com o estímulo e apoio dos agentes institucionais que, como já observado, exercem o papel de facilitadores, os participantes elaboram perfis de projetos de empreendimentos, associativos ou não, a serem desenvolvidos e/ou já existentes na localidade e com representantes presentes nas oficinas (Idem, pp. 74-75).

Segundo os autores, durante esse período de *"ambiente-oficina, são instalados dois fóruns: I) o Fórum Empresarial, com a participação livre das empresas existentes na área e II) o Fórum Institucional, voltado para a integração das políticas e ações de apoio ao desenvolvimento local"* (Idem, p. 75).

2ª fase: Aplicação da Metodologia Básica. São seis meses de formação empresarial, organizada em oficinas (cinco em média), geralmente uma por mês, e em outros eventos (Idem, p. 75-76).

Participam das oficinas os empreendimentos gerados durante o processo, aqueles já existentes na localidade e que participaram na fase anterior, e todas as demais organizações envolvidas no programa, sendo que o objetivo para estas é o seu desenvolvimento técnico-institucional.

3ª fase: Transferência de Tecnologias Específicas. Nesta fase, o tempo de duração é indeterminado. Nesta fase, são desenvolvidas atividades voltadas *"à sustentabilidade econômica, social e institucional de todo o processo, (...)".* O objetivo é a consolidação de um *"novo espaço institucional, onde os diversos atores sociais conduzam, avaliem e redirecionem as estratégias de desenvolvimento local integrado, ampliando seus horizontes de cooperação e parceria"* (Idem, p. 80).

As atividades correspondem a três núcleos básicos:

- I) um plano estratégico de desenvolvimento local, envolvendo gestão participativa e busca de integração de programas setoriais;
- II) a instrumentalização das organizações econômicas em 'tecnologias específicas' relacionadas a setores-chave, como produção, comercialização, gerenciamento,

informatização etc;

III) a integração interempresarial, com o estabelecimento de alianças estratégicas e a formação de complexos econômicos locais (Idem, p. 80).

O que se destaca desta metodologia em relação às duas anteriores é que esta, incorporando elementos da Metodologia CEFE e da Metodologia de Capacitação Massiva, instrumentaliza os treinandos tanto para os empreendimentos individuais quanto para os coletivos. Esta característica se deve ao fato de conceber o empreendimento econômico como um elemento voltado para o desenvolvimento econômico local. Isto significa que toda a dinâmica da capacitação tem em seu horizonte a perspectiva da potencialização dos seres humanos enquanto protagonistas do desenvolvimento seu e de sua comunidade.

Um outro aspecto que merece destaque desta metodologia (GESPAR) é a sua articulação com as demais organizações sociais do local onde o projeto de capacitação/formação de empreendedores é desenvolvido. Isto é realizado já na primeira fase da metodologia. Através de um processo de articulação e capacitação, estabelece-se uma rede de parcerias institucionais. O objetivo desta rede é o de ampliar a ação em torno de um projeto comum: o desenvolvimento econômico local.

Finalizando este item - **questões metodológicas** – destaca-se que as metodologias utilizadas na capacitação de empreendedores individuais e/ou coletivos das camadas populares se pautam no princípio da pedagogia participativa: aprender fazendo. O objetivo é a construção de sujeitos empreendedores, ora com destaque para os empreendedores individuais (como é o caso da Metodologia CEFE), ora com destaque para os empreendedores coletivos, como prioriza a Metodologia de Capacitação Massiva. Em relação à Metodologia GESPAR, esta, por focar-se de forma mais explícita na perspectiva do desenvolvimento econômico local, acaba integrando uma e outra dimensão. Neste sentido, tanto a Metodologia GESPAR quanto a Metodologia de Capacitação Massiva buscam subordinar a dimensão econômico-empresarial à dimensão organizacional: a cooperação na GESPAR e a organização popular na Capacitação Massiva. Na Metodologia CEFE, devido à inserção e viabilidade econômica do empreendimento no mercado, destaca-se a dimensão econômico-empresarial sobre a cooperação. Ainda assim, as três têm como estratégia pedagógica a mudança de comportamento, individual e social, cujo foco é a construção e reconstrução de sujeitos enquanto protagonistas do processo produtivo. Neste sentido, as três metodologias trabalham na perspectiva de que a sustentabilidade econômica do empreendimento depende do desenvolvimento da sustentabilidade social, sem ignorar que esta é demasiadamente vulnerável quando destituída da primeira.

Outra questão que merece destaque é a relação produtor-consumidor. Nenhuma das três metodologias faz qualquer alusão a este aspecto. Trata-se de uma relação que exige não só uma nova estratégia comercial, mas um repensar o próprio mercado. Dado que as estratégias de produção e consumo dominantes no mercado capitalista se pautam na ideologia do consumo (ter para ser), no momento em que se busca uma outra racionalidade econômica, necessariamente tem que se pensar também na construção de um modo de produção centrado em novas bases culturais. A solidariedade é, pois, o elemento que vem sendo apontado como expressão dessa nova cultura. Trata-se, na verdade, de uma nova maneira de pensar e agir, tanto em relação a si mesmo quanto em relação ao outro e em relação à natureza. E o ponto de partida dessas novas relações é a produção e o consumo. Este é o desafio com o qual se deparam as novas metodologias de capacitação de empreendedores individuais e coletivos no contexto da Sócio-economia Solidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

SOCIO-ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO POPULAR

Como é tratada a contradição que emerge da relação entre os empreendimentos de Economia Popular Solidária - concebidos como espaços de solidariedade, de construção de novas relações sociais de trabalho, de resgate do ser humano enquanto sujeito do processo produtivo, o que pressupõe a construção de conhecimentos, portanto, dentro da dimensão de Educação Popular - com a lógica do sistema produtivo capitalista, cuja dinâmica se pauta na "livre" concorrência, que exige capacidade de auto-capitalização permanente para investimentos em tecnologias e capital de giro, potencializando-se para o enfrentamento da competitividade do mercado?

O objetivo de sistematizar a discussão acerca da Economia Solidária em alguns autores que vêm discutindo a temática não foi tecer crítica a este ou aquele em particular, ainda que num ou noutro momento apareçam pontos que testemunhem o contrário desta pretensão. A intenção foi sistematizar os elementos que evidenciem o corpo teórico-metodológico da discussão em torno dos programas de geração de trabalho e renda que vem emergindo como um novo subsistema econômico e que até então se encontram fragmentados na bibliografia, ainda restrita, mas muito rica, sobre o assunto. Assim, para alcançar o objetivo deste estudo, seguiu-se os pontos elencados na conclusão da segunda parte, dado que o referencial de análise é a discussão teórico-metodológica em torno da Educação Popular que fundamentou a proposta de geração de trabalho e renda promovida pelos movimentos populares e segmentos progressistas da Igreja Católica: os Projetos Comunitários de Geração de Renda.

Do material consultado, priorizou-se alguns textos de Paul Singer, Luiz Razeto, José Luiz Coraggio, Marcos Arruda, Luiz Inácio Gaiger e outros.

Ainda que estes autores utilizem terminologias como Economia Solidária (SINGER), Economia de Solidariedade (RAZETO) e Economia Popular (CORAGGIO), adotou-se na

redação desta conclusão a terminologia usada por Arruda, que é Sócio-economia Solidária⁶³. Esta opção se dá por três razões: a primeira, por entender-se que elementos de solidariedade também existem nos demais subsistemas econômicos e não somente nas organizações econômicas das camadas populares. A segunda razão, por reconhecer-se, a exemplo do que explicita Razeto, que nem todas as iniciativas populares de geração de trabalho e renda são solidárias. Portanto, se de um lado não satisfaz o uso da terminologia Economia Popular, como o faz Coraggio, de outro considera-se também que somente o adjetivo solidário, como o fazem Paul Singer, Luiz Razeto e Luiz Inácio Gaiger, não contempla a complexidade e riqueza da discussão⁶⁴. A terminologia Sócio-economia Solidária evidencia uma concepção

⁶³ Dos autores analisados, Gaiger não se fixa numa única terminologia, ora utilizando a expressão Economia Popular, ora Economia Solidária, ora Economia Popular Solidária.

⁶⁴ Segundo Razeto, a Economia Popular são as iniciativas e experiências produtivas dos setores populares, cujo objetivo é assegurar a satisfação de suas necessidades econômicas básicas. Ainda que diversificada, a Economia Popular pode ser classificada em cinco grupos:

1. *microempresas e pequenas oficinas e negócios de caráter familiar, individual ou de dois ou três sócios;*
2. *organizações econômicas populares, isto é, o caminho que seguem aqueles que se organizam em pequenos grupos para buscar em conjunto e solidariamente a forma de encarar seus problemas econômicos, sociais e culturais mais imediatos";*
3. *iniciativas individuais não estabelecidas e informais, tais como o pequeno comércio ambulante, serviços domésticos...;*
4. *atividades ilegais e com pequenos delitos. (...) delinquência de rua, prostituição, o pequeno ponto de venda de drogas e muitos outros;*
5. *soluções assistenciais e inserção em sistemas de beneficência pública ou privada, que vão desde subsídios oficiais para indigentes até a mendicância de rua, passando pela participação em diferentes sistemas organizados de beneficência e prestação de serviços orientados a setores de extrema pobreza (1993, pp. 73-78).*

Essas iniciativas podem se constituir numa (I) *estratégia de sobrevivência*, quando a atividade é transitória, permitindo apenas satisfazer as necessidades básicas para a sobrevivência; (II) *estratégia de subsistência*, quando a atividade, ainda que permita a satisfação das necessidades básicas, não possibilita a acumulação e crescimento e, por isso, também não se constitui numa opção permanente; (III) *"estratégias de vida"*, quando a atividade possibilita determinados aspectos que as pessoas que dela participam identificam como valores (o companheirismo, a autonomia etc.) ou quando esta se constitui como melhor ou mesmo única alternativa de gerar o que necessita para viver (RAZETO, 1993, p. 26-38).

Nos demais autores, a economia popular é concebida dentro do conceito de economia informal.

Para Paul Singer, a economia informal é constituída *"por atividades semilegais, extremamente precárias e que deixam os seus produtores numa penumbra entre a marginalidade social e a superexploração do trabalho familiar a domicílio"* (SINGER, 1997, p. 9). Segundo este autor, a produção simples de mercadorias, ou produção autônoma, como *"o cultivo de hortaliças e frutas, a criação de pequenos animais, a montagem manual de brinquedos, a confecção de roupas, (...)"*, não fazem parte da economia informal (SINGER, 1997, p. 9).

Coraggio, que opta pelo conceito de Economia Popular, escreve que este é diferente da economia informal por alguns critérios, aplicáveis tanto aos trabalhadores individuais quanto a determinados empreendimentos, ficando de fora somente o *"trabalho doméstico não mercantil"* (1996, p. 183). São eles: *"atividade econômica ilegal; estabelecimentos de pequeno porte; tecnologia intensiva em mão-de-obra; baixa produtividade do trabalho; trabalho por conta própria, baixas receitas; comércio de rua, artesanato, serviço doméstico; baixa ou nenhuma capacidade de acumulação; predomínio das relações pré-modernas, como as relações de parentesco ou as de mestre e aprendiz; valores solidários etc"*. Trata-se de *"um conglomerado ad hoc que não responde a nenhuma 'lógica' específica"* (1996, p. 183).

bem mais abrangente. Segundo Chico Lara, esta terminologia "*designa a subordinação da economia à sua finalidade, que é prover, de maneira sustentável, as bases materiais para o desenvolvimento pessoal, social e ambiental do ser humano*". Expressa uma visão de "*economia a serviço do ser humano e da sociedade*", não o contrário (LARA, 1998, p. 4).

Uma segunda observação é em relação ao adjetivo popular atribuído a alguns empreendimentos econômicos solidários (as cooperativas populares), ou mesmo adotado por muitos autores como terminologia para conceituar a Economia Solidária. Duas leituras ou interpretações podem ser feitas. Uma, é aquela usada pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, que integram uma rede ligada a algumas universidades brasileiras. Nesta leitura, o popular designa o perfil ou as condições das pessoas que as integram, que são trabalhadores e trabalhadoras dos segmentos mais despossuídos da sociedade: as pessoas das camadas populares. A outra interpretação, explicitada por Ana Maria do Vale, expressa a adesão a um projeto de vida e de história construído a partir dos trabalhadores e trabalhadoras, portanto, a partir do ser humano, e não do capital e do lucro (VALE, 1992)⁶⁵. É dentro desta segunda dimensão que, nos textos analisados, é concebida o projeto de Sócio-economia Solidária citado por Arruda.

Feitas essas colocações, passa-se ao comentário de alguns pontos relacionados aos quatro itens que constituem o corpo teórico-metodológico da Educação Popular: sujeitos, objetivos, conteúdo e metodologia, seguindo a reflexão que se desenvolveu na conclusão da segunda parte.

1. Sujeitos

No material analisado, aparecem dois grupos: os trabalhadores e trabalhadoras historicamente excluídos do mercado formal de trabalho e os trabalhadores e trabalhadoras desempregados em consequência do processo de reestruturação produtiva e/ou da privatização de estatais. Em relação ao primeiro grupo, percebe-se uma aproximação muito grande com os sujeitos tradicionais das práticas de Educação Popular. Já as pessoas que fazem parte do segundo grupo, que são desempregadas pelo processo de reestruturação produtiva e/ou privatização de estatais, não correspondem a 100% dos trabalhadores e trabalhadoras das

⁶⁵ O popular é uma "*concepção de vida e da história que as classes populares constróem no interior das sociedades democráticas, estando, necessariamente, ligado à questão da qualidade de vida das pessoas*" (VALE, 1992, pp. 55-56).

camadas populares. Portanto, o elemento novo que emerge, embora ainda não muito claro, é o de que, no horizonte do subsistema denominado Sócio-economia Solidária, estão todos os trabalhadores e trabalhadoras e não somente aqueles das camadas populares. Nesta perspectiva, a Sócio-economia Solidária amplia os agentes protagonistas da construção de uma nova racionalidade sócio-política-econômica e cultural, diferente, pois, das práticas tradicionais de Educação Popular, que se voltavam exclusivamente para as camadas populares. Desta forma, não se limitando aos segmentos mais despossuídos da sociedade, as práticas de Sócio-economia Solidária evidenciam a discussão atual acerca dos sujeitos que integram as práticas de Educação Popular hoje, como explicita Coraggio: são "*peças que não estão necessariamente organizadas em unidades e redes centradas na educação popular, (...) nem compartilham um mesmo projeto político (nem sequer uma mesma concepção de poder), (...)*" (CORAGGIO).

A pergunta que se faz, no entanto, é em relação ao tratamento que receberão os trabalhadores e trabalhadoras desempregados das ex-estatais que não estão dentro do que denominamos camadas populares ⁶⁶. O mesmo acontece em relação aos profissionais liberais que manifestem o desejo de integrar o subsistema Sócio-economia Solidária. Bastaria a eles formarem um empreendimento associativo ou mesmo individual e *entrar na rede*? Ou deveriam também ser acolhidos pelas instituições que atuam no apoio e assessoria a empreendimentos de Sócio-economia Solidária para também receber, além da capacitação técnica, a formação correspondente ao projeto de construção de uma nova racionalidade sócio-político-econômica e cultural? Nos textos analisados, não foram encontrados elementos que permitissem responder a esta questão.

Uma outra questão que se pode levantar é em relação aos trabalhadores e trabalhadoras das chamadas *massas falidas*: empresas que, decretado o processo de falência, são assumidas pelos trabalhadores. Muitas delas operam no mercado industrial. São mineradoras, metalúrgicas, fundições, cerâmicas etc. Também esses trabalhadores e trabalhadoras, a princípio, encontram-se dentro do público alvo da Sócio-economia Solidária. A pergunta, no entanto, é como essas grandes empresas de autogestão integram os conceitos e princípios da Sócio-economia Solidária. Ou seja, essa formulação teórica – Sócio-economia Solidária – atende também as demandas próprias de organizações mais complexas, ou corresponde tão somente aos pequenos empreendimentos, cujas relações com o mundo da produção, gestão e

⁶⁶ O conceito de camadas populares adotado nesta dissertação encontra-se na página 56.

comercialização e, portanto, também relações de trabalho, são menos complexas? Para essas questões também não foram encontrados elementos que permitissem formular uma resposta.

2. Objetivos

As práticas de Educação Popular hoje se caracterizam muito mais por buscar respostas para as necessidades concretas das pessoas que as integram do que por atividades voltadas à formação de consciência crítica e reivindicativa das décadas anteriores (GADOTTI). Coraggio complementa, afirmando que a Educação Popular, hoje, *"ainda que não opere como força social autônoma, (...) em geral [seus agentes] podem caracterizar-se por advogar pelos interesses populares (CORAGGIO)"*.

Assim, ainda que Paul Singer afirme que o objetivo da Economia Solidária seja resolver o problema do desemprego, o que está em questão não é somente um paliativo ao processo de exclusão dos trabalhadores e trabalhadoras das camadas populares desencadeado pelo sistema vigente. Muito mais do que isso, o que está em jogo é a vida dessas pessoas, que dependem de seus próprios recursos para sobreviver dentro de um padrão mínimo de dignidade - mesmo que esses recursos sejam tão-somente seus conhecimentos e/ou sua força física.

Razeto, Arruda e Coraggio ampliam este propósito da Economia Solidária formulado por Singer - resolver o problema do desemprego. Estes autores indicam outros elementos que evidenciam que o objetivo desse novo subsistema sócio-econômico é a construção de uma nova racionalidade não somente econômica, mas também, e sobretudo, política e social. Racionalidade que passa pela construção de uma cultura solidária. Esses autores constroem seus argumentos dentro da perspectiva do desenvolvimento econômico local (Arruda) ou humano (Coraggio).

Em nenhum dos textos estudados os autores colocam que o objetivo desse novo subsistema seja a substituição do sistema capitalista dominante ou que sua meta seja a de constituir-se enquanto subsistema meramente econômico, adaptado ao sistema capitalista. Em vez disso, é comum entre eles a afirmação de que, partindo de suas necessidades concretas, os trabalhadores e trabalhadoras têm na Sócio-economia Solidária a oportunidade de construir e participar de uma rede própria e autônoma de relações e interações sociais, econômicas, políticas e, portanto, culturais, compatíveis com as condições de que precisa todo e qualquer ser humano para ter um padrão de vida digno.

3. Conteúdo

Escreveu-se, na conclusão da segunda parte, que os empreendimentos de Sócio-economia Solidária podem constituir-se enquanto experiência de Educação Popular se, junto à sua estrutura e dinâmica econômico-empresarial, assegurarem práticas sócio-educativas de capacitação e formação integral dos trabalhadores e trabalhadoras que deles participam. Afirmou-se, também, que, enquanto a capacitação corresponde aos conhecimentos práticos destinados a habilitar os capacitandos no exercício de suas atribuições, como cursos técnicos profissionalizantes, capacitação para liderança, coordenação etc, a formação insere-se na produção de conhecimentos teóricos de compreensão e apropriação de suas múltiplas relações: consigo mesmo, com o outro e com a natureza. Na relação consigo mesmo, desenvolve questões relacionadas à auto-estima, à autoconfiança e ao sentimento religioso de cada um dos participantes, oportunizando momentos grupais de *vivências religiosas*. Na relação com o outro, situa-se não só o companheiro com os integrantes do grupo, mas com todos os demais trabalhadores e trabalhadoras. A solidariedade, nesta perspectiva, assume a dimensão de solidariedade de classe. Trabalha-se o conhecimento acerca do funcionamento da sociedade, para que saibam reconhecer aliados e não-aliados no momento de planejar as estratégias que julgarem próprias na luta por direitos e garantia de atendimento das suas necessidades.

Com exceção de Paul Singer, nos demais textos analisados fica bem evidenciada a preocupação dos autores em atribuir à Sócio-economia Solidária a dimensão de projeto, seja na perspectiva do desenvolvimento humano, seja na perspectiva do desenvolvimento econômico local. Daí, a insistência de autores como Coraggio e Arruda em destacar a importância da educação voltada ao desenvolvimento de disposições culturais novas, compatíveis com uma nova racionalidade sócio-política e econômica calcada na cultura de solidariedade. Isto significa dizer que não basta a apropriação coletiva dos meios de produção. A autogestão da produção é, sem dúvida, o elemento diferenciador dos empreendimentos de Sócio-economia Solidária em relação aos empreendimentos do modo de produção capitalista. No entanto, é preciso que esta autogestão seja entendida para além da propriedade coletiva dos meios de produção. Muitas experiências autogestionárias vem demonstrando que a linha entre esse tipo de organização da produção e a corrida pela concorrência estabelecida pelo sistema capitalista, é muito estreita. Daí, a necessidade de desencadear um processo formativo

capaz de estabelecer um outro olhar sobre todo o processo produtivo, desde a propriedade coletiva dos meios de produção, passando pelas relações dos trabalhadores entre si e pelos produtos e os resultados obtidos com eles no mercado, até chegar nas relações desses trabalhadores com toda a classe trabalhadora, seja pela relação produtor-consumidor, seja pela relação produtor fornecedor. Portanto, conceber a Sócio-economia solidária como projeto, significa concebê-la como ferramenta na construção de um novo projeto de sociedade.

Segundo Arruda, esse projeto de Sócio-economia Solidária efetiva-se no micro e no macro. No micro, através das cooperativas de autogestão solidária, desencadeando um processo educativo cujo objetivo é "*eleva a consciência para a crescente autonomia, auto-desenvolvimento, auto-educação e auto-governo do indivíduo e da coletividade*" (ARRUDA, 1996, citando Teilhard de Chardin). No macro, buscando a "*transformação das instituições e relações sociais*" não só em nível local, mas também nacional e inclusive global (Idem, 1998). Neste aspecto, Arruda explicita a dimensão política do projeto de Sócio-economia Solidária. Em relação à dimensão social, esta se encontra na preocupação com a busca do bem-estar e satisfação não só dos membros do grupo e da comunidade local, mas de toda a população: nacional, regional e até global (Idem, 1996). É nessa perspectiva que Arruda concebe a cultura solidária. Parafraseando o autor, a cultura solidária traduz-se na consciência de que tanto os interesses do indivíduo quanto os interesses do grupo são legítimos, desde que, ao buscar satisfazê-los, reconheça-se os interesses de outros indivíduos, de outros grupos e de toda a população. Trata-se de uma consciência em que predomina o *espírito* e a postura da partilha de energia e de recursos entre os indivíduos de um mesmo grupo e destes com outros. Em Arruda, portanto, a solidariedade é companheira, aberta a todos os trabalhadores e trabalhadoras, seja enquanto grupo, seja enquanto indivíduos.

Em Coraggio, a dimensão sócio-educativa explicita-se no próprio sentido que atribui à Sócio-economia Solidária (para ele, economia popular). Trata-se da *reprodução ampliada da vida*. Este conceito significa ampliar, "*sem limites, a qualidade de vida, incluídas as relações comunitárias e sociais.*" (CORAGGIO, 1997, p. 36). Essa dimensão fica ainda mais explícita ao afirmar que o fator que caracteriza a *Economia Popular* é a "*qualidade de suas relações e o sentido de seus produtos...*" (Idem, 1996, p. 196). Ou seja, segundo Coraggio, os empreendimentos de Sócio-economia Solidária se caracterizam não por relações meramente econômicas, monetárias, mas pelo tipo de relações que proporcionam e pelo significado de seus produtos no contexto dessas relações.

Gaiger, ao descrever os objetivos organizacionais dos empreendimentos de Sócio-economia Solidária, também trata da dimensão sócio-educativa dessas organizações. Segundo

ele, a solidariedade ou espírito solidário expressa-se pela *"soma dos recursos individuais, na democratização dos conhecimentos e das decisões; na convivência e na participação; e na qualificação e divisão técnica do trabalho"* (GAIGER, 1996, p.115). O autor escreve que é a divisão técnica do trabalho que assegura a compatibilização entre *"os critérios de eficiência e competitividade"* com o *"princípio de participação ou o caráter educativo dos projetos"* (Idem, 1996, p. 118). No entanto, o autor reconhece que tanto a divisão técnica quanto à divisão social são questões muito complexas. Sua sugestão é de que se reconheça a contribuição dos próprios trabalhadores, que muitas vezes conseguem articular as duas, obtendo as vantagens da divisão técnica sem reproduzir as desvantagens da divisão social (Idem, p. 101). É fundamental ter presente o que o autor escreve acerca de determinados conceitos, como comunidade e participação: *"A racionalização do trabalho e da produção aparece hoje como um passo incontornável, o que obriga a repensar certos conceitos veiculados entre os promotores desses programas em relação à primazia do comunitário e da participação igualitária"* (Idem, 1996, p. 118).

Portanto, ao constituir-se **o elemento central do projeto de Sócio-economia Solidária, a cultura solidária** confere aos empreendimentos uma dimensão sócio-educativa muito próxima do sistematizado acerca da discussão atual sobre a Educação Popular. Ou seja, a categoria cultura solidária é o tema gerador em torno do qual circulam todos os demais subtemas correspondentes ao tema, também gerador, do conteúdo que dimensiona uma prática sócio-educativa na perspectiva da Educação Popular, que é o tema das múltiplas relações humanas. É a partir desse tema gerador que pode ser trabalhado todo o processo de formação humana integral, entendida como o desenvolvimento da percepção e da consciência do trabalhador-empendedor acerca de suas múltiplas relações.

Assim, do tema gerador – múltiplas relações humanas – sairiam os subtemas a partir dos quais seriam trabalhados todos os conteúdos. São eles: a relação consigo mesmo, a relação com o outro e a relação com a natureza. Na relação consigo mesmo, estão os conteúdos relacionados ao conhecimento do eu, ao desenvolvimento da auto-estima e da autoconfiança, bem como ao potencial profissional de cada um dos participantes enquanto trabalhadores-empendedores.

Ainda dentro deste subtema - relação consigo mesmo - situa-se o sentimento religioso. Neste, os trabalhadores-empendedores são estimulados e orientados no sentido de se auto-oportunizarem *experiências religiosas*. Celebrar a vida pessoal e do grupo. Celebrar a caminhada e festejar os êxitos e as conquistas. Além disso, dentro dessa dimensão, cultivam-se e semeiam-se a alegria e a utopia, o sonho individual e o sonho coletivo. O sonhar com o

novo e o melhor é concebido como a força motriz do sair de si mesmo, de ir ao encontro do outro, do novo. E o sonho, quando coletivo, apresenta uma dimensão ainda maior, pois serve de suporte para aqueles que às vezes enfraquecem. Da mesma forma é a utopia. Esta é o oxigênio do caminhar e do lutar por uma vida sempre melhor.

No subtema relação com o outro, situa-se a solidariedade de classe, o compromisso com a justiça social e, portanto, o exercício da cidadania. Daí, o conhecimento e o respeito pelos direitos pessoais e sociais, direitos individuais e coletivos, bem como o conhecimento de como funciona a sociedade contemporânea, são fundamentais. É nesta perspectiva que situa-se também a formação político-ideológica. Conforme já explicitado, trata-se de oportunizar aos integrantes de um empreendimento de Sócio-economia Solidária informações que lhes possibilite produzir e/ou ampliar os conhecimentos que já possuem acerca do funcionamento da sociedade capitalista. Contribuir para que percebam e se posicionem de forma crítica, que é a partir de sua história e das condições das quais dispõem para garantir sua sobrevivência e a de seus familiares, que deverão, no coletivo, encontrar os meios de que necessitam para um padrão de vida digno. Portanto, trata-se de desenvolver a percepção e a consciência de que a lógica da economia de mercado capitalista é a exclusão e que a alternativa não está na inserção no sistema. A alternativa está na construção de outra lógica, diferente daquela explicitada e concretizada na economia de mercado.

Também dentro do subtema relação com o outro está a questão da reconstrução da identidade cultural. Significa possibilitar reflexões que os ajudem a organizar os elementos culturais assimilados a partir do hibridismo que emerge da relação entre a cultura rural - própria da maioria dos moradores das periferias das médias e grandes cidades - e a cultura urbana (CANCLINI, 1998).

Por último, dentro deste subtema é trabalhada a construção e a vivência de uma nova ética, constituída pelos seguintes elementos:

I – Companheirismo e cooperação, traduzidos no comprometimento com o sucesso, com o bem-estar e a felicidade não só entre os integrantes do grupo, mas também para além deles, com todos os trabalhadores e trabalhadoras enquanto classe.

II – Vivência do trabalho em sua dimensão humanizadora. Revalorizar o trabalho, concebendo-o como gerador de riqueza coletiva e não como instrumento gerador de mais-valia, como exploração e alienação, mesmo que num empreendimento de Sócio-economia Solidária o ritmo de trabalho não seja inferior ao de um empreendimento produtivo capitalista. A mudança não está, portanto, necessariamente na carga horária de trabalho, mas nas relações de trabalho, seja na relação trabalhador-trabalhador, seja na relação trabalhador-

trabalho e também relação trabalhador-capital. Entende-se, pois, que o aspecto não-alienante ou, se pretender, emancipador, consiste não só na apropriação do processo de produção-trabalho e propriedade coletiva dos meios de produção - que pertencem a ele e seus companheiros e companheiras - mas também na apropriação dos resultados aqui obtidos, que deixam de pertencer a um único proprietário, passando a ser dos próprios trabalhadores organizados coletivamente. É neste sentido que é concebido o trabalho enquanto gerador de riquezas.

Ainda em relação à humanização no e pelo trabalho, um outro fator considerado é em relação ao respeito às diferenças pessoais de cada trabalhador-trabalhadora. Isto exige um processo lento de formação; um processo que trabalhe a compreensão de que existem aptidões físicas e psicológicas que se diferenciam de pessoa para pessoa. Aceitar e trabalhar esta compreensão é uma tarefa difícil, mas imprescindível numa atividade coletiva e autogestionária de geração de trabalho e renda. Daí, mais uma vez, a necessidade de os promotores e/ou assessores que atuam na área da Sócio-economia Solidária, perceberem que a remuneração pelo trabalho necessariamente não ter que ser única, igual pra todos. Trata-se, esta, de mais uma questão a ser discutida e definida pelo grupo. Uma definição que deve levar em conta tanto às possibilidades econômicas do empreendimento quanto às particularidades de cada trabalhador e de cada função como, por exemplo, aquelas de especialistas ou de técnicos altamente qualificados.

III - Consciência e vivência ecológica, concebidas como reflexo do comprometimento com a justiça social. Isto significa que um projeto de re-educação e construção de uma nova lógica de relacionamento sócio-político-econômico e cultural deve, necessariamente, transcender às relações dos seres humanos entre si, devendo ter presente também a dimensão ecológica. A sustentabilidade do ser humano depende da sustentabilidade do ecossistema, e vice-versa.

Por último, o subtema relação com a natureza. O sistema capitalista explora muito bem esta questão, ainda que nem sempre no sentido positivo. No caso da Sócio-economia Solidária, significa desenvolver a consciência e a sensibilidade com a questão ambiental e os grandes temas ecológicos. Trata-se de uma relação imposta pela necessidade da espécie humana de garantir as condições para sua sobrevivência.

Seguindo a reflexão acerca da dimensão sócio-educativa dos empreendimentos de Sócio-economia Solidária, tem-se a capacitação, que é a outra face desses empreendimentos na perspectiva da Educação Popular. Ainda que nos textos estudados não apareçam de forma precisa todas as questões fundamentais a serem consideradas e observadas nos programas de incubagem e/ou formação de empreendimentos de Sócio-economia Solidária, na capacitação

são trabalhadas todas as questões técnicas relacionadas à operacionalização do empreendimento enquanto busca de viabilidade econômica. Portanto, do gerenciamento e a autogestão do empreendimento, até a comercialização e a qualificação da mão-de-obra para a produção. Aqui, a preocupação, sem descolar do projeto político, migra para a capacitação e/ou atualização técnica dos trabalhadores e trabalhadoras, para produzir mais e melhor. O princípio é de que as pessoas só adquirem produtos que agreguem qualidade, beleza (questão da aparência) e preço compatível. Isto exige não só tecnologia, mas também capacitação técnica, o que depende de cursos de qualificação e/ou aperfeiçoamento profissional.

Uma segunda questão destacada neste item é em relação à preparação para o trabalho coletivo e autogestionário. Não basta sensibilizar, é preciso instrumentalizar os trabalhadores e trabalhadoras para o trabalho cooperado, superando a cultura da delegação e da reivindicação, do mando e da obediência (ARRUDA, 1996), sem, contudo, confundir com a inexistência de coordenação. Neste sentido, é que demanda a capacitação em liderança, secretariado, tesouraria, coordenação de reuniões e assembleias etc.

Como conclusão acerca do conteúdo da dimensão sócio-educativa dos empreendimentos de Sócio-economia Solidária, nos textos analisados, verifica-se que os autores – Paul Singer com menor ênfase - dimensionam a discussão em torno da Sócio-economia Solidária para um projeto de intervenção sócio-educativa voltado à interação e alteração do sistema sócio-político e econômico vigente. Obviamente, nem todas as experiências que vêm sendo implementadas e gestadas sob o selo da Sócio-economia Solidária se apresentam como tal. Da mesma forma, também muitas daquelas iniciativas que são assessoradas e/ou promovidas por entidades comprometidas político-econômica e socialmente com as camadas populares, conseguem manter-se coerentes com a proposta político-pedagógica explicitada acima.

4. Metodologias

O processo de construção da cultura solidária explicitado páginas acima constitui-se num enorme desafio aos trabalhadores-empresendedores organizados sócio-economicamente. Segundo Marcos Arruda, este desafio tem origem já na própria motivação dos trabalhadores e trabalhadoras de organizar ou aproximar-se de um empreendimento dessa natureza, que é a busca dos recursos de que precisam para garantir a sua sobrevivência e a de seus familiares. O outro desafio está na cultura que predomina na sociedade contemporânea, que é a cultura do

mando e da obediência, da reivindicação, da delegação e, portanto, da dependência. Superar esta cultura não é tarefa fácil. Implica num processo lento, num processo de formação permanente. Um processo educativo que utilize metodologias adequadas; metodologias que possibilitem a sensibilização e a criação de predisposições para a construção da cultura solidária já no próprio processo de formação.

De modo geral, há muita aproximação das metodologias que vêm sendo adotadas na formação e capacitação de trabalhadores-empREENhedores com os pressupostos e procedimentos metodológicos em torno da Educação Popular. Sem nomear esta ou aquela, cita-se os principais pontos:

- * O trabalhador/trabalhadora é concebido como sujeito de sua própria história. Os assessores aparecem como facilitadores do processo educativo. Neste sentido, desempenham o papel de colaboradores na construção dos conhecimentos de que os educandos (trabalhadores-empREENhedores) necessitam para o exercício da atividade econômica associativa e autogestionária.

- * O ponto de partida é sempre o conhecimento e o nível de discernimento dos participantes.

- * A autogestão, além de constituir o princípio norteador de todo o processo educativo, é trabalhada para proporcionar aos novos empREENhedores os conhecimentos de que necessitam para organizar e participar efetivamente de processos de decisão, planejamento, execução, avaliação e apropriação dos resultados do empreendimento, exercitando, desta forma, a democracia.

Neste sentido, as metodologias de capacitação-formação e assessoria em Sócio-economia Solidária possibilitam aos seus beneficiários os conhecimentos de que precisam para:

- * Criar estratégias de comunicação para socialização das informações.

- * Construir, distribuir e executar as decisões no e pelo grupo.

- * Planejar suas atividades, evitando que decisões isoladas e imediatas sejam tomadas por parte ou mesmo por todo o grupo.

- * Auto-avaliar-se permanentemente. Esta auto-avaliação não é somente a do grupo, mas também de cada um dos seus integrantes.

Outro ponto da metodologia de Educação Popular evidenciado nas metodologias de capacitação-formação em Sócio-economia Solidária é em relação à pedagogia da participação, da aprendizagem ativa. A partir de situações concretas são criadas as condições para que o coletivo assuma sua própria formação, atuando e pressionando cada um dos participantes no sentido de provocar as mudanças de comportamentos pessoais necessárias ao trabalho

coletivo e autogestionário. O coletivo é valorizado como agente educador e, mais uma vez, o capacitador é confirmado como facilitador ou mediador. Estes, assessorando e oferecendo aos trabalhadores e trabalhadoras em processo de formação-capacitação as informações de que precisam e no momento em que solicitam, possibilitam que seus beneficiários aprendam a desenvolver a capacidade de iniciativa para reflexão e organização das alternativas possíveis para a solução de seus problemas. Através de jogos e simulações, oportunizam o desenvolvimento da consciência de que no trabalho coletivo é imprescindível o respeito às diferenças de ritmo, de valores, de capacidades, de concepções... para que não haja constrangimento ou sentimento de exploração por algum ou alguns companheiros.

Finalizando esta dissertação, retorna-se à questão-problema que norteou as leituras e a sistematização aqui apresentada. *Como é tratada a contradição que emerge da relação entre os empreendimentos de Economia Popular Solidária - concebidos como espaços de solidariedade, de construção de novas relações sociais de trabalho, de resgate do ser humano enquanto sujeito do processo produtivo, o que pressupõe a construção de conhecimentos, portanto, dentro da dimensão de Educação Popular - com a lógica do sistema produtivo capitalista, cuja dinâmica se pauta na "livre" concorrência, que exige capacidade de auto-capitalização permanente para investimentos em tecnologias e capital de giro, potencializando-se para o enfrentamento da competitividade do mercado?*

A hipótese que orientou este estudo foi a de que a possibilidade de esses empreendimentos superarem o economicismo do mercado capitalista está na articulação da dimensão econômico-empresarial com a dimensão sócio-educativa, oportunizando aos seus integrantes a apropriação de conhecimentos que os permitam avançar no processo de emancipação sócio-político-econômica e cultural. Essa articulação entre a dimensão econômico-empresarial com a dimensão sócio-educativa procede, porém, não é suficiente. Mais do que isso, é preciso também uma opção política. Ter presente um projeto de sociedade, um projeto que busque estabelecer novas relações de trabalho e novas relações sociais, políticas, econômicas e culturais. A busca de viabilidade econômica combinada com a ausência deste projeto político mais amplo faz com que muitos dos empreendimentos solidários acabem assimilando a dinâmica do mercado capitalista, tentando - sempre ou quase sempre de forma muito precária - adaptar-se a ele.

Portanto, não basta apenas criar espaços de construção de conhecimentos, ainda que se trate de conhecimentos voltados à leitura crítica da realidade sócio-político-econômico e cultural. Mais do que o tipo de conhecimento a ser produzido, o importante é como esse conhecimento é construído. Nesse sentido, destaca-se o papel das relações que se estabelecem

entre as pessoas que integram um empreendimento e destas com outras (familiares, vizinhos, trabalhadores e trabalhadoras de outros empreendimentos e, acima de tudo, outros desempregados). É a maneira, a metodologia como esse conhecimento é produzido pelo grupo, que assegura a possibilidade de as pessoas optarem por um projeto amplo de emancipação sócio-político-econômica e cultural, tanto no nível micro (individual e até mesmo familiar) quanto no macro.

Porém, ainda que essas questões sejam trabalhadas e superadas pelos empreendedores solidários, continua em aberto outra questão de fundo, explicitada já no projeto desta dissertação. Esses empreendimentos conseguirão viabilidade econômica dentro do sistema capitalista? A hipótese apresentada no estudo para esta questão é a de que não há possibilidade, a menos que se estabeleçam novas estratégias de produção e comercialização que não dependam exclusivamente do mercado capitalista. Isso implica que esses empreendedores busquem estabelecer relações empreendedoras e solidárias com empreendimentos estruturados nos mesmos princípios. A alternativa poderá estar na construção de uma estratégia que potencialize comercialmente esses empreendimentos sem que dependam exclusivamente do mercado consumidor capitalista, isto é, que se crie estratégias de produção e comercialização fora da dinâmica da livre concorrência imposta pelo sistema vigente, cujos produtos e serviços são fetichizados pela mídia como expressão do “*bem viver*”. Esta alternativa já vem sendo ensaiada nas chamadas Redes de Trocas (Rio de Janeiro), Redes de Colaboração Solidária (Curitiba)⁶⁷, Clubes de Trocas (Buenos Aires, Argentina), e outras experiências espalhadas pelo mundo. Trata-se, no entanto, de uma questão que merece ser acompanhada e estudada.

⁶⁷ As Redes de Colaboração Solidária vêm sendo trabalhadas por Euclides André Mance. Segundo este autor, o conceito de Colaboração Solidária é mais amplo do que o de Economia ou Sócio-economia Solidária. Para saber mais sobre as Redes, leia “A Revolução das Redes”, de Euclides André Mance, publicado pela Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2000. Trata-se de uma das melhores sistematizações, se não a melhor ou mesmo única, sobre redes de Sócio-economia Solidária.

Referências Bibliográficas

- ABBGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. (3ª ed revisada e ampliada). São Paulo: Martins Fontes. 1998.
- AMARAL, Roberto. *Projeto Cidadão: A experiência de geração de renda e emprego em Maceió*. In: SIQUEIRA, Carlos Aquiles (Coord.) *Geração de emprego e renda no Brasil: experiências de sucesso*. Rio de Janeiro: CEBELA e DP&A Editores; 1999. (pp.113-135)
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 4ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da UNICAMP; 1997.
- ARRUDA, Marcos. *O Feminino Criador: sócio-economia solidária e educação*. Texto apresentado na reunião anual da ANPEd, setembro de 1998. Rio de Janeiro: PACS (Mímeo).
- _____. *Sócio-Economia Solidária: Desenvolvimento de baixo para cima*. Texto apresentado no Simpósio Internacional sobre "Estratégias de la Sociedad Civil en la América Latina y Europa", Burg Shlaining e Viena, Áustria, 15-18/05/1998b. Rio de Janeiro: PACS (Mímeo).
- _____. *Globalização e Desenvolvimento Comunitário Autogestionário*. Ensaio escrito para a Rede de Ação Comunitária, Irlanda, dezembro de 1998c. Rio de Janeiro: PACS (Mímeo)
- _____. *Globalização e Sociedade Civil: Repensando o Cooperativismo no contexto da cidadania ativa*. Texto preparado para apresentação na Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizado pelo Instituto de Pesquisas da ONU para o Desenvolvimento Social. Genebra, 9-11/12/1996. Rio de Janeiro: PACS (Mímeo).
- ÁVILA, Vicente. *A Pesquisa na dinâmica da vida*. Campo Grande: Ed. UFMS. 1993
- AZIBEIRO, Nadir E. *A criação de relações de saber, poder e prazer na vida e nos processos educativos: a experiência do FFMP-INCA, 1ª, 2ª e 3ª turmas*. Dissertação de Mestrado-Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina; 1994.
- BARELLI, Walter. *Auto-emprego: Uma proposta empreendedora para o Brasil*. In: SIQUEIRA, Carlos A. (Coord.) *Geração de emprego e renda no Brasil: experiências de sucesso*. Rio de Janeiro: CEBELA e DP&A Editores; 1999. (pp.137-154).

- BRANDÃO, C. R. *Educação Popular*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense; 1986.
- _____. *Saber e Ensinar*. Campinas: Papyrus; 1984.
- _____. *Pensar a Prática*. São Paulo: Loyola; 1984b (Coleção Educação Popular nº 1)
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: Estratégia para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- CERVO, A. L. & BERVIAN, P. A. *Metodologia Científica*. 3ª ed. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1983.
- COGGIOLA, Osvaldo & KATZ, Cláudio. *Neoliberalismo ou Crise do Capital?* São Paulo: Xamã, 1996.
- CORAGGIO, José Luis. *Alternativas para o Desenvolvimento Humano em um Mundo Globalizado*. Rio de Janeiro: FASE - Revista proposta, nº 72; Março/Maio de 1997, pp. 30-38.
- _____. *Desenvolvimento Humano e Educação*. São Paulo: Cortez & Instituto Paulo Freire; 1996
- CORIAT, Benjamin. *Automação Programável: Novas Formas e Conceitos de Organização da Produção*. In: SCHMITZ, Hubert & CARVALHO, Ruy de Quadros (Orgs.) *Automação, Competitividade e Trabalho: A Experiência Internacional*. São Paulo: Hucitec; 1988.
- COSTA, Beatriz. *Para analisar uma prática de educação popular*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes/NOVA; 1982 (Cadernos de Educação Popular nº 1).
- _____. *Produção associada: pensares diversos*. Cadernos de Educação Popular nº 15. Petrópolis: Vozes/NOVA; 1989
- DEMO, Pedro. *Cidadania Tutelada e Cidadania Adquirida*. Campinas: Autores Associados. 1995.
- DIAS, José Fernandes. *Produção Comunitária: A Utopia Concreta* - Texto escrito para o Seminário sobre Planejamento realizado pela Cáritas Brasileira - Regional RS, Passo Fundo, RS, 16 e 17/11/90; Mímeo.
- Enciclopédia do Mundo Contemporâneo* [tradução de Jones de Freitas, Japiassu Búcio, Renato Aguiar].- São Paulo: Publifolha; Rio de Janeiro: Ed. Terceiro Milênio, 1999.
- FASHEH, Munir. *Cisjordânia: Aprendendo a Sobreviver*. In: POSTER, C. & ZIMMER, J. (Orgs.) *Educação Comunitária no Terceiro Mundo*. Campinas: Papyrus; 1995 (Série Educação Internacional do Instituto Paulo Freire).
- FREIRE, Paulo. *Debate com Paulo Freire*. In Instituto Pichon-Rivière de São Paulo. O processo educativo segundo Paulo Freire e Pichon-Rivière. Petrópolis: Vozes; 1987.

- _____. *Pedagogia do Oprimido*. 18ª ed. São Paulo: Paz e Terra; 1988.
- _____. *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra. 1997.
- GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da Práxis*. São Paulo: Cortez, 1998
- _____ & GUTIÉRREZ, F. (Orgs.). *Educação Comunitária e Economia Popular*. São Paulo: Cortez, 1993 (Coleção Questões de Nossa Época).
- _____ & TORRES, Carlos A. (Orgs.). *Educação Popular - Utopia latino-americana*. São Paulo: Cortez/Edusp; 1994.
- _____. *Pensamento Pedagógico Brasileiro*. 5ª ed. São Paulo: Ática; 1994b.
- _____. *Para chegar lá juntos e em tempo: caminhos e significados da educação popular em diferentes contextos*. Trabalho apresentado no GT 06 - Educação Popular, durante a XXI Reunião da ANPEd, Caxambu, MG; 1998.
- GAIGER, L. I. *Empreendimentos Solidários: Uma alternativa para a economia popular?* In: GAIGER, L. I. (Org.) *Formas de Combate e Resistência a Pobreza*. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.
- _____ et al. *A Economia Solidária no Rio Grande do Sul: Viabilidade e Perspectivas*. Caderno CEDOPE - Série Movimentos Sociais e Cultura; São Leopoldo, nº 15; pp. 1-80; 1999.
- GOMES, Rosemary e LOSSACK, Harald. *CEFE: Formação e Capacitação de Pequenos Empreendedores e Microempresários*. Revista Proposta Nº 63 Dezembro de 1994. Rio de Janeiro: FASE. (pp.66-69).
- GONÇALVES, Elisa Pereira. *Educação Popular: entre a modernidade e a pós-modernidade*. Trabalho apresentado na 20ª Reunião Anual da ANPEd 1997; GT - Educação Popular; Caxambú, MG.
- GRACIANI, M. Stela S. *Pedagogia Social de Rua*. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire; 1997.
- GUTIÉRREZ, Francisco. *América Central: Educação e Economia Popular*. In: POSTER, C. & ZIMMER, J. (Orgs.). *Educação Comunitária no Terceiro Mundo*. Campinas: Papyrus; 1995 (Série Educação Internacional do Instituto Paulo Freire).
- GUTIÉRREZ, Francisco. *Acercamiento teorico a la educación socialmente productiva*. San José: ILPEC, 1983, mimeo.
- _____. *Educação como práxis política*. São Paulo: Summus. 1988; (Novas buscas em educação. vol. 34).
- _____. *Educação Socialmente Produtiva*. In GADOTTI, M. & GUTIÉRREZ, F.

- (Orgs.). *Educação Comunitária e Economia Popular*. São Paulo: Cortez, 1993 (Coleção Questões de Nossa Época).
- JARA, Oscar. *El reto de teorizar sobre la práctica para transformarla*. In: GADOTTI, M. & TORRES, C. A. (Orgs.). *Educação Popular: utopia latino-americana*. São Paulo: Cortez/Edusp; 1994.
- KOSÍK, K. *Dialética do Concreto* (2º ed). Rio de Janeiro, RJ. Paz e Terra, 1976
- KRUPPA, Sônia Portela. *Metodologia de Incubagem: Formação de Equipe e de Cooperativas*. São Paulo: USP. Setembro de 1999 (Mímeo).
- LARA, Chico. *Comentários sobre o Resumo dos trabalhos sobre Conceitos*. In: Carta Brasil da Aliança por um Mundo Responsável e Solidário. Rio de Janeiro: PACs. nº 6, setembro de 1998.
- LISBOA, Armando de Melo. *Desordem do Trabalho, economia popular e exclusão social: Algumas considerações*. Florianópolis; 1998; Mímeo.
- MARCONI, M.de A. & LAKATOS, E. M. *Técnicas de Pesquisa*. 3ª ed. São Paulo: Atlas; 1996.
- MOURA, Cláudia. *Eficiência e Flexibilidade: O método se adapta a diferentes realidades*. Entrevista concedida à Revista Proposta, Nº 63 Dezembro de 1994; Rio de Janeiro: FASE. (pp.69-71).
- NUÑEZ S., Orlando. *La Economía Popular Asociativa y Autogestionária*. Managua/Nicarágua: Cipres; 1996.
- PAIVA, Vanilda P. *Educação Popular e Educação de Adultos*. 5ª ed. São Paulo:Loyola, 1987.
- Projeto Banco do Nordeste/PNUD. *O que Entendemos por Capacitação? Fundamentos e Considerações para a Prática*. Série Cadernos Técnicos nº 3. Recife; 1998.
- RAZETO, Luis. *Economia de Solidariedade e Organização Popular*. In: GADOTTI, M. & GUTIÉRREZ, F. (Orgs.) *Educação Comunitária e Economia Popular*. São Paulo: Cortez, 1993 (Coleção questões de nossa época; v. 25)
- _____. *Los caminos de la economía de solidaridad*. Chile: Vivarium, 1993b.
- _____. "O papel central do trabalho e a economia de solidariedade", Revista Proposta, nº 75; Dez/Fev. 1997.
- RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. Tradução de Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: Makron Books; 1995.
- RODRIGUES, Daniel Alvares. *Escola Quilombo dos Palmares uma experiência de educação*

- popular: a crise e a crítica aos paradigmas*. Trabalho apresentado na 20ª Reunião Anual da ANPEd - 1997; GT Educação Popular - Caxambú, MG.
- RUDIO, Franz Victor. *Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica*. 23ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- RUIZ, João Álvaro. *Metodologia Científica*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- SANTOS, Márcio Ferreira dos. *Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais*. 3º Vol. (I-S). São Paulo: Matese. 1963.
- SCHLESINGER, Hugo; PORTO, Humberto. *Dicionário Enciclopédico das Religiões. Vol. II (K-Z)*; Petrópolis: Vozes. 1995.
- SCHMITZ, Hubert. *Automação Microeletrônica e Trabalho: A Experiência Internacional*. In SCHMITZ, Hubert & CARVALHO, Ruy de Quadros (Orgs.) *Automação, Competitividade e Trabalho: A Experiência Internacional*. São Paulo: Hucitec; 1988.
- SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 20ª ed rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 1996.
- SILVEIRA, Caio M.; MELLO, Ricardo; GOMES, Rosemary. *Metodologias de Capacitação: CEFÉ - GESPAR - Capacitação Massiva*. Rio de Janeiro: FASE e NAPE; 1997.
- SIVENT, Maria Teresa. *La crisis de la educación: una perspectiva a partir de la educación popular*. In: GADOTTI, M. & TORRES, C. A. (Orgs.). *Educação Popular: utopia latino-americana*. São Paulo: Cortez/Edusp; 1994.
- SINGER, Paul. *Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas*. 3ª ed.; São Paulo: Contexto; 1999.
- _____. *Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo*. Proposta Nº 72, p. 6-13, Março/maio de 1997. Revista da FASE, - Rio de Janeiro.
- SIQUEIRA, Carlos Aquiles (Coord.) *Geração de emprego e renda no Brasil: experiências de sucesso*. Rio de Janeiro: CEBELA e DP&A Editores; 1999.
- SIZANOSKI, Raquel. *O novo dentro do velho: cooperativas de produção agropecuária do MST (possibilidades e limites na construção de outro coletivo social)*. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política - Florianópolis: UFSC; setembro de 1998.
- SOUZA, Nilson Araújo. *O Colapso do Neoliberalismo*. São Paulo: Global; 1995.
- VALE, Ana Maria do. *Educação Popular na Escola Pública*. São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 8).
- VALENTE, Maria Rita da Silva. *Programa Crediamigo*. In: SIQUEIRA, Carlos Aquiles (Coord.) *Geração de emprego e renda no Brasil: experiências de sucesso*. Rio de Janeiro: CEBELA e DP&A Editores; 1999; (pp. 155-175).

- VALLA, Victor Vicente. *Apoio Social e Saúde: buscando compreender a fala das classes populares*. In COSTA, Marisa V. (Org.). *Educação Popular Hoje*. São Paulo: Loyola, 1998.
- VANNUCCHI, Aldo (Org.). *Paulo Freire ao vivo: gravação de conferências com debates realizadas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba (1980-1981)*. São Paulo: Loyola, 1983.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo: *Apontamentos sobre Educação Popular*; in: *Cultura do povo*, Ed. Cortez e Moraes/Educ, São Paulo, 1979.